

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA
PÚBLICA**

CAIO CÉSAR ZERBATO

**POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: avaliação
do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2013**

CAIO CÉSAR ZERBATO

**POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: avaliação
do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento

**CURITIBA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Z58 Zerbato, Caio César
Política pública para a agricultura familiar : avaliação do programa paranaense "Fábrica do Agricultor" / Caio César Zerbato. — 2013.
162 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Décio Estevão do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública,
Curitiba, 2013.
Bibliografia: f. 142-155.

1. Agricultura familiar – Paraná. 2. Agroindústria – Paraná. 3. Desenvolvimento rural. 4. Política pública. 5. Programa Fábrica do Agricultor (Paraná) – Avaliação. 6. Administração Pública – Dissertações. I. Nascimento, Décio Estevão do, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD (22. ed.) 351

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 09

Política Pública para a Agricultura Familiar: avaliação do programa paranaense

“Fábrica do Agricultor”

por

Caio Cesar Zerbato

Esta dissertação foi apresentada às 14h00 do dia **15 de Maio de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO E GOVERNAÇÃO PÚBLICA, Área de Concentração – Planejamento Público E Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

- (X) Aprovado
- () Aprovado com restrições
- () Reprovado

Prof. Dr. Decio Estevão Do Nascimento
(PPGPGP-UTFPR)

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
(PPGPGP-UTFPR)

Prof. Dra. Mirian Beatriz Braun
(UNIOESTE-PR)

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz
Coordenador PPGPGP(UTFPR)

Para minha mãe, a pessoa
mais importante da minha
vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que tem iluminado meu caminho sendo meu guia em todos os momentos.

A minha família por ter compreendido o tempo em que estou longe de casa, especialmente minha mãe, meu pai, meus primos e meus avós.

Aos meus tios – Marcos e Rose – pelo apoio, incentivo e carinho no acolhimento em sua casa no momento em que mais precisei.

Aos professores do curso de Mestrado em Planejamento e Governança Pública da UTFPR, por suas contribuições no aumento dos meus conhecimentos.

Ao meu orientador, professor Dr. Décio Estevão do Nascimento, pelos conselhos, sugestões, dedicação e confiança no meu trabalho. Em especial por ter disponibilizado seu espaço de tempo na orientação desta dissertação.

Aos coordenadores do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, João Nishi de Souza e José Carlos Pinhatti, pela colaboração e disponibilidade em cooperar com a pesquisa nesses quase três anos em que estudei o programa.

Aos agricultores familiares que me ajudaram a delinear a pesquisa, agradeço a colaboração e sinceridade nas respostas fornecidas.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a elaboração e finalização desta pesquisa.

A sociedade pela oportunidade de estudar em uma instituição de ensino pública.

RESUMO

ZERBATO, Caio César. **Política pública para a agricultura familiar**: avaliação do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

A partir da década de 1990 com legitimação do Estado da agricultura familiar como uma categoria social no meio rural, por intermédio de políticas públicas voltadas para o segmento, diversos programas governamentais surgiram para o fortalecimento desse modelo de desenvolvimento rural. No Estado do Paraná, em 1999 foi criado o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” (PFA), com o objetivo de agregar valor aos produtos oriundos da agricultura familiar através da verticalização da produção pela agroindustrialização de pequeno porte. Assim, o objetivo geral deste estudo consistiu em avaliar o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”. A pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva quanto à abordagem dos seus objetivos, com a utilização das técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento, com a utilização de entrevistas estruturadas. Buscou-se primeiramente compreender a questão agrária brasileira, sob o enfoque das pequenas propriedades. Na sequência, definiu-se a agricultura familiar, as principais estratégias de reprodução social dos agricultores e os principais aspectos teóricos e metodológicos de políticas públicas, em uma revisão de literatura. Posteriormente foi realizada a análise documental e bibliográfica para maior conhecimento do PFA, subsidiando a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas com uma amostra de 53 (cinquenta e três) agroindústrias que consistem no público prioritário beneficiário do programa, além disso com *policy-makers* e entidades participantes. Na etapa analítica do trabalho foram identificados os resultados decorrentes da implementação do PFA, comparando-os com os objetivos do programa. A política apresentou resultados diferenciados entre os objetivos propostos, sendo extremamente bem sucedida nos objetivos de inovação tecnológica, foco no mercado e apoio à agricultura familiar. Ficou evidenciado a relevância da agricultura familiar no estado paranaense e a significativa contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente as ações do PFA para a promoção dos processos de verticalização da produção pela agroindustrialização de pequeno porte e o acesso aos mercados consumidores, com geração de emprego, renda e manutenção da família rural no campo.

Palavras-chave: Agroindústria Familiar. “Fábrica do Agricultor”. Agroindústrias. Políticas públicas.

ABSTRACT

ZERBATO, Caio César. **Public policy for family farming**: evaluation of the program “Farmer's Factory” (Fábrica do Agricultor - PFA), initiated by the state of Paraná. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Starting in the 1990s, with the legitimation of the State of family farming as a social category in rural areas, through public policies for the sector, many governmental programs have emerged to strengthen this rural development model. In the state of Paraná, in 1999, the the family farming program “Farmer's Factory” (Fábrica do Agricultor - PFA) was created with the objective of adding value to products from family farms through the vertical integration of the production of small agroindustrialization businesses. The objective of this study was to evaluate the family farming program “Farmer's Factory” (Fábrica do Agricultor - PFA). The research was conducted utilizing a descriptive approach to its goals, using techniques of bibliographical research, documentary research and surveys, which were done through structured interviews. First, the understanding of the Brazilian agrarian issue was sought, from the standpoint of small-scale family farms. Further, family farming, as well as the main strategies of social reproduction of farmers and the main theoretical and methodological aspects of public policy, were all defined through literature review. Subsequently, a bibliographical review and analysis were performed in order to achieve greater knowledge of the program (PFA), subsidizing the development of instruments for data collection. Interviews were conducted with a sample of 53 (fifty three) agribusinesses which consist the primary beneficiary target of the program, in addition to policy-makers and participating entities. In the analytical phase of the study the results from the implementation of the program (PFA) were identified, and compared with the goals of the program. The policy presented differentiated results among the proposed objectives, being extremely successful in the goals of technological innovation, market focus and support for the family farming industry. The study revealed the importance of family farming in the state of Paraná and the significant contribution of policies that strengthen this family agriculture, specifically the actions of the program (PFA) which promotes the vertical integration of production processes through the agroindustrialization of small businesses as well as their access to consumer markets, generating employment, income, enabling agricultural households to remain in rural areas.

Keywords: Family Agribusiness. family farming. "Factory Farmer". Agribusinesses, Agroindustries. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná, segundo a subdivisão em Mesorregiões Geográficas	78
Figura 2 – Participação da agricultura familiar na área total dos estabelecimentos – Paraná - 2006.....	81
Figura 3 – Participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários – Paraná – 2006.....	87
Figura 4 – Selo de identificação do PFA e de participação na agricultura familiar do MDA	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos produtores pluriativos, segundo a classificação do estabelecimento – Paraná – 2006.....	84
Gráfico 2 – Distribuição percentual da utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a classificação – Paraná - 2006.....	85
Gráfico 3 – Distribuição dos tipos de produtos comercializados	107
Gráfico 4 – Distribuição das regiões de comercialização dos produtos	108
Gráfico 5 – Distribuição do volume mensal de produção das agroindústrias familiares	110
Gráfico 6 – Tempo de participação das agroindústrias familiares no PFA.....	113
Gráfico 7 – Participação dos beneficiários do PFA em cursos de qualificação ou profissionalização promovidos pelo programa	121
Gráfico 8 – Perspectivas de processo sucessório nas agroindústrias familiares	125
Gráfico 9 – Principal fonte de renda das agroindústrias familiares beneficiárias do PFA	126
Gráfico 10 – Nível de satisfação dos beneficiários do PFA em relação à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e conceitos abordados para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados	69
Quadro 2 – Estrutura da metodologia dos instrumentos de coleta de dados	70
Quadro 3 – Relação de entrevistados	71
Quadro 4 – Nível de aderência dos resultados apresentados aos objetivos propostos no PFA	73
Quadro 5 – Objetivos do PFA, segundo os anos – 1999 - 2011	99
Quadro 6 – Aderência dos resultados aos objetivos do PFA, segundo a percepção dos beneficiários do programa	131
Quadro 7 – Formação, cargo, nível de atuação e perfil profissional dos entrevistados <i>policy-makers</i> e das entidades participantes do PFA.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, número de municípios, grau de urbanização, segundo as Mesorregiões – Paraná - 2010.....	77
Tabela 2 – Estabelecimento e área da agricultura familiar e não familiar, segundo as Mesorregiões – Paraná - 2006.....	79
Tabela 3 – Estabelecimento e área da agricultura familiar, Índice Ipardes de Desempenho Municipal, segundo os municípios – Paraná - 2006.....	80
Tabela 4 – Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar – Paraná - 2006	82
Tabela 5 – Agricultura familiar e não familiar, segundo as variáveis selecionadas – Paraná - 2006.....	86
Tabela 6 – Distribuição de frequência das agroindústrias familiares no Estado do Paraná, segundo as mesorregiões.....	101
Tabela 7 – Distribuição de frequência das variáveis selecionadas para a identificação do perfil das agroindústrias familiares	102
Tabela 8 – Distribuição de frequência do perfil da utilização da mão de obra nos estabelecimentos familiares	105
Tabela 9 – Distribuição de frequência dos locais de comercialização dos produtos agroindustrializados.....	109
Tabela 10 – Distribuição de frequência da origem da matéria-prima utilizada nos processos agroindustriais.....	111
Tabela 11 – Distribuição de frequência do meio pelo qual o beneficiário obteve conhecimento do PFA.....	112
Tabela 12 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo inovação tecnológica	115
Tabela 13 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo foco no mercado	117
Tabela 14 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo sustentabilidade	120
Tabela 15 – Distribuição de frequência de ação do PFA no objetivo integração com as entidades	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER/PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Ciências
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NFP	Nota Fiscal de Produtor
PCB	Partido Comunista do Brasil
PFA	Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”
PIB	Produto Interno Bruto
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
POA	Produto de Origem Animal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SEAB/PR	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIP	Serviço de Inspeção do Paraná
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA	15
1.2 PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DA PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 OBJETIVO GERAL	18
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.4 PRESSUPOSTO	19
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1.6 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	20
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	21
2 QUESTÃO AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	23
2.1 MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO NO MEIO RURAL	23
2.1.1 A modernização de base técnica na agricultura brasileira.....	24
2.1.2 A consolidação do processo modernizador: os efeitos aos produtores excluídos	30
2.2 CAMPESINATO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A AGRICULTURA FAMILIAR NA BUSCA POR AUTONOMIA	34
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO DO DEBATE.....	40
2.3.1 A construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural	40
2.3.2 A inserção da agricultura familiar na dinâmica agrícola de desenvolvimento rural	45
2.4 NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	52
2.4.1 Aspectos teóricos e metodológicos de políticas públicas.....	52
2.4.2 A produção familiar integra a agenda política.....	58
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	64
3.1 MÉTODO DE PESQUISA.....	64
3.1.1 Abordagem dos objetivos	66
3.1.2 Procedimentos técnicos	67
3.1.2.1 Instrumentos de coleta de dados	68
3.1.2.2 Seleção dos entrevistados	70
3.1.3 Análise dos resultados	72
4 PESQUISA DE CAMPO	74
4.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ	74
4.1.1 Estrutura agrária paranaense.....	74
4.1.2 Caracterização e dimensionamento	77
4.2 O PROGRAMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR “FÁBRICA DO AGRICULTOR”	88
4.2.1 O ciclo de vida da política pública	88
4.2.1.1 Percepção, definição de problemas e <i>agenda setting</i>	88
4.2.1.2 Elaboração do programa e decisões.....	91
4.2.1.3 Implementação, avaliação e correção da política	94
4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA.....	100
4.3.1 Diagnóstico da realidade das agroindústrias familiares	100
4.3.2 Percepção dos beneficiários do programa	112
4.3.3 Percepção dos <i>policy-makers</i> e das entidades participantes.....	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	143

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os beneficiários do programa “Fábrica do Agricultor”	157
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os <i>policy-makers</i> do programa “Fábrica do Agricultor”	160
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as entidades participantes do programa “Fábrica do Agricultor”	162

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a parte introdutória da pesquisa com a abordagem do contexto e justificativa para a realização do trabalho, como também a pergunta de pesquisa que orientou o estudo. Na sequência, foram apresentados o pressuposto e os procedimentos metodológicos, para em seguida as delimitações da pesquisa e como foi organizado o estudo.

1.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No Brasil, a chamada vocação agrícola do país acentuou os debates sobre a questão agrária. O campesinato brasileiro esteve situado à margem do desenvolvimento agrícola nacional, em um primeiro momento, com os agricultores agregados as grandes unidades produtivas ou chamados colonos livres, sendo estes os principais responsáveis pela produção de gêneros alimentícios básicos. Posteriormente, com o acentuado processo de urbanização, tornaram-se os principais fornecedores desses alimentos e indispensáveis para a garantia da segurança alimentar.

A partir dos anos de 1990, o camponês brasileiro, caracterizado na figura do agricultor familiar, tornou-se protagonista das estratégias de desenvolvimento rural no Brasil, integrados a políticas públicas para a geração de emprego, renda e manutenção dos agricultores no campo. A construção histórica desta conjuntura foi realizada por intermédio das reivindicações dos movimentos sociais, de membros da academia, como também reflexo das lutas camponesas e do esgotamento do modelo de desenvolvimento agrícola vigente, pautado em raízes históricas advindas da época do Brasil Colônia (PRADO JUNIOR, 1981).

A partir da segunda metade da década de 1960, a agropecuária nacional iniciou um intenso processo de modernização, amplamente amparado pelo Estado por meio de incentivos via financiamentos agrícolas, incentivos fiscais e políticas de preços. A modernização dos processos produtivos, aliada à conjuntura internacional favorável às exportações, resultou em um intenso movimento de diversificação

produtiva das culturas destinadas ao mercado externo. O processo modernizante com o incremento de tecnologia aos processos produtivos agrícolas corroborou para o estabelecimento da dinâmica dos complexos agroindustriais, conectando a agricultura a indústria.

O processo de modernização da agricultura brasileira fomentado pelo Estado não privilegiou todos os estratos de agricultores presentes no meio rural. Essa política agrícola atingiu o público alvo dos agricultores chamados de modernizáveis, detentores de extensas propriedades de terras e com a produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado internacional (GRAZIANO DA SILVA, 1981). A falta de acesso ao crédito subsidiado e a política agrícola modernizante, com vistas a ganhos de produtividade, pelos pequenos agricultores, incorporou a agenda de lutas dos movimentos sociais no campo, que buscaram a concepção de outra agricultura, com um novo padrão de desenvolvimento rural.

Segundo Mior (2005), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), principalmente a partir dos anos de 1990, foram importantes atores enquanto movimentos sociais na luta pela reforma agrária, por um novo padrão de desenvolvimento rural – com melhoria dos indicadores socioeconômicos nesse espaço territorial, como também, por políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, tornou-se a primeira demonstração de que o Estado estaria efetivamente direcionando suas ações para a concepção de políticas públicas para os agricultores familiares, não somente atuando no paradigma até então presente de políticas agrícolas voltadas para a agricultura patronal ou agronegócio.

No Estado do Paraná, no ano de 1999, a partir dessa ênfase de que a agricultura familiar necessitava de políticas públicas específicas, o Governo do Estado do Paraná, com a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab/PR) e execução do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR), criou o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” (PFA). O intuito era de promover a agroindustrialização de pequeno porte na agricultura familiar, público prioritário do programa, transformando-os em produtos típicos ou diferenciados, permitindo a inserção desses agricultores no mercado e viabilizando os empreendimentos (SECRETARIA..., 2011).

Atuando de forma descentralizada no Estado do Paraná, por intermédio das atividades executadas pela Emater/PR, o PFA compreende ações nos próprios estabelecimentos ou “porteira para dentro” como as ações executadas fora dos estabelecimentos ou “porteira para fora”. As ações do programa são compreendidas no contexto dos objetivos de inovação tecnológica, foco no mercado, sustentabilidade, integração com as entidades, desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar (SECRETARIA..., 2011).

Os produtores rurais do Estado do Paraná constituem o público beneficiário do PFA, sendo os agricultores familiares o público prioritário do programa. A estratégia de atuação do programa abrange, além da participação dos órgãos coordenadores e executores, o estabelecimento de parcerias com entes governamentais e não-governamentais, tanto da esfera pública quanto privada. As ações descentralizadas e as parcerias institucionais são diretrizes fundamentais do programa ao potencializarem a atuação da política pública em atendimento as demandas dos beneficiários (SECRETARIA..., 2011).

A relevância do setor agropecuário compreende a participação em 7,61% do Valor Adicionado Bruto (VAB)¹ do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense (IPARDES, 2012). Dentro desta esfera, são 302.907 (trezentos e dois mil, novecentos e sete) estabelecimentos rurais em regime de agricultura familiar no estado paranaense, compreendendo 81,63% do total de estabelecimentos agropecuários. Estes estabelecimentos familiares ocupam 27,80% da área total e 69,85% do pessoal ocupado nas atividades agrícolas. A agricultura familiar ainda é responsável por aproximadamente 43% do Valor Bruto de Produção (VBP) da agropecuária paranaense (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Neste contexto, evidenciando o importante papel que se atribui às políticas públicas para os agricultores familiares, torna-se relevante a compreensão dos resultados das políticas para os cidadãos beneficiários dos programas. Avaliar os resultados do PFA consiste em evidenciar se efetivamente as ações propostas pelo Estado para este segmento, estão de acordo com o planejado na implementação do programa.

¹ Disponível em < http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 10 jan. 2013.

1.2 PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DA PESQUISA

O PFA caracteriza-se por ser uma política pública estadual voltada prioritariamente à agricultura familiar no Estado do Paraná, com objetivos de promover a agroindustrialização dos produtos oriundos destes empreendimentos rurais. Por meio da verticalização da produção, integrando o produtor ao mercado consumidor, profissionalizando o agricultor, com geração de emprego e renda no campo. A viabilidade do modelo de desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar consiste em abordagens sobre diversas vertentes teóricas, sendo uma delas a agroindustrialização descentralizada nas unidades de pequeno porte no meio rural.

Os processos de agroindustrialização permitem a criação de produtos diferenciados, o acesso a novos mercados, a necessidade de sanidade dos produtos, a profissionalização do agricultor e a eficiência nos processos produtivos. O PFA, voltado para a promoção destas estratégias no estado paranaense, almeja estes resultados por meio das ações realizadas no apoio aos agricultores.

Ressalte-se, porém, que o contexto social, político e a atuação dos atores envolvidos nos diversos processos influenciam os resultados das políticas públicas. Contudo, cabe avaliar o alinhamento da política pública e seus objetivos com os resultados no atendimento das demandas oriundas das agroindústrias familiares paranaenses. Para isso, surge a seguinte questão de pesquisa: **“Qual a relação entre os objetivos do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” e seus resultados, sob a percepção dos agentes envolvidos,?”**

1.3 OBJETIVOS

Abaixo são apresentados os objetivos geral e específicos buscados neste estudo.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o programa de Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, considerando seus objetivos explícitos e seus resultados, de acordo com a percepção dos agentes envolvidos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com o propósito de atingir o objetivo geral, serão trabalhados os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar a agricultura familiar segundo a sua distribuição geográfica no Estado do Paraná e sua importância no setor agrícola paranaense;
- b) descrever o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, compreendendo os objetivos e as etapas desta política pública;
- c) identificar os resultados decorrentes da implantação do programa, a partir da percepção dos agentes envolvidos;
- d) comparar os resultados com os objetivos do programa;

1.4 PRESSUPOSTO

O pressuposto avaliado neste estudo é:

O programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” contempla as demandas locais e atinge os resultados propostos nos objetivos da política pública. Entende-se que o programa atinge os objetivos propostos nas ações implementadas, de acordo com o estabelecido nas premissas da política, assegurando o atendimento aos beneficiários, em recorte de análise específico, as agroindústrias familiares, público prioritário do programa.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em um método dedutivo em relação à investigação científica utilizada para o fenômeno social objeto de estudo. Em relação à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada. Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa é predominantemente qualitativa. Já quanto à abordagem

dos seus objetivos ela é predominantemente descritiva. Em termos de procedimentos técnicos, a pesquisa faz uso das técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento, com a utilização de entrevistas estruturadas (LAKATOS; MARCONI, 1992; GIL, 2002; SILVA; MENEZES, 2005)

A partir da pesquisa exploratória, com os recursos da técnica de pesquisa bibliográfica e a aplicação do método de procedimento histórico, buscou-se compreender a questão agrária brasileira, sob o enfoque das pequenas propriedades. Em um segundo momento, definiu-se conceitualmente a agricultura familiar e suas principais estratégias de reprodução social. Além disso, conceituou-se os aspectos teóricos e metodológicos mais importantes de políticas públicas, em uma revisão de literatura. Na segunda etapa da pesquisa, de característica descritiva, foi realizada uma análise documental e bibliográfica para um maior conhecimento do PFA, subsidiando a elaboração dos instrumentos de coletas de dados. Para identificar a percepção dos agentes envolvidos no programa em relação aos resultados alcançados pelo mesmo, foi feito um levantamento, por meio de entrevistas, com uma amostra da população constituinte do público beneficiário do programa, *policy-makers* e representantes de algumas das entidades participantes da política. Na sequência foi realizada a etapa analítica do trabalho, com o tratamento dos dados e a identificação dos resultados alcançados decorrentes da implementação do PFA, classificando-os conforme a análise do nível de aderência desses resultados aos objetivos propostos pela política

O detalhamento da metodologia da pesquisa será apresentada no capítulo 3.

1.6 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

As delimitações da pesquisa compreendem a análise do objeto de estudo, o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, no período compreendido desde a implementação da política, iniciando em 1999 até o ano de 2012, com a delimitação geográfica do Estado do Paraná. A avaliação do programa é realizada por intermédio dos instrumentos de coletas de dados, considerando a inviabilidade de uso para a expansão desta técnica no acesso à população de estudo, devido, principalmente, às dimensões temporal e espacial da distribuição dos agricultores

familiares no estado paranaense. Neste estudo, os programas do Governo Federal direcionados para os agricultores familiares, principalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Pronaf Agroindústria, não foram analisados, sendo apenas identificado o acesso aos programas pelos agricultores nas entrevistas totalmente estruturadas.

O desenvolvimento do estudo vem ao encontro dos objetivos da linha de pesquisa de Planejamento e Políticas Públicas do Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Tal área de pesquisa tem como enfoque a análise das políticas públicas, em especial nas dimensões de planejamento e implementação. A ação estatal, por intermédio das políticas públicas, condicionam os diversos impactos na vida dos cidadãos, sendo a análise dos resultados da política um importante diagnóstico para o aprimoramento do planejamento das atividades governamentais.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução com a abordagem da contextualização e justificativa da pesquisa, seguido do problema de pesquisa, objetivos, hipóteses, metodologia e delimitações da pesquisa. O segundo capítulo trata da temática da ruralidade e questão agrária a partir de uma perspectiva histórica sobre a estrutura fundiária e as relações sociais e de trabalho no meio rural. Com a abordagem das diversas transformações da agricultura nacional e o papel do Estado nas políticas agrícolas para o setor, além do declínio do modelo de desenvolvimento agrícola vigente para a ascensão de um novo padrão de desenvolvimento rural, consolidado com o protagonismo das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Além disso, apresenta uma reflexão teórica sobre a agricultura familiar e as políticas públicas. A agricultura familiar é abordada principalmente nas dimensões das tipologias de agricultores, nas estratégias de reprodução social dos agricultores e sobre a importância da agroindustrialização dos produtos. As políticas públicas são tratadas pelos aspectos da ação do Estado por intermédio destas políticas, as principais características e os modelos de avaliação desenvolvidos.

O terceiro capítulo descreve a abordagem metodológica e os procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados apresentados na fase analítica da pesquisa, descrita no quarto capítulo. Neste capítulo são abordados os aspectos da dimensão da agricultura familiar no território paranaense, com a apresentação de indicadores relacionados a esse modelo produtivo no estado e, na sequência, a descrição das etapas da política e a fase avaliativa dos resultados apresentados pelo PFA, demonstrando, ainda neste capítulo, os resultados alcançados na etapa analítica, e a relação destes com os pressupostos avaliados na pesquisa.

No quarto capítulo é apresentada a relevância da agricultura familiar para o estado paranaense, como também o diagnóstico da realidade das agroindústrias familiares participantes do programa. Na sequência será identificado os resultados do programa de acordo com a percepção dos beneficiários, *policy-makers* e das entidades participantes, comparando-os aos objetivos propostos pela política.

Nas considerações finais são retomados os objetivos propostos e apresentados os resultados obtidos, com a proposição de temáticas para novos estudos.

2 QUESTÃO AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Este capítulo apresenta, em um enfoque histórico e conceitual, os principais aspectos inerentes à questão agrária nacional, o processo de legitimação da agricultura familiar como categoria social no meio rural e as principais abordagens do campo de políticas públicas. A primeira parte apresenta a singularidade da formação da estrutura fundiária, abordando as questões referentes às relações sociais no meio rural, os impactos decorrentes do processo modernizador na economia camponesa e a busca por novas estratégias de reprodução social nas unidades agrícolas de exploração familiar.

Na sequência, em uma segunda etapa, aborda-se, a partir das reivindicações dos movimentos sociais e dos pequenos proprietários, a ascensão da agricultura familiar como categoria social no meio rural, além de algumas definições do campo de estudo da agricultura familiar, conceituadas por diferentes autores. Coerente com o propósito deste trabalho, enfatiza-se o papel da agricultura familiar nos espaços rurais, a importância dos processos de agroindustrialização para a integração dos produtores aos mercados consumidores e o direcionamento de políticas públicas para o segmento. O capítulo se encerra com as principais concepções teóricas e metodológicas sobre políticas públicas, a partir do enfoque principal de avaliação de políticas.

2.1 MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO NO MEIO RURAL

Para um melhor entendimento, este item está dividido em dois momentos. No primeiro, é apresentado o processo modernizador de base técnica que passou a agricultura brasileira a partir dos anos de 1960. No segundo momento, apresenta-se os efeitos decorrentes deste processo modernizador, com foco de abordagem destes efeitos aos pequenos produtores rurais.

2.1.1 A modernização de base técnica na agricultura brasileira

A expansão dos aglomerados urbanos e das atividades industriais – representando a consolidação do modelo capitalista de acumulação de capital – expandiram as estratégias de reprodução do sistema, rompendo as estruturas desconformes a este modelo (PRADO JÚNIOR, 1994). Para tanto, a agricultura precisaria acompanhar este processo de desenvolvimento, com modernização de base técnica e racionalidade produtiva.

A modernização das atividades agrícolas brasileiras esteve nas discussões políticas desde a década de 1920. Tal fato deve-se a crise dos preços dos gêneros agrícolas no mercado internacional e a conjuntura de dependência da pauta de exportação de poucos produtos de alto valor comercial. Neste período, as concepções de diversificação produtiva vieram amparadas pelos ideais modernizantes, combatendo a baixa produtividade das lavouras pelo uso técnicas primitivas e rudimentares. Em tese, a baixa produtividade tinha origens na abundância de terras agricultáveis, fenômeno associado a expansão da fronteira agrícola nas décadas seguintes (MENDONÇA, 1997).

Cabe destacar que os ideais modernizantes das atividades agrícolas são precedentes das classes ruralistas em resposta as crises de rentabilidade advindas da dependência basicamente da demanda externa. Ao passo do desenvolvimento da industrialização, as classes burguesas urbano-industriais influenciaram a modernização produtiva no meio rural, com o intuito de suprimir quaisquer entraves ao desenvolvimento do capitalismo no país (MARTINS, 1981).

Destaca-se neste período, segundo Graziano da Silva (1985), a eminente necessidade de reforma agrária no país, advindo da conjuntura de concentração de renda e terras no meio rural. Martins (1981) afirma que a reforma agrária concebida pelos segmentos burgueses, instituída formalmente pelo Estatuto da Terra de 1964, atenuava a pressão sobre os camponeses com políticas de deslocamento. Em outro aspecto, destinaria subsídios fiscais para os grandes proprietários organizados como empresas agrícolas, estabelecendo uma política clara de concepção modernizante. A atuação do Estado, em um plano de reforma agrária visando o desenvolvimento das áreas rurais, necessitaria de complexa avaliação das ações a serem tomadas. Para Graziano da Silva (1985), as considerações abrangem questões de base:

[...] como fazer investimentos públicos no campo? Eles terão que ser feitos nas terras de alguém – ou pelo menos em benefício de alguém. Se não quisermos favorecer os mesmos de sempre – os grandes proprietários rurais -, a reforma agrária aparece sem dúvida como uma das alternativas. Acredito que não haja outra maneira de reverter o processo de concentração – não digo da propriedade, digo da renda – no campo sem fazer uma reforma agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.36).

Para tanto, a reestruturação do modelo agrícola vigente, acentuando o processo modernizador, configurou-se no período em que as bases produtivas estavam alinhadas tanto para a produção dos gêneros de consumo interno quanto para o setor exportador (PRADO JÚNIOR, 1994). Estabelecendo as bases para a penetração de capital no meio rural, inicia-se um intenso e setorizado movimento modernizador no campo.

Delgado (1985) considera o processo modernizador no meio rural como um período de transformações de base técnica, com crescente dependência dos ganhos de produtividade do setor agrícola pela utilização dos meios de produção especializados da indústria. Graziano da Silva (1981, p. 46) utiliza o termo “processo de industrialização da agricultura brasileira” para se referir ao período de integração da agricultura as demais atividades econômicas e a relação de dependência aos capitais financeiros e industriais.

Guimarães (1976) atribui ao processo modernizador a característica da renovação tecnológica, alinhada para o crescimento produtivo sem modificações substanciais na estrutura fundiária, cunhando o termo de “modernização conservadora”. Goodman, Sorj e Wilkinson (1985, p. 35) complementam as ideias de Guimarães (1977) atribuindo também às transformações técnico-produtivas a dimensão da “modernização conservadora”, derivada do processo de inserção capitalista no meio rural e associada à expansão e diversificação da pauta produtiva.

Martine e Beskow (1987), por sua vez, reiteram que o acentuado processo de modernização agrícola foi iniciado em um período pujante da economia nacional – o “milagre brasileiro”, cujo objetivo do Estado e das classes urbano-industriais era o de intensificação da industrialização. Partilhando destes ideais e dos interesses das classes dominantes, o desenvolvimento do capitalismo penetrou no meio rural com a promoção de um movimento modernizador, integrado aos complexos industriais, com processos e técnicas internacionalizadas, conhecido como “pacote tecnológico” da “revolução verde” (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20).

Anteriormente ao fenômeno da modernização de base técnica, a estrutura fundiária nacional estava caracterizada em torno das grandes unidades rurais, da concentração de renda e terras e, além disso, da classe camponesa. A reestruturação proposta para a agricultura – que deveria acompanhar o desenvolvimento capitalista no país -, pautava-se no princípio da modernização. Assim, não havia medidas para a reversão dos problemas oriundos da estrutura vigente. A política de modernização da agricultura, iniciada a partir dos anos de 1960, estabelecendo o seu auge na década de 1970, imposta sobre a matriz fundiária extremamente desigual, estimularia na segunda metade da década de 1980, as revoltas e movimentos camponeses por um novo modelo de desenvolvimento no meio rural (MARTINS, 1981).

Na visão de Graziano da Silva (1981), em seu período primitivo de acumulação capitalista, a agricultura tradicionalmente desempenha na economia a função de fornecedora de mão de obra. E também geradora dos excedentes de capitais imobilizados para a formação dos centros industriais. Delgado (1985), complementando as ideias de Graziano da Silva (1981), descreve o movimento modernizador da agricultura, a partir de 1965, como um novo papel que seria desempenhado pelo segmento. A agricultura seria consumidora de bens produzidos pela indústria, destinados ao progresso técnico do segmento e fornecedor de matérias-primas para o setor industrial.

Mazzali (2000) define este novo papel da agricultura na sua relação com a indústria. Visualizando a agricultura no centro de dois ramos industriais: o primeiro caracteriza o setor a montante – ou para trás – ramo da indústria fornecedora de bens específicos para a agricultura, como por exemplo, máquinas, equipamentos e fertilizantes; o segundo ramo industrial seria a jusante – ou para frente – a indústria processadora das matérias-primas agrícolas, denominada agroindústria. Esta é a configuração produtiva dos complexos agroindustriais que surgem do fenômeno de modernização das atividades agrícolas, estabelecendo novos parâmetros para as relações entre a agricultura e a indústria (MAZZALI, 2000).

Guimarães (1976) faz distinções entre dois modelos que poderiam ser seguidos para o desenvolvimento da agricultura após o período de consolidação da industrialização brasileira. O primeiro é a estratégia de reforma agrária – efetuada na maioria dos países com efeitos na alteração da estrutura fundiária; o segundo modelo trata-se da “modernização conservadora” - integração da agricultura ao

capitalismo via inovação tecnológica – visando o aumento de rentabilidade e produtividade agrícola. A modernização técnico-produtiva e a formação dos complexos agroindustriais são fenômenos distintos no contexto histórico. No primeiro caso, as transformações agrícolas de base técnica começaram com a expansão industrial, na década de 1950, baseadas na importação de insumos tecnológicos e com a industrialização das atividades rurais – maior utilização de máquinas e implementos no processo produtivo. Para tanto, o surgimento dos complexos agroindustriais, no fim da década de 1960, foram viabilizados pela integração dos capitais e pelo arranjo institucional de relação da agricultura com a indústria e os demais setores (DELGADO, 1985).

Guimarães (1976) compara o pacote tecnológico da revolução verde ao modelo modernizador que também estava em voga no segmento agrícola em diversos países, chamado de *agribusiness*. Martine e Beskow (1987, p. 20), por sua vez, salientam que os ganhos de produtividade do pacote tecnológico advinham “através de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”, o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos”. A utilização destes insumos alterou, inclusive, o modelo de mão de obra alocada no setor agrícola. A mecanização produtiva passou a demandar trabalhadores menos qualificados e a tecnologia empregada no processo diminuiu o tempo de emprego desses empregados. O incremento tecnológico elevou os níveis de alocação de mão de obra agrícola temporária em substituição aos trabalhadores permanentes (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A aceleração das inovações tecnológicas no meio rural foi possibilitada pelos ideais da revolução verde, apoiada na estreita relação no período entre a agricultura e a indústria, no surgimento dos complexos agroindustriais, com os segmentos a montante e a jusante. Esta conjuntura se consolidou perante um ambiente econômico interno favorável, com amplo apoio financeiro do Estado através de políticas de crédito rural subsidiado (DELGADO, 1985).

Martine e Beskow (1987) pactuam com a relação apresentada por Delgado (1985) entre o crédito agrícola e a implantação do processo modernizador. Entretanto, complementam, com a conjuntura de fatores que consideram decisivos para as inovações tecnológicas implementadas. Sendo para eles “a integração funcional entre a pesquisa agrícola, as indústrias de insumos e o crédito agrícola.” (MARINE; BESKOW, 1987, p. 21).

Deste modo, além dos fatores macroeconômicos da economia nacional, da conjuntura internacional de alta dos gêneros agrícolas e a consolidação do parque industrial brasileiro, o Estado desempenhou o papel central do processo de modernização agrícola (DELGADO, 1985; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985; MARTINE; BESKOW, 1987; FURSTENAU, 1987; PALMEIRA, 1989; GRAZIANO DA SILVA, 1991; SORJ, 1998; MAZZALI, 2000; GORENDER, 2004; PIRES; RAMOS, 2009).

Segundo Delgado (1985, p. 43), o Estado desempenhou esse papel central na modernização da agricultura agindo como mediador no processo de inserção capitalista, nas dimensões “normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária”. Sob esse aspecto, Pires e Ramos (2009) descrevem que o Estado esteve no centro das decisões sobre os processos de transformações implantados no meio rural via políticas agrícolas. As políticas agrícolas deste período encarregaram-se da harmonização entre a agricultura e a indústria. Sendo que esta relação de dependência apresentava-se no contexto de desenvolvimento de outras nações (FURSTENAU, 1987, p. 140).

Diversos instrumentos de política agrícola foram utilizados pelo Estado para a consolidação dos complexos agroindustriais e a adoção dos princípios da revolução verde. Nesta estratégia, Martine e Beskow (1987, p. 22) observam o crédito rural subsidiado como principal instrumento utilizado para esta consolidação, definindo-o como instrumento de “articulação e convergência”. Graziano da Silva (1991, p. 12) define que “o Estado torna-se assim o “capitalista financeiro” por excelência, o planejador global que dá condições privilegiadas a alguns setores”.

A ação estatal que forneceu estímulos para a consolidação do capitalismo financeiro, via transformação dos latifúndios em empresas capitalistas, seria possível pela conjugação dos capitais, através das políticas agrícolas de incentivos fiscais e, principalmente, do crédito rural subsidiado. No aparato das políticas agrícolas foi integrado o estabelecimento de um relevante sistema financeiro de política creditícia, institucionaliza com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965 (DELGADO, 1985). Mazzali (2000) define a articulação essencial do Estado no processo modernizador, enfatizando a relevância do papel de difusor da adoção de novas tecnologias e articulador central da política de crédito rural via SNCR.

Furstenau (1987) decompõe as linhas de crédito oferecidas pelo sistema bancário, por intermédio dos recursos do SNCR, nas linhas de curto prazo – custeio

e comercialização – e a linha de longo prazo – investimento. Martine e Beskow (1987, p. 25) fazem distinções sobre a tomada de empréstimos, caracterizando que a linha de custeio foi a mais utilizada, permitindo a aquisição dos chamados “insumos agrícolas” visando o aumento de produtividade, sendo adubos, fertilizantes, herbicidas e defensivos. A linha de crédito de investimento, a segunda mais acessada, permitiu a mecanização da lavoura. Logo, o segmento agrícola aumentou significativamente as aquisições das indústrias fornecedoras de implementos agrícolas.

Neste aspecto, Sorj (1998) sintetiza a intervenção estatal na agricultura pelas políticas de crédito rural, subsídios para o fomento das exportações de gêneros agrícolas e agroindustriais e, além disso, a política de garantia de preços mínimos para o mercado interno. Ressalta, ainda, que o Estado agiu fortemente no apoio direto as estratégias de modernização, com atuação relevante na assistência técnica e extensão rural.

A ação do Estado por meio das políticas públicas direcionadas para o segmento agrícola, a partir do período de 1964, guiava-se pelas premissas da necessidade do desenvolvimento do capitalismo no campo, assim como pelo acompanhamento da acelerada urbanização e industrialização brasileira. Delgado (1985) enfatiza o papel central do Estado no processo de modernização, através da importância da política de crédito rural que propiciou a integração dos capitais agrícolas, financeiros e industriais.

Para Delgado (1985, p. 79):

O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais.

Segundo Furstenau (1987), a estratégia adotada de política agrícola por meio do crédito rural subsidiado claramente objetivava não somente o aumento da produtividade, mas a diversificação produtiva e competitividade dos produtos da pauta de exportação. De fato, houve a distribuição dos recursos do crédito rural entre capitais de curto, médio e longo prazo, em um contexto extremamente atraente de taxas de juros reais negativas. Esta foi uma explícita política orientada aos produtores de gêneros de exportação e o próprio aparato burocrático do sistema

bancário, foram decisivos para que os pequenos produtores não tivessem acesso proporcionalmente em mesma escala ao crédito rural subsidiado (SORJ, 1998).

Adotando esta lógica, Martine e Beskow (1987) ratificam as ideias de Sorj (1998), relatando que o volume de crédito tomado pelo produtor era proporcional as garantias apresentadas na operação, ou seja, quanto maior a extensão da propriedade mais crédito era disponibilizado. A distribuição do volume de crédito ocorreu de forma desigual entre as regiões do país e entre as tipologias de agricultores, privilegiando as grandes e médias propriedades. Delgado (1985, p. 45) afirma que uma parcela reduzida de produtores obteve acesso ao crédito subsidiado. O sistema institucionalizado acentuou a heterogeneidade do desenvolvimento das unidades rurais, “sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI”.

Conjugada com a acelerada política de expansão do crédito rural destaca-se as ações estatais de difusão tecnológica, com a criação em 1973 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e no ano de 1974 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A criação destas empresas visava à difusão de inovações técnicas na pesquisa agropecuária, em conformidade com a integração dos estabelecimentos rurais aos complexos agroindustriais (DELGADO, 1985).

Nesta esfera, compreende-se que o próprio modelo de modernização conservadora foi implantado visando à manutenção dos interesses dos latifundiários associados às classes burgueses urbano-industriais, sem o objetivo de alteração da estrutura fundiária, caracterizada na presença dos latifúndios e pequenas propriedades (PIRES; RAMOS, 2009).

2.1.2 A consolidação do processo modernizador: os efeitos aos produtores excluídos

Guimarães (1976) analisa os efeitos da modernização conservadora, relacionando ganhos substanciais à classe dos latifundiários, advindos da reprodução capitalista no campo, dos subsídios, da mecanização da lavoura e dos melhoramentos genéticos em sementes e avanços nas técnicas produtivas. Destarte, relaciona a outra vertente do processo de modernização conservadora,

cujo objeto é o custo social para aqueles marginalizados deste processo. Graziano da Silva (1981), abordando esta temática, afirma que:

O que se pode ver no campo é uma “modernização conservadora” que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40).

Os custos sociais do desenvolvimento do capitalismo no campo se refletem nas transformações das relações produtivas e de trabalho para os pequenos produtores, tradicionalmente camponeses que utilizam mão de obra familiar. Para a pequena produção, os efeitos da modernização acarretaram o desenvolvimento da mão de obra assalariada no campo e a consequente substituição desses trabalhadores, situados em muitos casos nos latifúndios e médias propriedades, por trabalhadores temporários (GORENDER, 2004).

Palmeira (1989, p. 89) define as modificações das relações de trabalho e o intenso fluxo migratório para as áreas urbanas na década de 1970, em decorrência dos efeitos do modelo de progresso técnico implantado no campo. Os efeitos verificados indicam a expropriação dos latifúndios daqueles trabalhadores dependentes ou permanentes nas propriedades – colonos ou agregados, sendo substituídos pelos trabalhadores assalariados em regime de trabalho temporário. Estes trabalhadores são empregados conforme o ciclo das culturas dos gêneros agrícolas de exportação.

Para Graziano da Silva (1981), além da expropriação dos trabalhadores dependentes das grandes propriedades e dos efeitos negativos para a pequena exploração familiar camponesa, a pequena produção, tradicional produtora de gêneros alimentícios de primeira necessidade perdeu gradual importância em relação às grandes propriedades com a modernização conservadora. Com efeito, aumentou a exploração do trabalho familiar e deterioraram os níveis de qualidade de vida desta tipologia de agricultores.

A modernização de base técnica praticamente ocasionou a dissolução da pequena exploração familiar camponesa. Este contingente de camponeses foi expropriado pela expulsão do trabalho permanente nas grandes unidades, pelo

movimento de reconcentração de terras², além da especulação fundiária e do avanço dos latifúndios. Assim, os camponeses tornaram-se o contingente de mão de obra liberado pela agricultura as grandes cidades, em muitos casos, cidadãos marginalizados e em condições de subemprego nos centros urbanos (RANGEL, 2004).

Gorender (2004) reacende os debates da pequena exploração familiar camponesa no contexto modernizador, relacionando o papel protecionista do Estado aos latifundiários, por intermédio de políticas públicas para o desenvolvimento destas unidades. Para o autor,

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário, geralmente é vítima do capital usuário), é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamentos técnicos. Enfim, está desprovida de tudo que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado (GORENDER, 2004, p. 41).

Rangel (2004) trata do acentuado contingente de camponeses migrantes para as áreas urbanas, ao passo que Oliveira (2001) afirma que não havia alternativa para o campesinato brasileiro, além da migração para os centros urbanos ou a exploração de novas áreas agrícolas. Muitas famílias camponesas migraram e encontraram novas áreas de fronteira agrícola, sendo integrantes da classe dos principais abastecedores de gêneros alimentícios de primeira necessidade aos habitantes das áreas urbanas (GORENDER, 2004). A modernização conservadora e a consolidação dos complexos agroindustriais, amparados pelos princípios do pacote tecnológico da revolução verde, apontaram um quadro analítico de desigualdades no meio rural. Graziano da Silva (2004) define este quadro como desigual, tanto em culturas agrícolas privilegiadas, unidades rurais e regiões do país, como também, em um processo socialmente excludente. Por outro lado, os proprietários dos estabelecimentos rurais integrados ao pacote da modernização conservadora perceberam ganhos significativos neste processo, a partir de um

² Graziano da Silva e Hoffmann (1980) apontam que o fenômeno da reconcentração fundiária foi desencadeado exclusivamente pela política agrícola governamental baseada no fomento a modernização técnico-produtiva através do crédito rural subsidiado. A política de crédito favoreceu primordialmente os grandes proprietários mantendo o elevado grau de concentração fundiária e da renda no meio rural.

intenso fenômeno de acumulação de capitais agroindustriais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985).

No entanto, Martine e Beskow (1987) relacionam a modernização conservadora ao fenômeno da reconcentração fundiária e a utilização das terras para fins especulativos. Os benefícios do movimento modernizador permitiram a integração dos capitais, mas claramente obtiveram ganhos substanciais aqueles produtores que se inseriram nas cadeias produtivas ligadas aos complexos agroindustriais (PIRES; RAMOS, 2009). O movimento de modernização conservadora permitiu a consolidação dos complexos agroindustriais e, conseqüentemente, todos os ganhos de produtividade, diversificação³ e comercialização oriundos deste modelo (SORJ, 1998).

Segundo Delgado (1985), o processo modernizador, amplamente assegurado pelo crédito rural subsidiado, a partir de 1974 e até o início da década de 1980, como enfatizado anteriormente neste trabalho, vivenciou uma gradual redução do volume de recursos e subsídios. A crise fiscal do Estado e os ideais neoliberalistas viriam somente para acentuar o desarme de todo o aparato estatal das políticas agrícolas (MAZZALI, 2000). Este desarme do aparato do sistema de crédito rural foi caracterizado pelo contingenciamento de recursos públicos para as linhas de financiamento, aumento das taxas de juros e descontinuação da política de subsídios. Na década de 1980, o segmento agrícola passa a perceber nos financiamentos taxas de juros em mesmo patamar daquelas oferecidas ao mercado. O crédito passa a ser destinado ao custeio das safras, não havendo mais políticas de financiamento para transformações estruturais nas lavouras (FURSTENAU, 1987).

A decadência dos ideais da modernização conservadora e da intervenção estatal nas atividades agrícolas, a partir de 1980, demonstra que este fenômeno, iniciado em uma estrutura desigual, acabou por concentrar a renda, a propriedade das terras e acentuar ainda mais a desigualdade entre as regiões brasileiras. A heterogeneidade das estruturas regionais no meio rural decorrentes do efeito modernizador caracteriza o maior dinamismo agrícola nas regiões Sul e Sudeste do país, com incremento de tecnologia e mecanização nos processos produtivos. Além

³ Destaca-se na década de 1970 a consolidação do “complexo da soja”, constituída e desenvolvida pela atuação do Estado em praticamente todas as vertentes de intervenção (MAZZALI, 2000, p. 67).

de estruturas assentadas em uma plataforma de grandes produtores e pequenas propriedades de exploração familiar (DELGADO, 1985).

Oliveira (2001) define os paradigmas e as contrariedades do desenvolvimento do capitalismo no meio rural, nas décadas de 1980 e 1990, relacionando os modelos antagônicos das grandes propriedades rurais e as unidades de exploração familiar. Os produtos agrícolas oriundos das grandes unidades rurais ascenderam significativamente na pauta de exportações brasileiras. E as pequenas unidades camponesas de produção familiar, marginalizadas do processo modernizador, buscariam novas estratégias de reprodução social para este modelo de desenvolvimento rural.

Segundo Graziano da Silva (2004), estas novas estratégias de reprodução social das unidades de exploração familiar devem-se ao fato que os movimentos camponeses a partir da década de 1980 não estavam articulados suficientemente para encamparem uma reforma agrária. A lacuna de crédito rural subsidiado pelo Estado foi substituída pela integração dos capitais – industriais, agrários e financeiros – amparado no setor privado em grandes conglomerados de interesses agroindustriais. Para tanto, fazia-se necessário combater a desagregação do campesinato, contendo as migrações para os centros urbanos. Oliveira (2001), corroborando com as ideias de Graziano da Silva (2004), argumenta sobre a necessidade da produção familiar buscar novas estratégias de reprodução, integrando a produção destas unidades as demandas industriais e de abastecimento dos centros urbanos.

2.2 CAMPESINATO E MOVIMENTOS SOCIAIS: A AGRICULTURA FAMILIAR NA BUSCA POR AUTONOMIA

Os efeitos danosos à economia camponesa decorrentes do processo modernizador foram fundamentados nas bases sólidas da interação entre os capitais agrícolas, industriais e financeiros. O campesinato, durante este processo, sofreu profundamente as mais diversas formas de expropriação, marginalização e pressões sociais das classes dominantes – agrárias e urbano-industriais. Entretanto, a

pequena exploração familiar manteve-se no segmento de abastecimento dos gêneros agrícolas aos centros urbanos (GORENDER, 2004).

Oliveira (2001) faz distinções entre as reivindicações dos camponeses no campo, entre os grupos que buscavam acesso a terra e aqueles que pretendiam manterem-se como produtores básicos de alimentos de primeira necessidade. Segundo Gorender (2004), as pequenas explorações agrícolas não foram totalmente eliminadas pelo movimento modernizador. A desarticulação da pequena exploração familiar incorreria em elevações substanciais dos níveis de preços dos produtos alimentares. Martine e Garcia (1987, p. 87) afirmam que as culturas de exportação ou chamadas “culturas dinâmicas” avançaram aos limites das fronteiras agrícolas, com efeitos de valorização das terras e concentração fundiária. O deslocamento da pequena produção familiar para limites mais afastados determinou em relevantes custos na produção de alimentos. A estrutura agrária delineada pela modernização dos latifúndios valorizou as terras para fins especulativos, onerando o processo produtivo das pequenas propriedades. Este conjunto de fatores determinou as crises de abastecimento recorrentes, com escassez de diversos alimentos de consumo básico da população (GUIMARÃES, 1977).

As modernas técnicas produtivas das chamadas empresas agrícolas, concomitantemente com a sazonalidade da utilização de mão de obra nas lavouras modernas, foram fatores preponderantes para os fenômenos de desagregação da família camponesa. O êxodo rural acentuou-se pela utilização de apenas uma parte dos membros das famílias e por determinados períodos do ano. O grande contingente de mão de obra nas lavouras evoluiu para a utilização dos trabalhadores temporários. A nova dinâmica agrícola impôs novas relações de produção no campesinato. A família camponesa passou a produzir para o autoconsumo e destinar o excedente para a produção mercantil (RANGEL, 2004).

Martine e Arias (1987) analisam este fenômeno do êxodo rural e as transformações nas relações de trabalho no campo. De acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificam a migração de 16 (dezesseis) milhões de pessoas do campo para as cidades durante a década 1970 – consolidação da modernização conservadora. Em complemento, apontam o aumento da utilização da mão de obra dos trabalhadores assalariados temporários – “bóias-frias” – e a diminuição das ocupações familiares no meio rural.

A manutenção da produção familiar no mercado como unidades economicamente viáveis passa a depender dos níveis de integração destas unidades as imposições do mercado e ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Para tanto, destacam-se diferentes tipologias de produtores familiares, sendo aqueles que são viáveis economicamente e aqueles que estão em situação de pauperização e expropriação do campo (SORJ; WILKINSON, 1983).

Segundo Delgado (2005), pela constatação da não eliminação ou absorção da agricultura de subsistência ou agricultura familiar pelas grandes propriedades, o cenário que se impôs a estes agricultores eram os desafios para a integração ao mercado e a perspectiva de viabilidade dos empreendimentos. Não haveria condições para o desenvolvimento do país sem um forte setor de fornecimento de alimentos de primeira necessidade, com competitividade no mercado. Em grande parte, as pequenas unidades caracterizadas pela utilização da mão de obra familiar buscam esta integração ao mercado, mas sofrem as consequências das técnicas rudimentares de produção. A solução consiste no aumentando da auto exploração dos membros da família para a consecução de uma produção mercantil (GRAZIANO DA SILVA, 1977).

Sorj (1978) aborda esta questão dos problemas sociais no campo oriundos do desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro. As questões são diversas, pelo fato das diferentes tipologias de agricultores, principalmente pequenos agricultores, caracterizando a heterogeneidade da agricultura nacional. A solução para o fenômeno de proletarização e desemprego no meio rural, trata-se de fundamentalmente promover modificações no modelo econômico para o desenvolvimento rural. Refuta-se a ideia de reforma agrária, pois perante o desenvolvimento de modernas técnicas produtivas, a agricultura torna-se cada vez menos dependente dos meios naturais. E, conseqüentemente, as forças políticas não encampariam ideais de ruptura na estrutura agrária vigente.

Dentre os principais efeitos decorrentes do processo modernizador para as pequenas unidades rurais estão à expropriação do campesinato para áreas da fronteira agrícola e o intenso processo de utilização de mão de obra assalariada temporária nas lavouras. Além disso, o aumento do fluxo migratório de famílias camponesas para os centros urbanos e a marginalização do acesso às modernas técnicas produtivas. No início da década de 1980, próximo ao fim do Governo Militar, após um intenso período de repressão, verifica-se o retorno das atividades dos

movimentos sociais, emanando as reivindicações daqueles descontentes com as ações governamentais. Para Moreira (1982, p. 12), “parte significativa da população rural e urbana, que não viu seus interesses representados no Estado e na política governamental, começa a se organizar de forma independente dos partidos políticos existentes”.

Oliveira (2001) constata que em 1980 houve um aumento substancial dos conflitos violentos no campo, reflexo do ambiente de desigualdade social e expropriação das famílias camponesas. As lutas pelo acesso à terra no meio rural são enfrentadas pelos movimentos sociais, sindicatos, partidos de esquerda e pela Igreja Católica. A fundação do MST, em 1984, resultado da agregação de diversos movimentos sociais rurais isolados, possibilitou o surgimento de um movimento articulado e distribuído pelo território nacional na luta pelo acesso a terra (COMPARATO, 2001). Esta é a principal característica do MST, a luta pelo acesso à terra daqueles camponeses que foram expropriados das unidades produtivas, transformados em trabalhadores assalariados no campo ou situaram-se em condições de subemprego nos centros urbanos. As reivindicações de acesso à terra, indicavam o alcance da redemocratização por meio da realização da reforma agrária, democratizando a questão fundiária. (OLIVEIRA, 2001).

Os debates sobre a eminente reforma agrária atingiram níveis de discussão em diversos segmentos da sociedade. Para tanto, no ano de 1985 foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ratificando em diversos aspectos o Estatuto da Terra – assegurando a propriedade privada, a função social da terra, a desapropriação de terras improdutivas e a gradual extinção dos minifúndios e latifúndios. Advindo de diversos grupos de influência, grupos políticos e ruralistas, a política de reforma agrária foi implementada de forma lenta e gradual por intermédio de assentamentos rurais e poucas desapropriações, desenganado aqueles que viam no projeto a oportunidade efetivamente resolver as questões de justiça social na estrutura fundiária nacional (OLIVEIRA, 2001).

Graziano da Silva (1987), na época, não via mais pertinência nestes movimentos no país, incitando o debate sobre a pertinência da reforma agrária em uma base rural modernizada. Na conjuntura que se apresentava, a reforma agrária perdia seu poder explicativo, não sendo mais o caminho viável para o aumento da produção de alimentos. Entretanto, após a transição para a democracia, intensificaram-se a atuação dos movimentos sociais rurais e urbanos. Aliados ao

cenário político e à crise fiscal do Estado, as reivindicações voltaram-se em prol de modificações nos rumos da política agrícola, da intervenção estatal e do acesso a terra. O principal ideal dos movimentos consistia no fim das políticas públicas de privilégio aos grandes proprietários rurais em detrimento da exclusão e marginalização do campesinato (NORDER, 2000).

O final da década de 1980 e, mais acentuadamente, a década de 1990, representaram um novo momento de transformações na questão agrária brasileira. Graziano da Silva (1987, p. 29) define este novo momento de discussões sobre o campesinato e, mais especificamente, o papel da produção familiar no segmento agrícola como “no grande debate sobre a pequena produção que já dura mais de um século”. O antigo debate sobre a produção familiar necessitava ser renovado, decorrente das novas demandas sociais, perante a ótica de pauperização das famílias camponesas. As ações governamentais para a questão de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura precisavam incorporar estas novas demandas, expressas por meio dos diferentes atores sociais presentes na questão agrária (PACHECO, 2004).

Graziano da Silva (1987) aponta esta diferenciação que se faria necessária entre as políticas públicas para o meio rural, de acordo com diversos atores sociais do meio rural. Para o autor,

[...] os objetivos, instrumentos e execução das políticas agrícolas deveriam levar em conta, minimamente, as três categorias sociais básicas de unidades produtivas envolvidas na atividade agrícola: os capitalistas, as empresas familiares e os camponeses. Para os sem-terra, os semi-proletários (incluindo aqui parte dos camponeses pobres), são os instrumentais de política agrária que deveriam ser propriamente acionados (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p. 45).

Efetivamente houve esta separação nos movimentos sociais que encampavam lutas em prol dos camponeses, que permaneceram no meio rural e, outros para aqueles que foram expropriados, reivindicando o acesso à terra. O MST esteve no movimento pelo acesso à democratização fundiária. A estratégia do movimento foi modificada ao longo do tempo, com as vertentes principais de luta pela reforma agrária e acesso à propriedade fundiária, com a utilização das invasões e políticas de assentamentos (OLIVEIRA, 2001). Segundo Germer (2004), os movimentos sociais de representatividade do campesinato não estiveram em uma plataforma única de reivindicações. Além do MST, representando aqueles

trabalhadores rurais sem a posse da terra e os camponeses mais pobres, destacam-se os movimentos rurais de proletários rurais assalariados ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os demais representados pela Contag, organizados em sindicatos rurais.

Os movimentos sociais rurais permitiram novamente o retorno dos debates sobre a questão agrária no país, envolvendo os diversos aspectos do processo produtivo e de comercialização dos produtos agrícolas, com a priorização sobre as contestações por um modelo de desenvolvimento rural⁴ com justiça social (FERREIRA; ZANONI, 1998). Segundo Mior (2005, p. 65), a luta dos movimentos sociais rurais desencadeou as pressões por modificações no segmento rural. Credita-se grande relevância a atuação do MST pelas conquistas em prol dos ideais de reforma agrária e a Contag pela atuação enfática na busca por políticas públicas direcionadas a pequena exploração familiar.

Para Abramovay (1997), a partir do início da década de 1990, os movimentos sociais agruparam esforços para uma estratégia democrática no meio rural, através do fortalecimento das unidades rurais familiares. Outros dois aspectos relevantes permeiam, em primeiro caso, a reflexão nos debates da intelectualidade nacional sobre a reprodução social da agricultura familiar e sua importância econômica e social na agricultura nacional. No segundo caso, a mudança na agenda política para a promoção de políticas públicas para a agricultura familiar.

Diversos argumentos surgem em favor do fortalecimento da agricultura familiar. A pequena produção, que antes tendia ao declínio pela perda de importância econômica, reverte-se para uma importante estratégia na questão agrária nacional, compreendendo a complexidade e a heterogeneidade do meio rural (ABRAMOVAY, 1997). Mior (2005, p. 69), corroborando as ideias de Abramovay (1997), afirma que “a partir dos anos 90 diversos trabalhos acadêmicos, de diferentes correntes teóricas, têm enfatizado a importância do fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural”. Articula-se a partir deste momento a definitiva integração da agricultura familiar no centro das ações governamentais por intermédio das políticas públicas para o fortalecimento desta estratégia de desenvolvimento rural no Estado brasileiro (ABRAMOVAY, 1997).

⁴ Nyerere (1979) compreende que o desenvolvimento rural é uma estratégia, sobretudo de combate a pobreza no campo, promovendo ações governamentais que permitam a autonomia política e econômica da população. A estratégia de desenvolvimento rural não pode estar dissociada da estratégia de desenvolvimento nacional do país.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO DO DEBATE

Neste item é apresentado o processo de evolução conceitual sobre a importância das pequenas propriedades para o desenvolvimento rural brasileiro, abordando a dinâmica conferida agricultura familiar como principal indutora destas novas perspectivas de desenvolvimento.

2.3.1 A construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural

A ascensão dos debates sobre a importância econômica e social da agricultura familiar nas décadas de 1980 e 1990 imputaram ao tema a característica de uma nova organização social no meio rural (WANDERLEY, 2001). Evidentemente as ciências sociais passaram a identificar novas perspectivas de desenvolvimento, visualizando novos atores sociais na ruralidade. A relevância da temática dos agricultores familiares e as críticas às políticas agrícolas tipificaram os debates em torno de uma construção de um “novo rural” (FERREIRA, 2000, p. 31). No entanto, para Graziano da Silva (1987), o debate sobre a pequena produção familiar não é novo, mas antigamente centrado na figura do camponês, sendo necessário que as políticas agrícolas destinadas aos agricultores familiares contemplem a heterogeneidade característica da pequena produção. Tradicionalmente a pesquisa científica analisou a importância econômica das pequenas unidades rurais pelo critério do tamanho dos estabelecimentos. A análise sob o enfoque da superfície das propriedades releva os demais aspectos inerentes à diversidade da pequena produção e aos diversos níveis de eficiência produtiva entre os estabelecimentos (VEIGA, 1995).

No contexto brasileiro, a evolução do pensamento científico sobre a pequena produção promoveu debates que centraram as relações de continuidade e ruptura com o campesinato. Para dissociar esta nova categoria social do meio rural, convencionou-se estabelecer na produção científica as segregações entre agricultores familiares e agricultores patronais. A partir de inúmeras definições teóricas, busca-se categorizar os principais elementos de identidade e progresso nos processos que configuram a organização social dos camponeses e dos agricultores familiares (SILVA, 2007).

Wanderley (2001) compreende o camponês tradicional como uma tipologia de agricultor familiar dentre outras existentes na multiplicidade social deste modo de organização da produção. Em contraponto, Mendras (1978) traça um paralelo entre as tipologias de camponeses e agricultores. A sociedade camponesa envolve as características de relativa autossuficiência econômica e dos processos internos, centralidade estrutural decorrente da organização grupo familiar, socialização dos conhecimentos técnicos, centralização de decisões na mediação com outros atores sociais e relações insuficientes com outras comunidades na localidade. A tipologia de agricultores, contrapondo o campesinato, estaria relacionada à ausência de autonomia, descontinuidade da socialização dos conhecimentos técnicos, forte emprego de atividades especializadas com incremento tecnológico no processo produtivo e produção orientada ao mercado consumidor.

Para Seyferth (2011), existe uma grande complexidade no entendimento das sociedades camponesas, reflexo das múltiplas variáveis de desenvolvimento destes atores sociais. Apesar da heterogeneidade da pequena exploração familiar, as principais análises circunscrevem a interação entre os elementos: propriedade, trabalho, família e gestão dos estabelecimentos (WANDERLEY, 2001; CHAYANOV, 1981).

Chayanov (1981) desenvolve a teoria da organização social em unidades familiares de produção a partir dos processos intrínsecos a este modelo de exploração agrícola. A produção familiar trata-se de um modelo deslocado daqueles inseridos na economia capitalista, com a condição básica da inexistência de pagamento de salários. A produção nos estabelecimentos familiares obedece a uma lógica de necessidades do grupo familiar, na medida em que a produtividade atinge o volume de satisfação suficiente, a produção decresce, diminuindo o nível de auto exploração da força de trabalho da família. No entanto, apesar desta produção de subsistência, admite-se que haja níveis de agricultores familiares que direcionem o excedente produtivo para a comercialização no mercado, privilegiados perante a qualidade do solo e a localização geográfica em relação aos consumidores.

Para Wanderley (1998, p. 29), Chayanov foi quem discorreu originalmente sobre a teoria “dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura”. Segundo Seyferth (2011, p. 397), Chayanov formulou uma ampla teoria sobre a “economia camponesa”, em que repousa a importância fundamental do trabalho familiar na unidade produtiva com ausência de pagamento

de salários aos membros da família, caracterizando um processo produtivo de relações não capitalistas.

Neste modelo de produção do camponês tradicional, com relações não capitalistas, descrito por Chayanov, o resultado produtivo é indivisível entre os membros da família, pela impossibilidade de desagregação dos rendimentos. Dentre as características fundamentais do campesinato, destaca-se a autonomia do camponês, que opera a unidade produtiva de acordo com as necessidades de consumo do núcleo familiar. O nível de autonomia do camponês torna-se decrescente em relação ao aumento da modernização tecnológica e a integração ao mercado através da comercialização dos produtos (WANDERLEY, 1998).

Lênin (1985) e Kautsky (1986), ao tratarem da temática das sociedades camponesas para a questão agrária na Rússia, elevam a penetração do capitalismo no campesinato como fator de modificação da estrutura das relações sociais e produtivas. Com o avanço do desenvolvimento capitalista no meio rural, o campesinato estaria posicionado como uma classe social declinante e possivelmente extinta. Em parte pela industrialização, haveria o avanço do trabalho assalariado e a diminuição do contingente de pessoas no meio rural. Em outro aspecto, a modernização tecnológica dos estabelecimentos agrícolas não seria compatível com as pequenas propriedades. O avanço do capitalismo alteraria as estruturas das sociedades camponesas por intermédio da capacidade de adaptabilidade do capital visando à viabilidade dos empreendimentos.

A visão posta por Lênin (1985) e Kautsky (1986) é caracterizada pelas ideias de extinção do campesinato por meio da perda de autonomia. Tal perda seria decorrente da dependência do mercado para prover suas estratégias de reprodução. Wanderley (2001) classifica o campesinato tradicional como uma forma de agricultor familiar, adaptado as diversas transformações da sociedade contemporânea. O campesinato tradicional envolve as características da produção destinada a prover a subsistência do grupo familiar, a perspectiva de sucessão hereditária nos estabelecimentos e a herança de conhecimento das técnicas produtivas. Na contemporaneidade a agricultura familiar não engendrou uma ruptura total do campesinato, mas busca adaptar-se ao mundo moderno,

[...] nas sociedades modernas, multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura

urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc. -, tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 2001, p. 33).

A organização social da agricultura familiar estaria centrada em uma definição básica, “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p. 23). Em geral, a agricultura familiar esteve por muito tempo delimitada pela característica básica de membros de um determinado núcleo familiar que exercem atividades produtivas no estabelecimento da família (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). A agricultura familiar tornou-se reconhecida por intermédio de pesquisas científicas em uma categoria social do meio rural diferente do camponês tradicional. Verificou-se a existência de produção destinada ao mercado, não apenas para a subsistência do grupo familiar, como também, receptividade a tomada de crédito, inovações tecnológicas e a inexistência de uma estrutura rígida em relação aos riscos mercadológicos inerentes em uma atividade empresarial (ABRAMOVAY, 1997).

Entretanto, inexistiu a ruptura total entre os agricultores familiares e os camponeses tradicionais. Em certos casos, além de prover a subsistência da família existe a comercialização dos excedentes produtivos. Os traços característicos do campesinato estão representados principalmente pela importância da família na unidade rural. Porém, a adaptabilidade à sociedade moderna minimizou a importância da herança de conhecimento das técnicas produtivas entre o núcleo familiar, sendo a integração aos processos modernos um fator fundamental na estratégia de reprodução (WANDERLEY, 2003). Lamarche (1993), ao analisar a estrutura do modelo de exploração familiar em diversos países, em contextos nacionais e locais, relacionou a grande diversidade da dinâmica econômica e social das explorações agrícolas dos pequenos agricultores. Para Wanderley (2000, p. 89), o desenvolvimento do capitalismo e os processos globais homogeneizantes, não ocasionaram a “uniformização da sociedade”. O meio rural, portanto, permaneceu conforme os níveis de desenvolvimento dos agricultores familiares, com fortes laços de continuidade do campesinato tradicional e novas adaptabilidades às dinâmicas do mundo moderno. O espaço rural esteve em consonância com as mudanças da sociedade contemporânea.

Lamarche (1993), ao referir-se à diversidade da exploração familiar e à problemática da definição conceitual de agricultor familiar, sustenta que:

Coloca-se então, uma vez mais, o problema quase insolúvel da definição de critérios tipológicos comuns. Os exploradores definem-se e diferenciam-se uns dos outros segundo critérios extremamente variados: em alguns lugares, o mais significativo é a superfície; em outros, o nível de mecanização ou endividamento; e, em outros mais, a disponibilidade de recursos exteriores etc. A solução seria a de utilizar o melhor possível os conhecimentos e a competência dos pesquisadores em seus respectivos terrenos (LAMARCHE, 1993, p. 32).

Abramovay (1998), do mesmo modo de Lamarche (1993), analisa o contexto em que a agricultura familiar está inserida em uma comparação internacional. Em um enfoque paralelo ao desenvolvimento deste modo de produção no Brasil, evidencia a diversidade da agricultura familiar nos países de capitalismo central e como estas unidades foram importantes núcleos para a adoção da modernização de base técnica. A questão agrária nos países considerados desenvolvidos, abordados na análise de Abramovay (1998), esteve centrada na agricultura familiar como um importante segmento no meio rural, fundamental na dinâmica econômica e social do da produção de alimentos e matérias-primas. Por sua vez, Wanderley (2001, p. 48) analisa os processos internos intrínsecos da organização social da agricultura familiar brasileira, verificando a inexistência de discrepâncias com os de outros países. No entanto, o mesmo autor ressalta uma característica peculiar da agricultura familiar no Brasil, no que tange a utilização da mão de obra, pois “revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar” (WANDERLEY, 2001, p. 48). Tal afirmação é decorrente da precariedade, exclusão e marginalização em que sempre estiveram sucedidas as pequenas unidades rurais no contexto agrário brasileiro.

A agricultura familiar caracteriza-se por esta diversidade de formas de organização da produção, constatada pela representativa influência dos elementos da localidade sobre o contexto de heterogeneidade, nas dimensões econômica, social, cultural, espacial e ambiental (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Para Wanderley (2001), a formulação das ideias referentes ao contexto da agricultura familiar brasileira não podem relevar a construção histórica da questão agrária nacional. Sorj e Wilkinson (1983), ao definirem a agricultura familiar como categoria

social, indicam a importância dos elementos sociais e materiais na constituição de uma categoria específica, enfatizando a luta pela reprodução social deste modelo,

A produção familiar pode ser definida como uma categoria social, que a partir de uma base material e social específica luta pela sua reprodução contra a expropriação do excedente e a tendência de proletarização (no campo ou na cidade) que se exerce contra ela a partir do modo de produção capitalista, ou contra a expropriação de seu excedente por parte do proprietário fundiário, ou do capital usuário e comercial (SORJ; WILKINSON, 1983, p. 170).

Nesta temática, Lamarche (1993, p.15) delimita conceitualmente a exploração nos estabelecimentos familiares como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. A complexidade de caracterização da agricultura familiar é oriunda de certa pluralidade encontrada no meio rural, tanto pela disponibilidade de fatores de produção quanto pelas restrições que se impõem aos agricultores.

2.3.2 A inserção da agricultura familiar na dinâmica agrícola de desenvolvimento rural

Conceituar a agricultura familiar por um único modelo teórico não ensejaria as diversas tipologias de agricultores e o modo como são providas as estratégias de reprodução social de acordo com o contexto em que estão inseridos (ORGANIZAÇÃO..., 2000). Veiga (1996), complementando as ideias de Lamarche (1993), descreve além das variáveis trabalho e propriedade, a observação da magnitude da diversificação na agricultura familiar. Observando-a na gestão dos estabelecimentos, na utilização de técnicas produtivas e na adaptabilidade aos recursos disponíveis. Em contraponto, para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os estabelecimentos rurais de agricultores familiares são caracterizados perante os aspectos de produção, relações de trabalho e tamanho das unidades. Esta classificação permite avaliar o nível de relação com os recursos naturais disponíveis, sendo que as unidades familiares foram delimitadas segundo “a relação dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado”. Complementando a delimitação, com o

estabelecimento de uma área máxima de tamanho das unidades, conforme as regiões do país (ORGANIZAÇÃO..., 2000, p. 10-11).

A teorização sobre o conceito de agricultura familiar também parte das análises das relações de trabalho e produção nas unidades familiares. O conceito de heterogeneidade das unidades é compreendido conforme os níveis de mercantilização dos agricultores. Podem-se encontrar agricultores familiares mais integrados aos mercados, como agricultores familiares permanecendo em um maior grau de autonomia em relação ao capitalismo. No entanto, o domínio das técnicas e dos fatores de produção confere a dinâmica da agricultura familiar. A diferenciação social entre os agricultores não é imutável (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A diferenciação social dos agricultores familiares, em muitos aspectos, traduz o impacto do processo de acumulação de capital e integração ao mercado no desenvolvimento dos estabelecimentos. Sorj e Wilkinson (1983, p. 167-168) tratam destas transformações sociais em um modelo “analítico-descritivo”. A partir da junção das diferenciações sociais verticais – caracterizadas pela eliminação da produção familiar – e, horizontais - separados em produtores familiares marginalizados e modernizados -, estabelecem uma classificação das tipologias de agricultores familiares. Os produtores definidos como “empresa eliminada” são aqueles que não integram os processos de modernização tecnológica e estão condicionados a uma tendência de exclusão e marginalização no meio rural. As “empresas familiares” são constituídas dos produtores integrados as dinâmicas do mercado e as tecnologias de modernização de base técnica. Existem ainda os produtores que estão em uma fase de transição, provendo modificações nas relações de produção para permanecerem viáveis economicamente.

Neste escopo de análise das tipologias de agricultores familiares, cabe diferenciá-los, também, segundo a renda total dos estabelecimentos. Sendo as categorias de agricultores familiares considerados capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados. Esta relação constitui-se proporcional as receitas monetárias, advindas na medida em que os estabelecimentos se distanciam de uma cultura de subsistência para a integração ao mercado com a comercialização da produção (ORGANIZAÇÃO..., 2000)⁵.

⁵ Para ver mais detalhes sobre a metodologia detalhada de classificação da tipologia dos agricultores familiares.

Tais tipologias de agricultores familiares abordam as relações existentes nas perspectivas de manutenção destes atores sociais no meio rural. Concomitantemente, a viabilidade dos empreendimentos familiares são potencializadas pelas estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores. Para Ferreira (2002), as estratégias de reprodução contemplam as formas de maximização da eficiência no aproveitamento dos recursos disponíveis no ambiente que os cerca. As principais estratégias utilizadas são o associativismo, a pluriatividade e a agroindustrialização de pequeno porte.

O associativismo está claramente voltado para uma ampla estratégia de inserção da agricultura familiar e consolidação deste modelo de desenvolvimento rural. A reprodução social dos agricultores necessita da formulação de políticas públicas voltadas para a integração de redes de produção e comercialização para os estabelecimentos organizados de forma coletiva (MIOR, 2005). Segundo Schneider (2003, p. 5), as modificações estruturais no meio rural determinaram novas relações entre o campo e a cidade, como também, entre o homem e a natureza, ampliando a existência de atividades exercidas pelos membros do núcleo familiar dentro ou fora das unidades rurais. A pluriatividade consiste nestas atividades econômicas não relacionadas ao cultivo nas propriedades, assumindo novas fontes de rendas e a heterogeneidade de ocupações nos estabelecimentos familiares. Del Grossi e Graziano da Silva (1995) conceituam a pluriatividade como atividades exercidas dentro ou fora do estabelecimento rural, estabelecendo que “permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado”.

A permanência de um modelo familiar de produção com a penetração do capitalismo nas atividades agrícolas aceleradamente promoveu esta modificação da inserção social e econômica da agricultura familiar no contexto contemporâneo. (SCHNEIDER, 2003). A ruralidade assume novas funcionalidades, decorrentes das próprias particularidades dos agricultores familiares na integração com as dinâmicas locais e regionais. Esta constatação permite compreender as atividades no meio rural como um elemento fundamental para a dinâmica da relação “cidade-campo” (ABRAMOVAY, 2000, p. 27). Segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), este “novo rural” apresenta elementos não somente de importância econômica e social da agricultura, mas da notável gama de novas atividades agrícolas e não-agrícolas. As atividades não-agrícolas atingiram um elevado nível de

expansão principalmente pela maior infraestrutura disponível no campo. Deste modo, a pluriatividade que contempla as atividades agrícolas é exercida pela implantação da agroindustrialização da produção nos estabelecimentos familiares.

A pluriatividade na agricultura familiar através das estratégias de agroindustrialização não assume um desenvolvimento de forma homogênea em todos os estratos de agricultores familiares. Sorj e Wilkinson (1983) fazem distinções sobre o desenvolvimento da agroindústria familiar entre as tipologias de agricultores. Os processos de agroindustrialização encontram-se presentes no segmento dos agricultores familiares modernos ou capitalizados. Neste estrato da produção familiar a transformação nos processos produtivos está integrada as demandas do mercado ou as agroindústrias de grande porte. Segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 41-42), a agroindustrialização permite a possibilidade de um novo dinamismo para uma localidade ou região, via inserção em cadeias produtivas de insumos, gerando renda para as famílias. Por meio da comercialização dos produtos configura-se a aproximação do produtor ao consumidor final.

Prezotto (2002) define o aspecto das estratégias de agroindustrialização no meio rural por meio da segregação entre as tipologias de agroindústrias convencionais – atuantes em grande escala produtiva – e, em análise específica, as agroindústrias familiares. Caracterizadas em um modelo de agroindustrialização descentralizada e de pequeno porte, as agroindústrias familiares necessitam garantir a inserção nos mercados consumidores locais e regionais, tornando-se empreendimentos viáveis. A viabilidade das agroindústrias familiares está centrada na capacidade produtiva das matérias-primas, no incremento tecnológico e gestão dos estabelecimentos, além da comercialização e nos níveis de articulação com as demais agroindústrias.

Souza e De Biagi Júnior (2005), por sua vez, desenvolvem um modelo teórico de análise das agroindústrias familiares. Compreendendo uma classificação segundo o porte dos empreendimentos e dos desafios e oportunidades que os empreendedores rurais familiares eventualmente encontram na reprodução social dos estabelecimentos. As agroindústrias familiares são classificadas em pequenas – subclassificadas em mini, micro e pequenas empresas. Existem mais duas categorias, sendo as pequenas e viáveis para expansão e aquelas que são pequenas e possuem restrições para expandirem as atividades. Os grandes desafios que se impõem as agroindústrias familiares estão relacionados ao ambiente

macroeconômico, determinação da abrangência geográfica de atuação, formação de custos e preços e, além disso, a concomitante função de gerenciar o processo produtivo e a gestão dos estabelecimentos.

Apesar dos desafios que as agroindústrias familiares enfrentam na busca de viabilidade econômico-financeira dos estabelecimentos, as oportunidades de expansão dos negócios estão na comercialização de produtos processados para “nichos” especiais de mercado. A comercialização em níveis locais e regionais proporciona efeitos benéficos para o reconhecimento da marca como sinônimo de um produto de qualidade superior ou com fabricação manual ou artesanal. É neste quesito que repousa a estratégia de diferenciação de preço dos produtos das agroindústrias familiares, notadamente superiores aos das grandes empresas de conglomerados industriais (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, CAMPANHOLA, 2002; SOUZA; DE BIAGI JÚNIOR, 2005).

A agroindustrialização das matérias-primas in natura é uma importante estratégia de aumento de renda para os agricultores familiares. A agroindústria permite que os tradicionais agricultores familiares tenham o incentivo necessário para a modernização dos estabelecimentos e o aprendizado de novas técnicas produtivas no processamento dos produtos agroalimentares (WILKINSON, 2000). Segundo Wilkinson (1999), para o desenvolvimento das atividades agroindustriais torna-se necessário a constante especialização produtiva dos agricultores familiares. Aliado a isto, a incorporação de novos processos no interior dos estabelecimentos, a valorização do mercado consumidor local e a busca por novos mercados de atuação. Tais atividades estão em um contexto de inovação para a produção familiar:

Está em jogo aqui um complexo processo de aprendizagem de todo um conjunto de atividades que não são tradicionais da produção familiar. Além da exploração de novas tecnologias e novas formas de organização coletiva, trata-se da gestão de empreendimentos, de conhecimentos e capacidade de lidar com o mercado, de identificar e negociar com organismos financiadores, de lidar com organismos intermediários como ONGs, etc. Tudo isso implica em novos padrões de aprendizagem e temos que analisar e desenhar formas institucionais de equacionar isso (WILKINSON, 1999, p. 36).

Para Wesz Junior (2009), os agricultores familiares desenvolveram as atividades de agroindustrialização pela própria dinâmica do sistema agroalimentar. A partir da difusão de processos e técnicas modernas os agricultores sofreram uma

gradual perda de competitividade na produção de *commodities*. A agroindustrialização permite a diversificação das atividades agrícolas, gerando renda e novas oportunidades mercadológicas para os empreendimentos rurais de famílias pluriativas.

Segundo Maluf (2004), estas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares estão pautadas na força dos empreendimentos coletivos para a obtenção de segmentos de mercado. Destacam-se as cadeias produtivas em que os agricultores tradicionalmente são integrados aos complexos agroindustriais e na agroindustrialização de pequeno e médio porte de produtos com qualidade diferenciada ou identificação geográfica. A agroindustrialização dos produtos como estratégia de reprodução social das famílias rurais busca enquadrar a agricultura familiar em um elevado padrão de desenvolvimento e geração de renda no meio rural (BERGAMASCO; BUENO, 1998). Para Neves (2005) a aproximação do agricultor familiar com as dinâmicas do mercado deve-se ao acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento, mas a categoria socioeconômica está em um quadro constitutivo de intensa diversidade de níveis sociais de desenvolvimento entre as diferentes tipologias de famílias rurais. Para tanto, faz-se necessário priorizar políticas públicas de apoio às agroindústrias familiares (WILKINSON, 2000).

Este contexto de priorização de políticas públicas para a agricultura familiar passa a ser visualizado e inserido nesta temática de novas ruralidades. Maluf (2009) contextualiza estas análises a partir do conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar. As unidades rurais são analisadas em um contexto socioeconômico, independente da sua relevância produtiva nas atividades agrícolas, mas com o foco de análise nas dinâmicas de reprodução social e como a territorialidade em que estão inseridas influencia este processo. Silva (2007, p. 52) ressalta a ligação entre a territorialidade e o contexto histórico afirmando que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Neste enfoque, a agricultura familiar passa a ser analisada pelas dimensões das famílias rurais, do território, da sociedade e das políticas públicas.

O meio rural tornou-se um espaço diversificado nas relações sociais e econômicas entre os habitantes das zonas rurais, como na relação cidade-campo, surgindo reflexões de qual seria o papel dos espaços rurais (WANDERLEY, 2000). Para Ferreira (2002), houve de fato uma substancial mudança de paradigma sobre o meio rural. Antes visto como sinônimo de atraso e impedimento ao desenvolvimento

nacional torna-se um segmento em processo de reconhecimento, caracterizando “as potencialidades do rural como espaços para reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade” (FERREIRA, 2002, p. 30).

Bergamasco e Bueno (1998) definem que novas ações afirmativas para o meio rural tornaram-se um interesse campo de análise, devido às novas conjunturas dos espaços rurais. Segundo os autores:

A organização e a gestão social, a participação na agroindústria e a sustentabilidade podem e devem ser buscadas para e pela agricultura familiar como forma de desenvolvimento rural. A intervenção, de caráter público e privado, através de ações educativas contínuas e descentralizadas, parece ser uma importante artéria de análise (BERGAMASCO; BUENO, 1998, p. 104).

A agricultura familiar e as novas concepções sobre os espaços rurais iniciaram um processo de valorização do desenvolvimento deste modelo de exploração agrícola. Veiga (1996, p. 397) afirma que “a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural está finalmente entrando na agenda política do Brasil”. O apoio à agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural deve permear a multifuncionalidade dos espaços rurais e a integração dos agricultores as demandas de um novo padrão de desenvolvimento. Viáveis através da reprodução social das unidades pelo acesso a políticas de profissionalização, capacitação e extensão rural (BERGAMASCO; BUENO, 1998; MALUF, 2009).

Neves (1998) analisa o papel dos mediadores sociais nesta concepção de um novo espaço rural. A construção de um novo papel social do agricultor não dependerá de um projeto pessoal, mas de uma ordem de diversos interesses nesta reordenação de forças, que por vezes podem gerar conflitos entre os diversos atores sociais. Destaca-se nas reivindicações por novas políticas para o meio rural, o papel dos movimentos sociais, buscando a equivalência da exploração agrícola com a utilização racional e sustentável dos recursos naturais (SCHERER-WARREN, 2007).

As pressões dos movimentos sociais e os novos debates e concepções sobre a ruralidade legitimaram as ações afirmativas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para tanto, a agricultura familiar alça

ao patamar de “uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas” (SCHNEIDER, 2003, p. 3-3).

Tal projeção e reconhecimento da agricultura familiar determinaram a integração da temática na agenda política do Estado, cujo objetivo foi promover políticas públicas para o segmento visando à manutenção e desenvolvimento destes agricultores no meio rural.

2.4 NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para um melhor entendimento, este item está dividido em dois momentos. No primeiro, são apresentados os aspectos teóricos e metodológicos de políticas públicas, com o enfoque no campo teórico de análise de políticas públicas. No segundo momento, apresenta-se a conjuntura pela qual a agricultura familiar passou a integrar a agenda política, com a formulação de políticas públicas específicas e diferenciadas para o segmento.

2.4.1 Aspectos teóricos e metodológicos de políticas públicas

O surgimento de uma política pública específica para a agricultura familiar, oriunda de demandas sociais históricas, demonstrou a opção do Estado em planejar e fomentar as estratégias de desenvolvimento deste modelo de exploração agrícola, desencadeando a criação de diversos programas governamentais para o segmento. Neste sentido, o conceito de política pública envolve as ações e decisões do Estado somadas a participação do conjunto dos demais atores sociais. Estes elementos operacionalizados nas políticas dimensionam distintos impactos na sociedade. As políticas podem ser relacionadas entre aquelas de impactos abrangentes e as de relevância setorializada (HEIDEMANN, 2009). Simão et al. (2010) compreendem as políticas públicas como atividades contínuas da administração pública na observância dos objetivos e metas do planejamento estatal. Tais atividades, com vistas à resolução de diferentes problemáticas, correspondem ao retorno social oriundo dos tributos pagos pelos cidadãos. Faz-se necessário, para tanto, o

estabelecimento de objetivos a serem alcançados pela implementação da política pública, bem como promover a avaliação dos resultados no decorrer do processo.

Souza (2006, p. 22) traz ao debate a complexidade da temática de estudos do campo das políticas públicas, subdividida em modelos teóricos e de análises⁶. Para a autora, no entanto, o centro do debate na construção deste campo de conhecimento está focado no “papel do Estado e em uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas”. A centralidade da relação entre Estado e sociedade na temática de política pública, confere à definição de Dye (2005) uma abordagem que sintetiza na prática os efeitos observados nestas relações cotidianamente. Segundo Dye (2005, p. 01 apud HEIDEMANN, 2010, p.30), “a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer”. Para Hofling (2001), a política pública envolve o Estado, os agentes públicos com todo o aparato burocrático-administrativo e aqueles diretamente envolvidos na política. O envolvimento dos atores sociais nas políticas públicas significa que tais políticas não são apenas oriundas do organismo estatal.

Heidemann (2010, p. 30) faz referência às políticas públicas entendidas como “políticas de Estado”, sendo aquelas que permanecem sem modificações ou com poucas alterações, transpassando os ciclos de administradores públicos. As políticas sociais, por sua vez, seriam caracterizadas por serem direcionadas a questões específicas de um segmento da sociedade. As políticas públicas podem ser compreendidas por meio de modelos conceituais de análise. Dye (2009) descreve que os modelos conceituais permitem capturar elementos ou características das políticas implementadas, identificando na prática os pontos de convergência com as teorias descritas. Os principais modelos conceituais de análises abordam os enfoques da política pública como atividade governamental específica, como atividades governamentais definidas a partir de processos esquematizados e como um campo de atividade governamental dominada pelos interesses de grupos de poder. Além disso, no enfoque da administração pública, as

⁶ Souza (2006) refere-se aos conceitos teóricos clássicos dos precursores do campo de estudo das políticas públicas, citando Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959), Lindblom (1979) e Easton (1965). As concepções elaboradas orbitam em torno da normatização de técnicas e métodos para a análise de desempenho das atividades exercidas pelos governos e os agentes públicos, bem como, a limitação destes agentes na identificação das demandas da sociedade. Em parte pelo papel da influência de elementos burocráticos e de grupos de interesse nos processos da administração pública. E, além disso, pelos elementos externos a administração, caracterizando a inserção das políticas públicas em um ambiente sistêmico.

políticas públicas podem ser vistas como escolhas eficientes do governo visando à maximização de resultados sociais.

A partir desta temática de análise, Frey (2000, p. 216) aborda em profundidade o campo de análise de políticas públicas – *policy analysis* -, definindo as dimensões em que podem ser relacionadas à política. Sendo “o emprego dos conceitos em inglês de “*polity*” – para denominar as instituições políticas, “*politics*” para os processos políticos e, por fim, “*policy*” para os conteúdos da política”. Souza (2006) compreende que a *policy analysis* é de extrema relevância para o entendimento das ações governamentais e seus impactos na sociedade. Frey (2000, p. 221) desenvolve o conceito de *policy analysis* entendendo que a abordagem de análise das políticas deve se concentrar “na investigação da vida interna dos processos político-administrativos”. Esta abordagem processual envolve as interações entre as categorias analíticas de “*policy networks*” para as relações entre os atores envolvidos na política, “*policy arena*” para os conflitos entre os determinados grupos afetados pela implementação da política – em muitos casos pela expectativa de impacto antes da implantação da política pública – e, além disso, a categoria analítica de “*policy cycle*” que confere a política pública subdivisões em etapas caracterizadas como fases e organizadas em aspecto temporal.

A categoria de análise de *policy cycle* é entendida pelo desenvolvimento de um ciclo nas políticas públicas, separado em estágios e dotado de dinamismo. A participação de diversos atores sociais nos estágios do ciclo da política permite que os processos estejam inseridos em um ambiente de inter-relações entre os participantes e de estabelecimento de um fluxo de informações (SOUZA, 2006). Frey (2000, p. 226) define as fases ou estágios de análise do ciclo da política pública em “percepção e definição de problemas, “*agenda setting*”, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e eventual correção”.

Para Frey (2000), a fase de definição e percepção de problemas é o estágio em que efetivamente um determinado fato torna-se objeto de uma demanda social para a necessidade da promoção de uma política pública. Seguido pela “*agenda setting*” que confere o instante em que definitivamente a demanda social integra a agenda política e as discussões em torno dos grupos de interesse e demais participantes, definindo a concepção sobre a elaboração da política. A sequencia do

ciclo de vida das políticas envolve os estágios de elaboração dos programas e decisão, implementação das políticas, avaliação e eventual correção.

Oliveira (2006) prioriza a análise da etapa de implementação das políticas públicas. As políticas são decorrentes de um processo de planejamento, condicionando os resultados ao sucesso do estágio de implementação. Os bons resultados em um processo de implementação precedem ao entendimento dos atores participantes da complexidade dos processos envolvidos e a eficiente gestão dos recursos disponíveis. A etapa de implementação não está imune ao aparecimento de fatos inesperados (UNIVERSIDADE..., 1999). Para tanto, o administrador público assume nesta etapa um papel crucial uma vez que:

A implementação é entendida como processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só “implementadas”. Conflitos interjurisdicionais entre órgãos e instituições, brechas e ambiguidades legais, omissões de normas operacionais, além de outros fatores, permitem que os executores de política tomem decisões relevantes para o sucesso da política (UNIVERSIDADE..., 1999, p. 102).

Além da relevância das decisões dos administradores públicos, deve-se considerar que as limitações intrínsecas ao planejamento, afetado por variáveis internas e externas aos processos, pode delimitar a possibilidade da política pública não atingir os resultados esperados. Em contraponto a esta abordagem do *policy cycle* como um processo linear e hierarquizado, está à retroalimentação do ciclo de vida da política. A retroalimentação compreende que as políticas necessitam de priorização no monitoramento e nas melhorias contínuas nas diversas etapas do ciclo, com a disponibilização de informações que sirvam de subsídio para as eventuais correções durante o processo (UNIVERSIDADE..., 1999).

Cavalcanti (2007) enfatiza o estudo das políticas públicas além da análise das políticas, mas também pelo enfoque da avaliação. A perspectiva do enfoque de avaliação das políticas públicas traz para os avaliadores a necessidade de abordar as dimensões dos programas, atividades e projetos, meio pelo qual as políticas são efetivamente materializadas na administração pública. A avaliação das políticas públicas materializadas em programas governamentais está intimamente relacionada aos interesses dos formuladores – *policy-makers* -, bem como, dos demais gestores públicos. Como aspecto principal, ressaltam-se as questões que abordam a eficiência dos programas em atingirem os objetivos propostos, compreendendo a avaliação das atividades governamentais como direcionada para

“o interesse mais imediato para realizar estudos e pesquisas de avaliação das atividades do governo estaria ligado a auferir os diversos resultados – esperados e não-esperados – alcançados pelos programas” (UNIVERSIDADE..., 1999, p. 132).

A avaliação dos resultados dos programas permite identificar quais os impactos gerados a partir de sua implementação. O processo avaliativo deve estabelecer a combinação de recursos e atividades utilizados, a missão e os objetivos do programa, permitindo a partir dos resultados alcançados a identificação das relações de causa e efeito. Apesar do planejamento estabelecido nos programas, a própria dinâmica de implementação e funcionamento das atividades podem gerar resultados não planejados, conceituados em resultados de médio e longo prazos (COSTA, CASTANHAR, 2003). Neste contexto, a avaliação das políticas públicas é indispensável para as medidas de desempenho da administração e para o fornecimento de informações e relatórios fidedignos que sustentem a tomada de decisão dos *policy-makers*. A avaliação das políticas compreende “a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos” (ALA-HARJA; HELGASON, 2000, p. 8).

Para Carvalho (2003), as políticas públicas são fluxos dinâmicos de processos, as quais sofrem constantes intervenções e revisões. O processo avaliativo necessita orientar todas as etapas e figurar como elemento caracteristicamente inerente à própria política. Garcia (2001) observa que o processo de avaliação da política pública necessita de um modelo referencial, mas mesmo com o estabelecimento dos objetivos, não está isenta do julgamento de valor:

Se a avaliação requer um referencial para que possa ser exercitada, este deverá explicitar as normas (valores, imagem-objetivo, situações desejadas, necessidades satisfeitas) que orientarão a seleção de métodos e técnicas que permitam, além de averiguar a presença do valor, medir o quanto do valor, da necessidade satisfeita, da imagem-objetivo se realizaram. Há de se ter em mente, todavia, que a mensuração possibilitará apenas um conhecimento parcial, limitado pela possibilidade restrita de obtenção de dados e informações quantitativas, determinada pela definição de objetivos, metas e de recursos (de toda natureza) envolvidos (GARCIA, 2001, p. 29).

O processo avaliativo pode ser diferenciado em duas tipologias de avaliação, sendo uma voltada aos resultados dos programas e outra especializada no seu funcionamento, caracterizada por uma abordagem dos processos, das etapas e da interação entre os fatores. A análise de impactos insere-se na avaliação definida

pelo escopo dos resultados dos programas, A análise permite identificar se os impactos esperados decorrentes da implementação da política são verificados entre os beneficiários do programa (UNIVERSIDADE, 1999).

Em outros casos, os impactos podem ocorrer em uma escala além do grupo dos beneficiários. Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), para o modo de abordagem da avaliação das políticas públicas em consonância ao propósito do estudo, destaca-se a segmentação em dois tipos de natureza de pesquisa, que podem ser utilizados em separado ou conjuntamente. A pesquisa pode ser classificada como somativa ou formativa. A pesquisa de avaliação somativa, ou ex post é geralmente aplicada após certo período em que o programa está implementado e versa sobre a análise da eficácia da política, analisando se os resultados planejados foram atingidos. A pesquisa formativa, ou ex ante, trata da abordagem da implementação dos programas, a partir das análises de correções e modificações que podem ser efetuadas para a melhoria dos processos (UNISERVIDADE..., 1999; ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Trevisan e Van Bellen (2008) ressaltam a complexidade multidisciplinar do campo de estudo das políticas públicas e as modificações teórico-metodológicas dos diversos modelos de avaliação de políticas ao longo do tempo. Os enfoques de análise dos modelos evoluíram desde o intuito de avaliar políticas para o retorno dos relatórios aos gestores do programa, até os conceitos de avaliação das políticas para o dimensionamento dos processos. Destaca-se, ainda, as análises voltadas para os resultados dos programas, a avaliação de políticas públicas como instrumento do controle social sobre a administração pública e a transparência dos atos administrativos.

Segundo Cotta (2001), existem diversos modelos teóricos de avaliação de políticas públicas, os quais podem produzir diferentes tipos de informação. Ao avaliador cabe identificar o objetivo principal da pesquisa para a definição das técnicas adequadas a natureza da avaliação. Para a construção dos modelos de avaliação é necessário a definição de hipóteses, variáveis dependentes e independentes, metodologia de análise específica, a construção de indicadores e a proposição de premissas. A definição de um modelo teórico de avaliação de políticas públicas permite identificar a eficácia da implementação do programa e se os resultados pretendidos estão sendo alcançados (UNIVERSIDADE..., 1999).

Faz-se necessário a operacionalização deste arcabouço teórico-metodológico de avaliação de políticas públicas (UNICAMP, 1999). O avaliador deve iniciar a estratégia pelo conhecimento detalhado do programa – metas, objetivos, recursos e estratégias -, realizando uma análise documental e entrevistas com os *policy-makers*. É primordial para o avaliador o conhecimento detalhado do programa visando à etapa seguinte de avaliação da satisfação dos beneficiários. Uma vez estabelecido isto, é realizado o planejamento e elaboração dos instrumentos de coletas de dados dos beneficiários – questionários, entrevistas ou grupos de discussões -, como também dados e informações institucionais sobre o programa. Após a realização da seleção, compilação e análise dos dados, procede-se com a divulgação dos resultados da avaliação da política pública.

Carvalho (2003) faz distinção entre os métodos e técnicas de avaliação de políticas públicas. A adoção de determinadas tipologias de avaliações, seja com foco nos resultados, nos impactos ou nos processos, deve refletir as prioridades da gestão pública na avaliação do programa em questão. Para Garcia (2001, p. 30), a avaliação deve “dispor-se de clara e precisa visão da finalidade do valor que se busca alcançar com uma determinada ação ou realização, para que se possa instituir critérios aceitáveis com os quais estas serão avaliadas”. A avaliação das políticas públicas é um meio pelo qual um conjunto de resultados precisos torna-se para os administradores públicos um instrumento de gestão dos programas.

2.4.2 A produção familiar integra a agenda política

A década de 1990 representou uma nova fase de transição da agropecuária brasileira. A partir das instabilidades macroeconômicas e as dificuldades enfrentadas pelo agronegócio nas exportações de *commodities*, diversos instrumentos de políticas agrícolas foram criados. Além disso, os instrumentos existentes passaram por um processo de reformulação, visando o estímulo a competitividade. As ações mais expressivas neste direcionamento estiveram pautadas nas readequações do Crédito Rural, do Seguro Agrícola e na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Destacam-se, ainda, as ações de ampliação da extensão rural e defesa agropecuária, como também, o reescalonamento das dívidas agrícolas (COELHO, 2001, p. 42). No campo de abrangência da política agrária, as lutas pela posse da terra e combate a desigualdade social no meio rural estiveram encampados pelos

movimentos sociais, principalmente, o MST. Conforme o estabelecido no PNRA, as políticas de assentamentos rurais foram implantadas no território nacional, mas foram esparsas e insuficientes na busca do provimento da justiça social no acesso à terra (NEVES, 1999).

Segundo Helfand e Rezende (2001), aliada à perda de competitividade do agronegócio no mercado internacional de bens, decorrente dos efeitos cambiais e das altas taxas de juros, o crédito rural estatal voltou-se para as pequenas propriedades em regime de economia familiar. O segmento do agronegócio esteve cada vez mais dependente do crédito rural do setor financeiro privado. Nesta conjuntura, verifica-se que em um período de crise nas exportações agrícolas o segmento que mais cresce “é o setor de subsistência, bem como as formas relativamente integradas da agricultura familiar mais resistentes aos efeitos da queda nas taxas de crescimento das rendas agrícolas e do trabalho”. (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 2001, p. 427).

Perante a crise de exportação do agronegócio, as reordenações das ações governamentais para o segmento agrícola mostraram-se dispostas logo no início da década de 1990, por meio da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro, que dispõe sobre a política agrícola. Os pequenos produtores passaram a receber tratamento prioritário nos objetivos a serem alcançados na política agrícola. As ações prioritárias se desdobram em apoio institucional, adequação tecnológica dos pequenos estabelecimentos e a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural gratuita.

A concepção de valorização da produção familiar atingiu dimensões consideráveis, permitindo a formulação inicial por parte do Estado de metas e objetivos de políticas para o segmento. Para a FAO/INCRA (1994), o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil é um caminho necessário para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. A singularidade da questão agrária brasileira remonta aspectos relevantes para a promoção deste modelo, haja vista, o dualismo da estrutura produtiva da agricultura nacional – familiar e patronal. A conjuntura social para o direcionamento de políticas públicas para a agricultura familiar será:

No momento em que se reunirem as condições políticas necessárias para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja também adotada no Brasil, será preciso reorientar todo um conjunto de políticas públicas que, não somente têm favorecido a expansão da agricultura patronal, mas,

sobretudo, têm reduzido as oportunidades de progresso de nossa agricultura familiar (ORGANIZAÇÃO..., 1994, p. 03).

Para Ferreira, Silveira e Garcia (2001), esta conjuntura social acerca das concepções de valorização da agricultura familiar esteve centrada na dinâmica agrícola brasileira. A viabilidade do potencial produtivo da agricultura familiar foi identificada em meio à concentração fundiária, níveis significativos de pobreza rural e fragilidade dos agricultores excluídos do processo modernizador. A agricultura familiar alçou um patamar estratégico para o desenvolvimento rural:

[...] o fortalecimento da agricultura familiar é estratégico para a criação de novas atividades econômicas geradoras de ocupações produtivas e de renda, sobretudo em municípios de pequeno porte populacional, cujo potencial econômico repousa no desenvolvimento rural e agrícola (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001, p. 481).

Os avanços nas diretrizes de formulação de uma política pública, em que as pequenas propriedades em regime de economia familiar figurassem como protagonistas mostraram-se mais consistentes do que os programas setorializados implantados anteriormente. A ação do Estado na afirmação e reconhecimento da importância socioeconômica da agricultura familiar foi expressa pela primeira política pública exclusiva de apoio ao segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Institucionalizado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cujo objetivo era de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural na tipologia de produtores caracterizados como agricultores familiares, promovendo o aumento de capacidade produtiva, renda e geração de empregos. Provendo a partir de então critérios para a determinação dos beneficiários do programa, abrangendo as questões de condição de posse dos estabelecimentos agropecuários e local de residência da família, limite máximo de renda monetária auferida no ano e originada na unidade rural e estabelecimento de quantidade de emprego de mão de obra assalariada na propriedade.

Além do estabelecimento dos critérios para a definição dos agricultores familiares, nas etapas de implantação e avaliação do programa, a política assegurou a descentralização das suas ações, a gestão participativa do público-alvo, de representantes de entidades ligadas ao meio rural e o Poder Público. A participação destes atores foi estabelecida no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Além deste conselho, os municípios deveriam

formatar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR), sendo estes dois instrumentos identificados como condições necessárias para que os agricultores das respectivas municipalidades acessassem os financiamentos disponibilizados pelo programa (BRASIL, 1996). Segundo Silva e Marques (2009), a criação dos conselhos assegura que o programa possa atender as diversas demandas dos agricultores em relação ao contexto local em que estão inseridos. Para os autores,

[...] a instalação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, concebidos como lugar privilegiado para a participação e a gestão social, satisfaz uma perspectiva segundo a qual respostas adequadas aos sistemas de produção típicos da agricultura familiar devem considerar ao máximo a realidade local. Desta maneira, os projetos financiados exigem a incorporação das aspirações e experiências dos agricultores familiares (SILVA; MARQUES, 2009, p.13).

Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2009), a criação do Pronaf representou a primeira política pública do Governo Federal de âmbito nacional para a agricultura familiar. O programa conferiu aos agricultores a legitimação governamental necessária e até então inexistente como categoria social do meio rural. Carneiro (1997) aponta que a criação do programa foi inspirada em experiências europeias, as quais assentaram na modernização, aumento de produtividade e rentabilidade da agricultura familiar, a estratégia de desenvolvimento rural destas nações. A singularidade da implantação do Pronaf refere-se justamente a esta legitimação do agricultor familiar ao delimitá-lo como público-alvo de uma política pública. A construção da política pública demonstrou a efetiva ação do Estado para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar através da criação de um programa de governo específico para este segmento (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

No âmbito de políticas públicas do Governo Federal, efetivamente a agricultura familiar passou a integrar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento rural. A partir da consolidação do Pronaf, foi criada em 1998 o Pronaf Agroindústria e, além disso, outras linhas de financiamento do programa⁷ surgiram para o apoio à agricultura familiar (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Além das políticas públicas do Governo Federal, em diversos estados foram

⁷ Destacam-se as seguintes linhas de crédito do Pronaf: Agregar, Pesca, Agroecologia, Turismo Rural, Mulher, Jovem Rural, Semi-Árido e Máquinas e Equipamentos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

criados programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente nas estratégias de agroindustrialização dos produtos, considerados dentre estes o Estado do Paraná, com a criação do PFA em 1999 (WESZ JÚNIOR, 2009).

O PFA surgiu como uma estratégia para a manutenção da família rural no campo. Tal estratégia passa pela viabilidade dos estabelecimentos rurais por meio da agroindustrialização de pequeno porte de produtos alimentares, fomentando a geração de emprego e renda para os agricultores familiares. A agroindustrialização permite a criação de novos produtos e busca de novos mercados para a comercialização (SECRETARIA..., 2011).

Os objetivos ou premissas do programa estão agrupados em seis eixos principais: inovação tecnológica, foco no mercado, sustentabilidade, integração com as entidades, desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar. O PFA em seu escopo busca atuar fortemente na adequação das unidades rurais aos processos de constituição e regularização dos produtos destinados a comercialização. Além disso, destacam-se, as ações de identificação de mercados potenciais para a expansão das vendas e a profissionalização dos agricultores por intermédio de cursos de capacitação, relacionados desde os aspectos do processo produtivo como também a gestão dos estabelecimentos (SECRETARIA..., 2011).

Os objetivos do programa buscam pelo oferecimento de assistência técnica e extensão rural da Emater/PR e os demais eventos do PFA, a atuação governamental direta nas atividades agroindustriais dos estabelecimentos em regime de economia familiar, com o intuito de promover a competitividade das agroindústrias, com a melhoria da qualidade de vida no meio rural (SECRETARIA..., 2011).

Ressalte-se, que a agricultura familiar foi legitimada enquanto categoria social pelas políticas públicas direcionadas ao segmento. No entanto, devido à multiplicidade de análises conceituais, a necessidade do estabelecimento de critérios para estudos científicos e, primordialmente, o estabelecimento de uma definição legal de requisitos para a orientação das políticas públicas, a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação de uma política nacional para agricultura familiar. A partir deste marco legal, a categorização de agricultor familiar, visando à orientação para as diretrizes de formulação das

políticas públicas do Governo Federal, esteve efetivamente instituída (BRASIL, 2006; PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

O próximo capítulo trata dos procedimentos metodológicos e das técnicas de análises utilizadas para a consecução dos objetivos desta pesquisa. Abordando o enfoque de avaliação de políticas públicas, com o recorte específico de análise do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o método e os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. A avaliação do programa paranaense Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, neste trabalho, resulta de uma pesquisa realizada em três etapas: a primeira fase do estudo foi caracterizada pela utilização da pesquisa exploratória e descritiva na segunda fase. A etapa analítica constituiu-se como última fase do estudo.

As entrevistas, que possibilitaram a identificação do ciclo de vida, do mapeamento das ações e dos resultados do programa, bem como análise do nível de aderência dos resultados aos objetivos propostos, foram realizadas com o estabelecimento de uma amostra da população dos beneficiários do público prioritário do PFA, os *policy-makers* do programa e algumas das entidades participantes.

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Nas pesquisas, o método é a forma pela qual o pesquisador orienta-se na consecução das diversas etapas do desenvolvimento do estudo. Para Fachin (2003, p. 27), o método consiste na “escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação do estudo”. Para tanto, o método dedutivo, utilizado neste estudo para os procedimentos de investigação científica, de acordo com Lakatos e Marconi (2008), caracteriza-se por evidenciar o conteúdo, contido na argumentação das teorias gerais, para a conectividade com a ocorrência de fenômenos específicos. Desenvolve-se a partir da formulação de proposições para necessariamente obter uma conclusão sobre o objeto de estudo (FACHIN, 2003).

A sustentação da abordagem do problema de pesquisa de forma descritiva em relação aos objetivos caracteriza neste tipo de pesquisa a observação dos fenômenos sem a interferência do pesquisador (ANDRADE, 1999). Santo (1992) afirma que, ao analisar um determinado modelo, a análise descritiva representa a realidade do objeto. Segundo Gil (2002, p. 42), a abordagem descritiva visa “a

descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta descrição do fenômeno pode levar a pesquisa descritiva a assumir o formato de levantamento (GIL, 2002).

O levantamento consiste no recolhimento de informações por meio de questionamentos diretos aos participantes do estudo, cujo objeto é a verificação das características e ocorrências de determinadas variáveis. O levantamento pode ser um censo, em que toda a população alvo participa da pesquisa ou realizado a partir de uma amostragem do universo populacional. Após o conhecimento e definição das variáveis, os instrumentos de coletas de dados mais utilizados são: questionários, entrevistas e formulários (GIL, 2002).

No escopo deste trabalho, para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas individuais, na sua vertente totalmente estruturada, com formulários dotados de questões fixas e previamente elaboradas (SANTO, 1992; GIL, 2002). Para Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é caracterizada como um procedimento em que se deseja obter informações, sendo utilizada com frequência nos procedimentos investigativos das ciências sociais. A entrevista é caracterizada como uma “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 124).

Nas análises das entrevistas foram utilizadas abordagens quantitativas e qualitativas. A abordagem quantitativa, estabelecendo a relação entre as variáveis através da utilização de métodos matemáticos, foi utilizada para a análise do perfil dos beneficiários e das ações do programa (SILVA; MENEZES, 2005, SEVERINO, 2007). A abordagem qualitativa, buscando o entendimento dos fenômenos por meio de interpretações de opiniões e percepções, esteve aplicada nas análises das entrevistas com os beneficiários, mas especificamente nas entrevistas realizadas com os *policy-makers* e as entidades participantes (SILVA; MENEZES, 2005).

Esta pesquisa está constituída em três etapas: exploratória, descritiva e analítica. A primeira fase constitui-se da aplicação da pesquisa exploratória, com a técnica de pesquisa bibliográfica. Em um primeiro momento, com a aplicação do método específico de procedimento histórico, parte-se dos pressupostos que a conjuntura que se apresenta na questão agrária brasileira, em especial no recorte de análise da agricultura familiar, advém de fatos e antecedentes que remontam ao contexto histórico do meio rural no país. Este pressuposto caracteriza a influência dos fatos passados nas sociedades contemporâneas, sob o enfoque principal da

pesquisa sobre as pequenas propriedades (ANDRADE, 1999; FACHIN, 2003; LAKATOS; MARCONI, 2008). Em um segundo momento, foram estabelecidos os principais aspectos conceituais dos campos de estudos de agricultura familiar e políticas públicas, com a utilização da revisão de literatura a partir da consulta a livros e publicações periódicas das áreas do estudo.

Na segunda etapa do estudo, desenvolvida no âmbito da pesquisa descritiva, buscou-se maior familiaridade com o PFA, utilizando-se da técnica de pesquisa documental, bibliográfica e de entrevistas informais com os *policy-makers* e algumas das entidades participantes. As entrevistas informais têm o intuito de promover o maior conhecimento do PFA, mapeando as atuações do programa e subsidiando a elaboração dos roteiros que serão aplicados nas entrevistas. Na seqüência, desenvolve-se a análise bibliográfica, coleta de dados censitários, de institutos de pesquisas, indicadores socioeconômicos, dados pertinentes aos programas governamentais, bem como, informações e dados sobre a agricultura familiar e a sua distribuição geográfica no estado paranaense.

Após isso, foram realizados os levantamentos por meio de entrevistas individuais totalmente estruturadas, com uma amostra do público-alvo prioritário do PFA - agroindústrias familiares - e, além disso, com os *policy-makers* e entidades participantes. Após as entrevistas, na etapa analítica do estudo, procedeu-se a tabulação, classificação, análise e interpretação dos dados, com o intuito de descrever o ciclo de vida da política e, em atenção à pergunta de pesquisa, analisar os resultados apresentados, classificando-os conforme o nível de aderência desses resultados aos objetivos propostos pela política (GIL, 2002).

3.1.1 Abordagem dos objetivos

Na primeira etapa do estudo foi utilizada uma abordagem de pesquisa exploratória, com a aplicação da técnica de pesquisa bibliográfica, em uma revisão de literatura dos principais livros e publicações periódicas da área de economia camponesa, ruralismo, agrarismo, reforma agrária, movimentos sociais, agricultura familiar e desenvolvimento rural. A extensa literatura sobre estes tópicos servirá de apoio para as conceituações teóricas sobre a agricultura familiar e as políticas públicas na conjuntura social brasileira. Para tanto, pretende-se obter um grau de conhecimento sobre as propriedades em regime de economia familiar, a inserção

desses estabelecimentos no mercado, as estratégias de reprodução social da agricultura familiar e o modo pelo qual as políticas públicas se articulam com este modelo de desenvolvimento rural. A partir da bibliografia consultada tais variáveis estão definidas conceitualmente no escopo deste trabalho.

Na segunda etapa do estudo com a utilização da abordagem de pesquisa descritiva foi procedida à análise documental dos manuais e documentos institucionais do PFA, com o intuito de obter conhecimento sobre as premissas do programa. Além disso, a partir da realização de consultas a bibliografia disponível sobre a política e a utilização de entrevistas informais com os *policy-makers* e entidades participantes, buscou-se estabelecer as relações entre as variáveis do estudo. A partir destas fontes de dados, foi subsidiado o mapeamento das ações do programa, complementada posteriormente com as informações obtidas nos levantamentos. Estas análises serviram como fontes para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

3.1.2 Procedimentos técnicos

A aplicação da técnica de pesquisa de levantamento foi efetuada através da utilização de entrevistas. As entrevistas possuíam como objetivo principal a obtenção de informações. A técnica permite um contato direto do pesquisador com o entrevistado, permitindo a obtenção de dados mais qualificados e o registro de informações que não estão documentadas (MARCONI; LAKATOS, 2003). O levantamento realizado por entrevistas permite maiores taxas de respostas aos formulários e menores taxas de questões não respondidas, em parte devido à presença física do entrevistador (BABBIE, 1999). Para Andrade (1999), a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados, sendo necessário para a eficiência da pesquisa a escolha dos objetivos e do tipo de entrevista que será realizada. A utilização da técnica de levantamento por meio de entrevistas permitirá, nesta aproximação do pesquisador com os beneficiários do programa, o contato direto com a realidade das agroindústrias e a percepção da atuação do PFA para a viabilidade dos empreendimentos. As entrevistas com os *policy-makers* compreenderam o importante aspecto da visão governamental na gestão de um programa de âmbito estadual, como estes atores avaliaram os resultados alcançados pelo programa e, além disso, o relevante relato sobre os principais

instantes da política desde a sua concepção. Nesta temática, as informações obtidas nas entrevistas com as entidades participantes foram relevantes para a identificação das relações governamentais com as entidades governamentais e não-governamentais e como estas variáveis influenciaram os resultados da política, como também a captura dos instantes do ciclo da vida da política e seus resultados alcançados decorrentes da implementação do programa.

3.1.2.1 Instrumentos de coleta de dados

As entrevistas foram aplicadas na vertente totalmente estruturadas, com perguntas previamente estabelecidas em um roteiro. Segmentadas em perguntas fechadas – com alternativas fixas e de múltipla escolha – e perguntas abertas – de resposta livre do entrevistado - (MARCONI; LAKATOS, 2003). No que tange a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, a avaliação dos resultados do programa foi realizada em relação aos seus objetivos, definidos conforme o estabelecido no documento institucional diretivo do programa para o período de 2011 a 2014. O Quadro 1 sintetiza os objetivos e conceitos abordados para a elaboração dos roteiros das entrevistas.

(continua)

Entrevistado	Objetivo	Conceitos abordados
Beneficiários	Identificar os resultados decorrentes da implementação do PFA.	Localização geográfica, perfil da agroindústria (condição de posse e tamanho dos estabelecimentos, mão de obra e gênero, origem dos produtos, matéria-prima, nível tecnológico, volume de produção, destino dos resíduos produtivos, fontes de renda da família) e os objetivos do PFA: inovação tecnológica, foco no mercado, sustentabilidade, integração com as entidades, desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar.
<i>Policy-makers</i>	Identificar o ciclo de vida do programa e os resultados decorrentes da implementação do PFA.	Perfil profissional do <i>policy-maker</i> (formação, titulação, experiências profissionais, tempo de trabalho e posições hierárquicas ocupadas na estrutura do programa), ciclo de vida do programa (<i>policy analysis</i>), objetivos da política, recursos disponíveis, desafios e oportunidades, crédito rural, integração com as entidades, viabilidade das agroindústrias, monitoramento e avaliação do programa, nível de satisfação quanto aos resultados e expectativas sobre a política pública.

Entrevistado	Objetivo	Conceitos abordados
Entidades Participantes	Identificar o ciclo de vida do programa e os resultados decorrentes da implementação do PFA.	Perfil profissional do entrevistado (formação, titulação, experiências profissionais, tempo de trabalho e posições hierárquicas ocupadas na estrutura da organização), ingresso da entidade no programa, demandas e procedimentos de atendimento, resultados para a organização, objetivos e metas, visão dos resultados do programa, ações de integração com as entidades participantes, desafios e oportunidades, nível de satisfação quanto aos resultados e expectativas sobre a política pública.

Quadro 1 – Objetivos e conceitos abordados para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados

Fonte: Autoria própria

A elaboração do roteiro das entrevistas individuais com as agroindústrias familiares beneficiárias do programa (Apêndice A) buscou identificar o perfil desses beneficiários – principalmente relacionado às questões de localização do empreendimento, tempo de existência, tamanho da propriedade, mão de obra utilizada, produção – permitindo um diagnóstico da realidade destas agroindústrias. Na sequência do questionário foram abordadas questões relacionadas aos objetivos traçados no escopo do PFA e a avaliação dos beneficiários acerca do programa. O Quadro 2 sintetiza a metodologia adotada para elaboração dos instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa.

(continua)

Entrevistado	Roteiro de entrevista	Objetivo	Questão
Beneficiários	Apêndice A	Identificação da realidade das agroindústrias familiares	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19
		Identificação do ingresso e participação no programa	23, 24, 38
		Objetivo do PFA: inovação tecnológica	18, 25, 26, 27
		Objetivo do PFA: foco no mercado	15, 16, 28, 29, 30, 31
		Objetivo do PFA: sustentabilidade	20, 21, 33, 34
		Objetivo do PFA: integração com as entidades	32, 36, 37, 40
		Objetivo do PFA: desenvolvimento regional	10, 22, 33, 41
		Objetivo do PFA: apoio à agricultura familiar	22, 34, 35, 36
		Identificação dos resultados do programa	39, 42

(conclusão)

Entrevistado	Roteiro de entrevista	Objetivo	Questão
Policy-makers	Apêndice B	Identificação do perfil profissional do entrevistado	1
		identificação do ciclo de vida da política pública	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 16
		Objetivo do PFA: Integração com as entidades	13, 14, 15
		Identificação dos resultados do programa	9, 10, 11, 12, 17
Ent. Participantes	Apêndice C	Identificação do perfil profissional do entrevistado	1
		identificação do ciclo de vida da política pública	2
		Objetivo do PFA: integração com as entidades	3, 4, 5, 10
		Identificação dos resultados do programa	6, 7, 8, 9, 11, 12

Quadro 2 – Estrutura da metodologia dos instrumentos de coleta de dados

Fonte: Autoria própria

O roteiro de entrevistas com os *policy-makers* (Apêndice B) tiveram o intuito de compreender a partir da visão dos formuladores, implementadores e decisores, as etapas do ciclo de vida do programa, como o programa se articula com as demais entidades participantes nas diversas atividades da política e principalmente os resultados atingidos decorres da implementação do PFA. Da mesma forma, será procedido quanto aos objetivos das entrevistas com as entidades participantes (Apêndice C).

3.1.2.2 Seleção dos entrevistados

A população de dados do estudo foi constituída pelas agroindústrias familiares beneficiárias do PFA, *policy-makers* e entidades participantes do programa. Entretanto, importante delimitação da pesquisa consiste na inacessibilidade de toda esta população distribuída pelo Estado paranaense. No entanto, a população acessível e todo o conjunto populacional, possuem as mesmas características, no que tange as condições atendidas para o ingresso no PFA. O público beneficiário, segundo o cadastro disponibilizado pelos coordenadores da política, abrange 1.320 (hum mil trezentos e vinte) agroindústrias ativas no programa. Foram entrevistados 53 (cinquenta e três) produtores de agroindústrias

familiares (Apêndice A) em eventos do PFA, realizados entre os dias 25 (vinte e cinco) a 29 (vinte e nove) de julho de 2012, na XIII Feira “Sabores do Paraná”, em Curitiba, e entre os dias 12 (doze) a 13 (treze) de janeiro de 2013, na feira “Sabores do Paraná”, em Guaratuba. No Quadro 3 é evidenciado a relação dos entrevistados selecionados no estudo.

Entrevistado	Roteiro	Relação de entrevistas
Beneficiários	Apêndice A	Entrevistas A1 a A53
<i>Policy-makers</i>	Apêndice B	Entrevistas PM1 e PM2
Entidades Participantes	Apêndice C	Entrevistas EP1 a EP3

Quadro 3 – Relação de entrevistados
Fonte: Autoria própria

Além dos beneficiários do programa, foram realizadas entrevistas com 2 (dois) *policy-makers* da política nos dias 06 (seis) e 15 (quinze) de fevereiro de 2013. Da mesma forma o aplicado o roteiro de entrevistas com as entidades participantes (Apêndice C), desenvolvida as interrogações de 3 (membros) membros que desempenhem funções estratégicas na interação com o PFA em cada entidade, estabelecendo no total de 2 (duas) entidades participantes. As entrevistas com os membros das entidades participantes foram realizadas nos dias 17 (dezesete) e 22 (vinte e dois) de janeiro e 08 (oito) de fevereiro de 2013.

O estudo objetivou identificar as etapas da política pública e avaliar os resultados alcançados em relação aos objetivos propostos, caracterizando a análise a partir da percepção dos atores envolvidos com o programa. Para tanto, além da seleção dos beneficiários, a escolha dos *policy-makers* entrevistados foi definida considerando a experiência na área e função dos profissionais como decisores estratégicos na estrutura organizacional do programa. Os profissionais selecionados das 2 (duas) entidades participantes, dentre o total de 17 (dezesete) instituições parceiras do programa, foram definidos abordando a experiência profissional na área de agricultura, agronegócio e agroindústrias e com vínculo em suas atividades profissionais em suas entidades na relação com o programa, tanto no âmbito institucional quanto em atividades finalísticas com os beneficiários.

No total foram entrevistados neste estudo 58 (cinquenta e oito) participantes.

3.1.3 Análise dos resultados

O tratamento dos dados obtidos é uma importante etapa do processo analítico. Esta etapa consiste inicialmente na tabulação, classificação, análise e interpretação dos dados. Para tanto, em uma primeira etapa, foi procedida a coleta de dados censitários e de diversos indicadores econômicos e sociais, para o dimensionamento da agricultura familiar no estado paranaense. A análise das informações obtidas pelos instrumentos de coleta de dados foi subdividida conforme os objetivos estabelecidos para a formulação das questões, conforme já apresentado no Quadro 2.

A partir das informações oriundas das entrevistas com os *policy-makers* e as entidades participantes, foram mapeadas as ações e elencadas as etapas do ciclo de vida do PFA. A conjunção dos levantamentos do público alvo beneficiário, *policy-makers* e entidades participantes demonstraram os resultados alcançados pelo programa decorrentes da sua implementação, classificando-os conforme a análise do nível de aderência desses resultados aos objetivos propostos pela política. O Quadro 4 sintetiza os níveis e os critérios de análise utilizados.

(continua)

Objetivo do PFA	Quantidade de itens avaliados em cada objetivo	Nível de aderência dos resultados aos objetivos do programa	Critérios de análise
Inovação tecnológica	4	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 2 (dois) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 1 (um) ou em nenhum dos itens avaliados.
Foco no mercado	6	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 5 (cinco) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 4 (quatro) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) ou em nenhum dos itens avaliados.

(conclusão)

Objetivo do PFA	Quantidade de itens avaliados em cada objetivo	Nível de aderência dos resultados aos objetivos do programa	Critério de análise
Sustentabilidade	4	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 2 (dois) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 1 (um) ou em nenhum dos itens avaliados.
Integração com as entidades	4	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 2 (dois) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 1 (um) ou em nenhum dos itens avaliados.
Desenvolvimento regional	4	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 2 (dois) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 1 (um) ou em nenhum dos itens avaliados.
Apoio à agricultura familiar	4	Alto	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 3 (três) itens avaliados.
		Médio	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 2 (dois) itens avaliados.
		Baixo	Percepção positiva da maioria dos beneficiários entrevistados em relação a pelo menos 1 (um) ou em nenhum dos itens avaliados.

Quadro 4 – Nível de aderência dos resultados apresentados aos objetivos propostos no PFA

Fonte: Autoria própria

Nota: Os itens avaliados em cada objetivo do programa estão dispostos conforme referenciados no Quadro 2

No próximo capítulo será realizada a identificação do ciclo de vida da política e a avaliação do programa por intermédio do estabelecimento dos resultados identificados, relacionando-os aos objetivos do PFA. Tal análise foi subdividida em duas partes, sendo a primeira concernente aos resultados apresentados oriundos da percepção dos beneficiários e a segunda pela mesma metodologia para os *policy-makers* e entidades participantes.

4 PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo apresenta a estrutura agrária e a relevância da agricultura familiar no estado paranaense. Após isso, é realizada uma análise sobre o ciclo de vida do PFA, identificando as etapas de percepção, definição de problemas e *agenda setting*, como também, as etapas de elaboração do programa e decisões, implementação, avaliação e correção da política.

Na sequência é diagnosticado a realidade das agroindústrias familiares participantes do programa, para após isso ser realizado a identificação dos resultados do PFA de acordo com a percepção dos agentes envolvidos na política: beneficiários, *policy-makers* e entidades participantes.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARANÁ

Para um melhor entendimento, este item divide-se em duas partes, sendo apresentado primeiramente a estrutura agrária paranaense e as principais características das ocupações rurais, sendo na sequência caracterizado e demonstrado a relevância da agricultura familiar na agropecuária paranaense.

4.1.1 Estrutura agrária paranaense

Diferentemente do recrutamento de mão de obra dos imigrantes para o trabalho nas grandes lavouras de gêneros agrícolas de exportação, no Estado do Paraná a imigração esteve direcionada em grande parte para a colonização do território por meio de colônias de produtores de alimentos básicos, distribuídos em pequenas propriedades com a produção voltada para a demanda dos núcleos urbanos. Após o ciclo inicial de colonização para a agricultura de abastecimento, desenvolveram-se as migrações para o fornecimento de mão de obra destinada as grandes obras públicas e as migrações internas entre as regiões paranaenses (BALHANA, 1996).

O estabelecimento de pequenas propriedades em áreas pioneiras de ocupação do território paranaense esteve primordialmente relacionada aos fatores climáticos. As regiões em que não havia adaptabilidade das culturas tropicais

desenvolveram núcleos de pequenas propriedades. Tal conjuntura contribuiu para uma estrutura agrária com menor concentração de terras no estado paranaense em relação aos demais estados brasileiros (IPARDES, 1976).

A agricultura paranaense destaca-se pelo dinamismo, diversificação e ausência de extensas unidades produtivas de monoculturas. Os núcleos de pequenas propriedades no território paranaense estiveram caracterizados em unidades com diferentes níveis de desenvolvimento. No início do ciclo migratório colonizador paranaense, na área delimitada como Paraná Tradicional⁸, as pequenas unidades agrícolas dedicavam-se basicamente a produção de subsistência com incipientes vinculações mercantis ao mercado consumidor. Nas delimitações da região Norte do estado paranaense as pequenas propriedades estiveram integradas ao mercado consumidor, com dinamismo produtivo em um modelo capitalista no meio rural. Destaca-se na economia agrícola da região a cultura cafeeira como principal gênero produzido (IPARDES, 1981). Para Hauresko e Moteka (2008), a região Sudoeste apresentou um maior dinamismo a partir dos anos de 1940. Os migrantes oriundos de outros estados, em uma expansão da fronteira agrícola, estabeleceram-se como pequenos produtores, alterando o perfil econômico e social da região.

A estrutura agrária paranaense iniciou um intenso processo de mudanças significativas na conjuntura produtiva através da implantação da assistência técnica e extensão rural no estado, na década de 1950. Nesta época, os governos brasileiro e estadunidense assinaram um convênio denominado Acordo Geral de Cooperação Técnica, com a tratativa de intercâmbio de métodos e técnicas de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a agricultura. A partir deste convênio, desdobramentos levaram em 1956 a constituição no estado paranaense do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), chamado ETA – Projeto nº 15, visando o aumento da produtividade e das condições de vida da população rural (INSTITUTO..., 2006).

A partir disto, diversos escritórios regionais foram abertos para a assistência e orientação aos produtores rurais. Para tanto, com as novas demandas e interesse dos agricultores, foi criado em 1959 a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) que posteriormente com a Emater/PR, fundada em 1977, assumiria as atividades de educação e orientação dos produtores,

⁸ A região denominada Paraná Tradicional compreende principalmente os municípios de Castro, Piraí do Sul, Jaguaíva e Tibagi (MOTIM, 1987).

com difusão de novos métodos e tecnologias na agropecuária paranaense. A difusão de técnicas modernas e a expansão da assistência técnica e extensão rural revolucionou a agricultura paranaense a partir da década de 1960 (INSTITUTO..., 2006).

Segundo Graziano da Silva (1996), a partir de um modelo de análise com dados censitários dos anos de 1960 e 1970, a estrutura agrária do estado paranaense esteve fortemente concentrada, porém com alto nível de propriedades inutilizadas. Observou-se o aumento das pequenas propriedades rurais na década de 1960 e com a acentuação da modernização conservadora, o consequente fenômeno de reconcentração das propriedades. Com efeito, o fenômeno modernizador no estado paranaense modificou a estrutura produtiva, substituindo as culturas tradicionais e permanentes pelas culturas temporárias, principalmente soja e trigo (CUNHA, CHILANTE, 2001, p. 4).

Com a intensa implantação do modelo modernizador na agropecuária paranaense, com a difusão de novos métodos e tecnologias agrícolas, a extensão rural estadual priorizou os maiores desafios apresentados pelos agricultores, os preços e a comercialização dos produtos. Para tanto, a partir de 1973 iniciou um intenso processo de reestruturação e fomento para o desenvolvimento do cooperativismo paranaense (INSTITUTO..., 2006). A década de 1970 representou o grande sucesso do modelo cooperativista, com a montagem de um grande e complexo sistema de agroindustrialização da produção (INSTITUTO..., 1985b).

Segundo Godoy (2006), a partir de 1980 o retrato que se apresentava no meio rural definiu o modelo da política agrícola estadual, pautada em duas vertentes. As ações para a agricultura considerada comercial - exportadora de *commodities* agrícolas e assentada no modelo cooperativista -; e para as pequenas propriedades, no intuito de adaptá-las e inseri-las nas dinâmicas de mercado. Neste período, através do convênio estabelecido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi implementado o Programa de Apoio Integrado ao Pequeno Produtor (PRORURAL), com o objetivo de “implantar um modelo alternativo, com tecnologias concebidas a partir da realidade socioeconômica dos agricultores, assim como abria canais participativos para as comunidades” (GODOY, 2006, p. 72).

Nas décadas de 1980 e 1990, diversas políticas públicas para a pequena produção familiar foram desenvolvidas concomitantemente no estado paranaense. Implementa-se em 1995 o programa de Vilas Rurais, posteriormente em 1998

adicionado ao projeto Paraná 12 Meses, tendo como objetivo o combate a pobreza no meio rural, como foco nas famílias rurais e nos trabalhadores do campo. Em 1999 a implementação do PFA, demonstrou a efetiva importância das pequenas propriedades na questão agrária no Estado do Paraná (SECRETARIA..., 2009; ESSER et al., 2006; GODOY, 2006).

4.1.2 Caracterização e dimensionamento

O Estado do Paraná está dividido territorialmente pelo critério de mesorregiões geográficas do IBGE. As dez mesorregiões paranaenses são: Centro Ocidental Paranaense, Centro Oriental Paranaense, Centro-Sul Paranaense, Metropolitana de Curitiba, Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense, Sudeste Paranaense e Sudoeste Paranaense. A partir da análise dos dados de Censo Demográfico 2010 do IBGE, a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresenta-se como a mais populosa do estado paranaense e com o maior Grau de Urbanização, com índice de 91, 57% (Tabela1). A mesorregião Sudeste Paranaense tem o menor índice de urbanização, sendo constatado que entre os 21 (vinte e um) municípios da mesorregião, 16 (dezesseis) deles são de pequeno porte com menos de 20 (vinte) mil habitantes e nenhum possui mais de 100 (cem) mil habitantes.

Tabela 1 – População residente, número de municípios, grau de urbanização, segundo as Mesorregiões – Paraná - 2010

Mesorregiões	Número de Municípios	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização %
Centro-Ocidental Paranaense	25	334.125	268.168	65.957	80,26
Centro-Oriental Paranaense	14	689.279	583.792	105.487	84,70
Centro-Sul Paranaense	29	544.190	365.030	179.160	65,74
Metropolitana de Curitiba	37	3.493.742	3.199.357	294.385	91,57
Noroeste Paranaense	61	678.319	565.721	112.598	83,40
Norte Central Paranaense	79	2.037.183	1.866.574	170.609	91,63
Norte Pioneiro Paranaense	46	546.224	436.958	109.266	80,00
Oeste Paranaense	50	1.219.558	1.044.091	175.467	85,61
Sudeste Paranaense	21	404.779	237.119	167.660	58,58
Sudoeste Paranaense	37	497.127	345.882	151.245	70,23
Estado do Paraná	399	10.444.526	8.912.692	1.531.834	85,33

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010)

Segundo o Ipardes (2004), a mesorregião Sudoeste é o tradicional território da agricultura familiar no estado paranaense. Com significativas transformações da base produtiva nas últimas décadas, caracterizada por ocupações recentes do território e pelo relevo acidentado, dificultando o incremento de mecanização no processo produtivo no meio rural. A mesorregião Sudeste, menos urbanizada do estado, caracteriza-se também como importante reduto da agricultura familiar, com antigas ocupações de núcleos coloniais de imigrantes e produção de alimentos básicos em pequenas propriedades. A Figura 1 detalha as Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná.



Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná, segundo a subdivisão em Mesorregiões Geográficas

Fonte: IBGE; Base Cartográfica do ITCG (2010)

Além das mesorregiões Sudeste e Sudoeste, como tradicionais redutos da agricultura familiar, os dados do Censo Agropecuário 2006⁹ do IBGE revelam a ampla distribuição das unidades familiares de produção no território paranaense (Tabela 2).

Tabela 2 – Estabelecimento e área da agricultura familiar e não familiar, segundo as Mesorregiões – Paraná - 2006

Mesorregiões	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Centro Ocidental Paranaense	16.770	274.779	4.540	836.397
Centro Oriental Paranaense	14.625	187.392	4.549	1.472.161
Centro-Sul Paranaense	33.588	513.993	7.780	1.413.708
Metropolitana de Curitiba	25.889	247.889	4.569	568.152
Noroeste Paranaense	29.323	454.243	8.400	1.768.791
Norte Central Paranaense	41.407	553.673	12.865	1.836.732
Norte Pioneiro Paranaense	23.356	308.934	6.305	1.034.953
Oeste Paranaense	43.752	646.986	9.464	1.069.601
Sudeste Paranaense	34.665	495.359	4.725	632.843
Sudoeste Paranaense	39.532	566.635	4.947	403.316
Estado do Paraná	302.907	4.249.882	68.144	11.036.652

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2009)

A mesorregião Oeste apresenta o maior número de estabelecimentos e a maior área empregada na agricultura familiar. Segundo o Ipardes (2004a), a mesorregião Oeste possui a área com cerca de 75% do solo com característica boa e regular para a agricultura, destacando um excelente nível de incremento tecnológico nos processos produtivos. A agricultura familiar possui mais de 302 (trezentos e dois) mil estabelecimentos agropecuários, representando 81,63% do total de estabelecimentos no estado. Em contraponto, a agricultura não familiar com 18,37% dos estabelecimentos, ocupa 72,20% da área utilizada agropecuária, caracterizando este modelo produtivo como pautado na produção em unidades de grande extensão territorial. Em confronto com os dados do Censo Agropecuário

⁹ A delimitação do conceito de agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006 está disposta conforme a Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, institucionalizando o marco legal da agricultura familiar (INSTITUTO..., 2009).

1995/1996, o estado paranaense teve um aumento de 0,32% no número de estabelecimentos agropecuários, revertendo à tendência das últimas décadas de concentração fundiária e conseqüente redução do número de propriedades. Porém, a área total utilizada diminuiu aproximadamente 4,14% no período, evidenciando o aumento da produtividade e do nível de incremento tecnológico nas atividades agrícolas. Dentre o número de estabelecimentos agrícolas, o município de Piên, na mesorregião Metropolitana de Curitiba, tem o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar dentre os municípios paranaenses. A Tabela 3 sintetiza os quinze primeiros municípios paranaenses com o maior percentual de estabelecimentos em regime de agricultura familiar.

Tabela 3 – Estabelecimento e área da agricultura familiar, Índice IparDES de Desempenho Municipal, segundo os municípios – Paraná - 2006

Município	Mesorregião	Agricultura Familiar				IPDM
		Estab. Abs.	Estab. (%)	Área (ha) Abs.	Área (ha) (%)	
Piên	Metropolitana de Curitiba	1.093	95,88%	11.348	79,53%	0,7146
Pérola d'Oeste	Sudoeste Paranaense	1.401	95,18%	14.580	88,90%	0,5832
Saudade do Iguazu	Sudoeste Paranaense	627	94,86%	9.223	76,82%	0,7379
Paulo Frontin	Sudeste Paranaense	1.063	94,07%	17.092	77,20%	0,6838
São João do Triunfo	Sudeste Paranaense	1.857	93,93%	15.877	44,38%	0,5491
Rio Azul	Sudeste Paranaense	1.787	93,90%	23.931	68,67%	0,6270
Bom Jesus do Sul	Sudoeste Paranaense	703	93,73%	9.491	55,98%	0,6999
Santa Izabel do Oeste	Sudoeste Paranaense	1.333	93,54%	17.862	54,76%	0,6985
Planalto	Sudoeste Paranaense	2.250	93,52%	26.632	84,71%	0,6600
Jardim Alegre	Norte Central Paranaense	1.820	93,33%	21.383	62,37%	0,5609
Pinhal de São Bento	Sudoeste Paranaense	353	93,14%	5.354	62,66%	0,6922
Quitandinha	Metropolitana de Curitiba	1.866	93,11%	16.993	54,70%	0,5813
Rebouças	Sudeste Paranaense	1.512	92,70%	15.650	49,92%	0,6787
Barracão	Sudoeste Paranaense	666	92,24%	8.622	55,61%	0,7140
Guaraqueçaba	Metropolitana de Curitiba	497	92,21%	3.258	23,38%	0,4752
Estado do Paraná		302.907	81,63%	4.249.882	27,80%	0,6569

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2009); IPARDES (2010)

Conforme detalhado na Tabela 3, os mais de 302 (trezentos e dois) mil estabelecimentos da agricultura familiar, representam 81,63% do total dos estabelecimentos agropecuários no estado paranaense. A delimitação da unidade produtiva como correspondente ao segmento da agricultura familiar, define a área

máxima da propriedade em até 4 (quatro) módulos fiscais, sendo tal fator determinante para a ocupação das unidades familiares em apenas 27,80% da área total dos estabelecimentos (IBGE, 2009). A análise do desenvolvimento econômico e social dos municípios selecionados com o maior percentual de estabelecimentos rurais familiares pode ser verificada pelo Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM)¹⁰. Dos 15 (quinze) municípios selecionados, 5 (cinco) estão no nível de baixo médio desempenho e 10 (dez) situam-se no nível de médio desempenho municipal nas variáveis selecionadas. Tais municípios, em grande parte de pequeno porte e de economia agrícola, caracteristicamente carecem de acesso a serviços públicos de qualidade, como as variáveis que compõem o IPDM: educação e saúde.

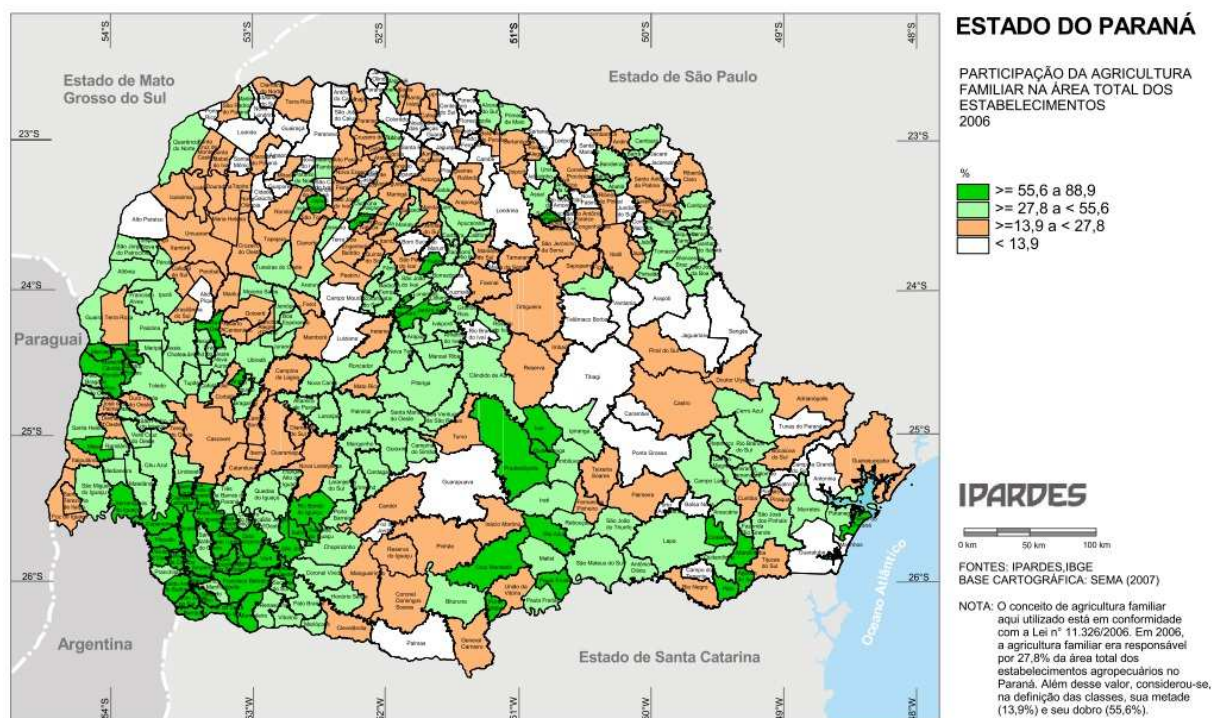


Figura 2 – Participação da agricultura familiar na área total dos estabelecimentos – Paraná - 2006

Fonte: IBGE; Base Cartográfica SEMA (2007)

¹⁰ O IPDM é composto por dados, a partir de ponderação idêntica, das seguintes variáveis: emprego, renda e produção agropecuária, educação e saúde. O desempenho dos municípios é analisado por um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um), subdivididos em quatro grupos de níveis de desempenho: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800) e alto desempenho (0,800 a 1,000). Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>.

Apesar da agricultura familiar ocupar apenas 27,80% da área total dos estabelecimentos agropecuários no Paraná, a Figura 2 evidencia a expressiva relevância de ocupação de área dos municípios da mesorregião Sudoeste Paranaense. As condições climáticas e de solo condicionaram as ocupações da região pelos imigrantes ao desenvolvimento da policultura na região, sendo no estado paranaense a territorialidade “onde a pequena propriedade e agricultura familiar predominaram, enquanto forma de organização da produção agrícola, e ainda, como um modo de vida e de relação com o mundo” (INSTITUTO..., 2004b, p. 69). Segundo Santos (2008), o solo e o relevo de grande parte do território da mesorregião Sudoeste dificultaram o processo de mecanização. A dinâmica agrícola da região se desenvolveu pautada nas pequenas propriedades com produção de alimentos básicos e a criação de animais, com unidades rurais relativamente integradas ao mercado (INSTITUTO..., 2004b; SANTOS, 2008).

O total de pessoal ocupado na agropecuária paranaense reduziu em 15,27% a partir dos dados censitários entre os anos de 1996 e 2006. A redução desse contingente de pessoas se reflete pelas migrações para os centros urbanos, o incremento tecnológico no processo produtivo e a concentração de terras no meio rural. A Tabela 4 demonstra o pessoal ocupado nos estabelecimentos, abordando as definições de estabelecimentos familiares e não familiares.

Tabela 4 – Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar – Paraná - 2006

Definição	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Agricultura familiar	780.318	726.812	504.553	475.644	275.765	251.168
Não familiar	336.766	325.126	252.114	245.813	84.652	79.313
Estado do Paraná	1.117.084	1.051.938	756.667	721.457	360.417	330.481

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2009)

A agricultura familiar, em termos percentuais, abrange 69,85% do pessoal ocupado na agropecuária paranaense (Tabela 4). As unidades familiares constituem o principal gerador de ocupações no meio rural paranaense, contribuindo para a geração de renda, produção de alimentos e manutenção das pessoas nas zonas rurais. A agricultura não familiar corresponde a 30,14% do pessoal ocupado, com menor número de estabelecimentos, mas com uma área total superior a agricultura familiar, caracteriza-se pela produção de monoculturas em grandes extensões de áreas e com maior mecanização nos processos produtivos. Em relação à questão de gênero nas atividades agrícolas, as mulheres são 35,34% das pessoas ocupadas na agricultura familiar, frente ao número de 25,13% no segmento não familiar. Para Brumer (2004) o fenômeno migratório das áreas rurais é o principal fator para o menor percentual de mulheres nas ocupações agropecuárias, haja vista, a característica seletiva deste processo. Neste aspecto, destacam-se principalmente as “tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos” (BRUMER, 2004, p. 210).

A participação das mulheres nas atividades agropecuárias paranaenses torna-se menor quando tomados os dados dos responsáveis pela gestão dos estabelecimentos rurais. A participação feminina na direção dos trabalhos nas unidades familiares de produção representa apenas 10,04%. Tal variável apresenta ainda resultados menos satisfatórios no segmento não familiar dos estabelecimentos agropecuários, sendo 6,53% deles dirigidos por mulheres (INSTITUTO..., 2009).

Neste aspecto referente ao contingente de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no segmento familiar, grande parte desta conjuntura é influenciada pela condição do produtor em relação às terras. Na agricultura familiar os produtores que se declaram proprietários estão em cerca de 80,70% dos estabelecimentos, sendo para a agricultura não familiar em torno de 19,30% (INSTITUTO..., 2009). A expressiva quantidade de agricultores familiares declarados como proprietários dos estabelecimentos revelam a família como concomitantemente proprietária dos meios de produção, fornecedora de mão de obra no processo produtivo e gestora das unidades rurais.

A multifuncionalidade dos espaços rurais e a dinâmica agrícola nas unidades produtivas revelam em muitas unidades rurais a presença da pluriatividade. Segundo o Ibge (2009), as unidades rurais em que os produtores declararam a

pluriatividade fora dos estabelecimentos compreendem 30,90% dos unidades agropecuárias paranaenses. Dentre os produtores declarados com atividade pluriativa, classifica-se as natureza agropecuária, não agropecuária e as atividades agropecuárias e não agropecuárias (Gráfico 1).

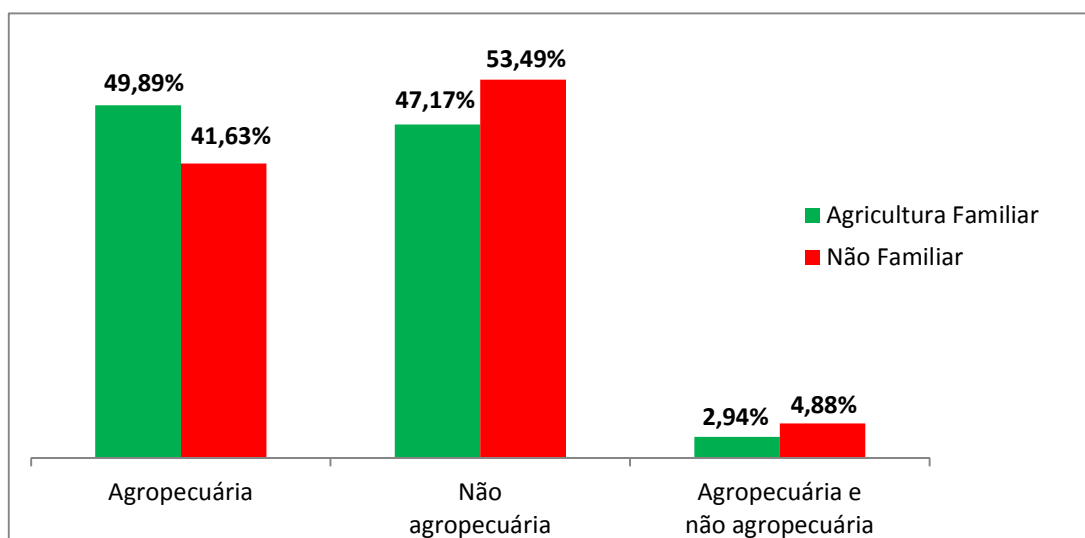


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos produtores pluriativos, segundo a classificação do estabelecimento – Paraná – 2006

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2009)

A distribuição percentual dos estabelecimentos com produtores pluriativos evidencia que dentre estes 30,90% de agricultores familiares e não familiares existe especialização em outra atividade fora do estabelecimento, porém em poucos casos ocorrem simultaneamente atividades agropecuárias e não agropecuárias. A presença de pluriatividade nesta parcela dos produtores revela as características de processos de reprodução social no meio rural, como por exemplo, o trabalho contratado temporário em unidades rurais de produção de culturas sazonais, atividades agroindustriais ou o emprego em atividades não agrárias.

Em relação à utilização das terras na agropecuária paranaense, tanto na agricultura familiar como no segmento não familiar as lavouras de culturas permanentes estão presentes em média de 21% dos estabelecimentos. Destacam-se, por exemplo, como culturas permanentes - que não necessitam de realização de novo plantio após a colheita: café, laranja, uva, banana, maçã e limão. Já as lavouras temporárias e as áreas com culturas forrageiras estão em grande parte dos

estabelecimentos agropecuários paranaenses, como pode ser observado no Gráfico 2.

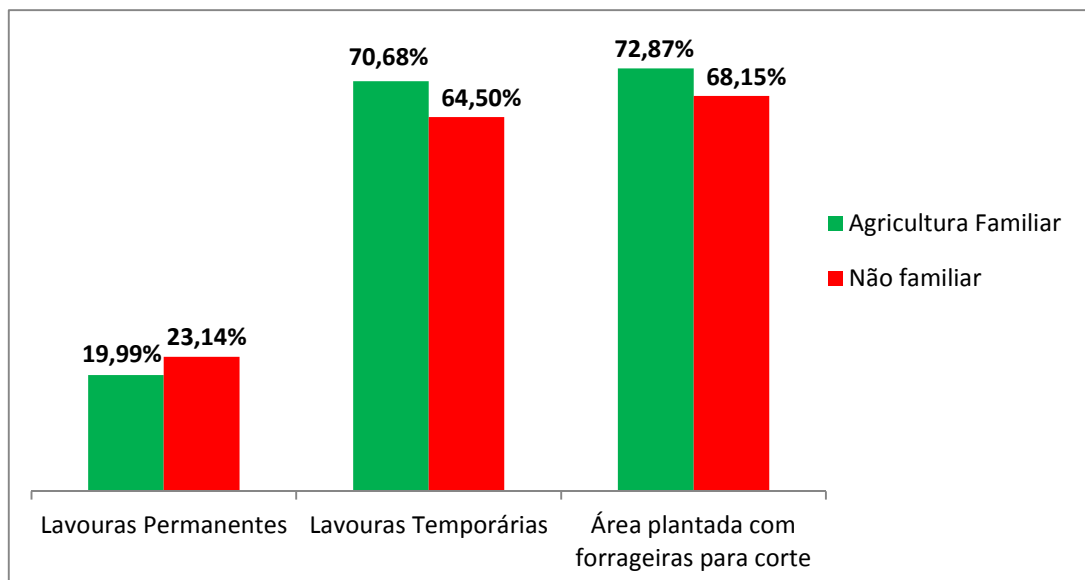


Gráfico 2 – Distribuição percentual da utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a classificação – Paraná - 2006
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2009)

O modelo alternativo de desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar se desenvolve por meio de ocupações dos solos e produção agrícola com vistas a sustentabilidade no meio rural, com menor degradação dos ecossistemas e oferta de alimentos mais saudáveis. Neste aspecto, a diferenciação entre a agricultura familiar e não familiar encontra-se nos conhecimentos das técnicas de utilização e conservação dos solos fundamentados no aproveitamento dos insumos internos das propriedades (VEIGA, 1996).

Segundo Maluf (2004), os debates sobre a agricultura familiar se remetem a oferta de alimentos e a organização do sistema agroalimentar, relacionando não somente a quantidade dos alimentos, mas as condições de qualidade e preço. A análise acerca da temática aborda que “considera-se, aqui, a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário” (MALUF, 2004, p. 301). Observa-se na agricultura paranaense a relevância da oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar (Tabela 5).

Tabela 5 – Agricultura familiar e não familiar, segundo as variáveis selecionadas – Paraná - 2006

Variáveis selecionadas	Agricultura Familiar		Não familiar		Total
	Abs.	%	Abs.	%	
Arroz em casca					
Estabelecimentos	12.154	89,33%	1.452	10,67%	13.606
Quantidade produzida (kg)	36.280.776	38,24%	58.601.864	61,76%	94.882.640
Área colhida (ha)	12.190	50,04%	12.170	49,96%	24.360
Valor da produção (R\$)	15.830.650	39,58%	24.162.450	60,42%	39.993.100
Feijão preto					
Estabelecimentos	51.618	88,25%	6.871	11,75%	58.489
Quantidade produzida (kg)	250.633.989	75,45%	81.534.174	24,55%	332.168.163
Área colhida (ha)	169.608	76,83%	51.154	23,17%	220.762
Valor da produção (R\$)	166.663.542	74,84%	56.019.629	25,16%	222.683.171
Feijão de cor					
Estabelecimentos	17.221	84,89%	3.066	15,11%	20.287
Quantidade produzida (kg)	65.376.474	44,89%	80.264.604	55,11%	145.641.078
Área colhida (ha)	47.965	49,95%	48.066	50,05%	96.031
Valor da produção (R\$)	47.971.385	43,73%	61.722.577	56,27%	109.693.962
Feijão fradinho					
Estabelecimentos	1.820	83,41%	362	16,59%	2.182
Quantidade produzida (kg)	4.837.042	44,31%	6.079.487	55,69%	10.916.529
Área colhida (ha)	4.425	52,12%	4.065	47,88%	8.490
Valor da produção (R\$)	3.571.745	42,49%	4.835.156	57,51%	8.406.901
Mandioca					
Estabelecimentos	39.356	86,43%	6.177	13,57%	45.533
Quantidade produzida (kg)	2.304.220.615	80,95%	542.199.804	19,05%	2.846.420.419
Área colhida (ha)	193.862	83,51%	38.279	16,49%	232.141
Valor da produção (R\$)	453.977.449	86,03%	73.710.414	13,97%	527.687.863
Milho em grão					
Estabelecimentos	137.447	84,03%	26.124	15,97%	163.571
Quantidade produzida (kg)	4.019.969.405	43,72%	5.175.447.897	56,28%	9.195.417.302
Área colhida (ha)	982.967	48,45%	1.045.935	51,55%	2.028.902
Valor da produção (R\$)	951.758.169	42,66%	1.279.012.879	57,34%	2.230.771.048
Soja					
Estabelecimentos	60.516	75,68%	19.451	24,32%	79.967
Quantidade produzida (kg)	2.622.856.487	31,21%	5.779.752.287	68,79%	8.402.608.774
Área colhida (ha)	1.022.754	32,46%	2.128.483	67,54%	3.151.237
Valor da produção (R\$)	1.347.873.382	33,87%	2.631.791.020	66,13%	3.979.664.402
Trigo					
Estabelecimentos	8.180	66,10%	4.195	33,90%	12.375
Quantidade produzida (kg)	218.712.533	23,07%	729.466.725	76,93%	948.179.258
Área colhida (ha)	143.145	25,96%	408.317	74,04%	551.462
Valor da produção (R\$)	85.589.142	22,56%	293.789.918	77,44%	379.379.060
Café arábica em grão (verde)					
Estabelecimentos	16.401	76,09%	5.155	23,91%	21.556
Quantidade produzida (kg)	83.111.594	55,71%	66.082.864	44,29%	149.194.458
Área colhida (ha)	44.401	54,48%	37.095	45,52%	81.496
Valor da produção (R\$)	197.959.627	50,84%	191.447.326	49,16%	389.406.953

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2009)

Destaca-se na oferta de alimentos provenientes dos estabelecimentos agropecuários de base familiar, segundo as variáveis selecionadas na Tabela 5, a produção de 75,45% do feijão preto e 80,95% da mandioca produzidos no estado paranaense. Em outro aspecto relevante, a agricultura familiar apresenta uma significativa produção de *commodities* tradicionalmente produzidas em grandes unidades rurais, como 31,21% do soja e 23,07% do trigo colhido no Paraná.

Em relação ao total do valor da produção da agropecuária paranaense, a agricultura familiar é responsável por 43,03% deste valor, sendo para a agricultura não familiar 56,97%. Dentre o total do valor da produção oriundo da agricultura familiar, 72,07% são de produtos de origem vegetal e 27,29% de origem animal. O valor agregado da agroindústria familiar possui 0,64% do valor total da produção agropecuária dos estabelecimentos familiares. A partir desta análise, compreende-se a relevância da promoção da agricultura familiar no estado da paranaense com vistas à eficiência do sistema agroalimentar (INSTITUTO..., 2007; MALUF, 2004). A Figura 3 mostra a participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários.

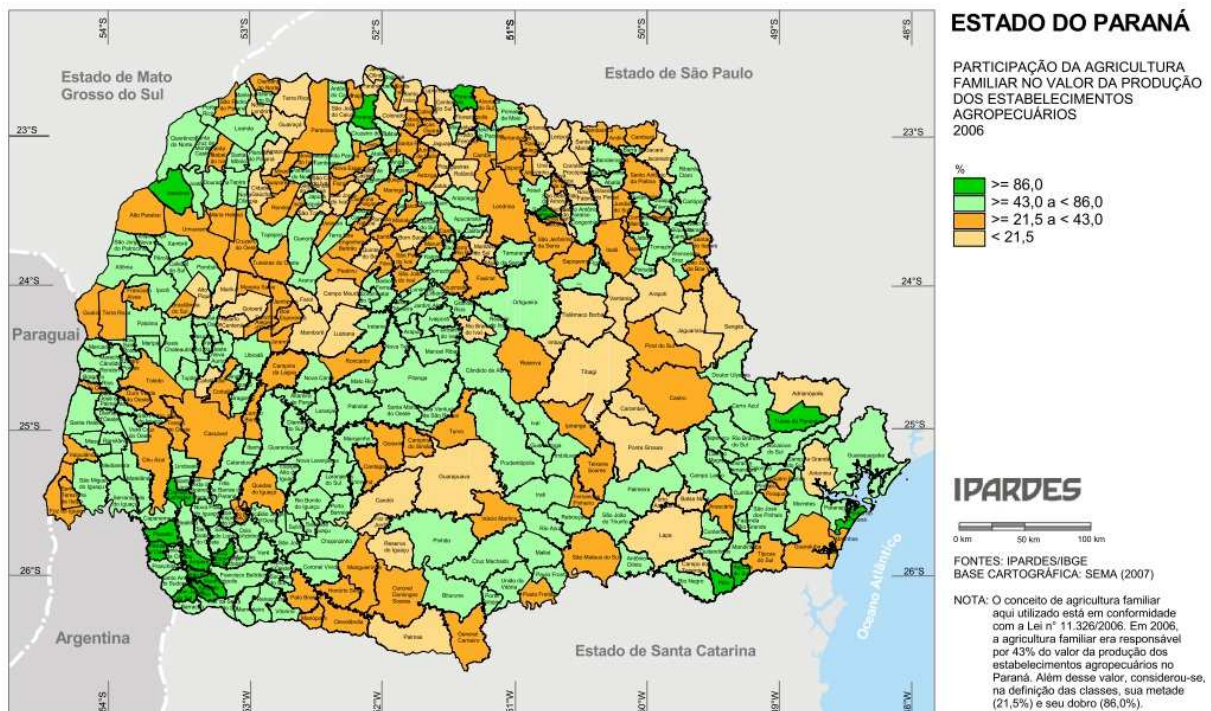


Figura 3 – Participação da agricultura familiar no valor da produção dos estabelecimentos agropecuários – Paraná – 2006

Fonte: IBGE; Base Cartográfica SEMA (2007)

A Figura 3 evidencia que estão na mesorregião geográfica Sudoeste os municípios em que os estabelecimentos da agricultura familiar detêm a maior participação no valor total da produção agropecuária dos estabelecimentos. Neste aspecto, citam-se os municípios de Planalto, Pérola d'Oeste, Ampére, Nova Esperança do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Bom Jesus do Sul, Salgado Filho e Manfrinópolis. Nestes municípios a agricultura familiar apresenta-se com grande relevância para a dinâmica agrícola regional, participando com um valor percentual igual ou superior a 86% do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO..., 2009).

A partir da caracterização e dimensionamento da relevância socioeconômica da agricultura familiar no Estado do Paraná, evidencia-se a importância da promoção deste modelo de desenvolvimento rural, fomentando a integração dos pequenos produtores aos mercados e as cadeias agroindustriais. Neste contexto, a efetiva ação do Estado para a promoção da agricultura familiar efetiva-se pela implementação das políticas públicas direcionadas para o segmento.

4.2 O PROGRAMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR “FÁBRICA DO AGRICULTOR”

Neste item será apresentado o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, com a utilização de pesquisa descritiva para a obtenção de maior familiaridade com o programa, realizada por meio de entrevistas com os *policy-makers* e as entidades participantes. Tal levantamento foi utilizado para a identificação do ciclo de vida da política pública, permeando todas as suas etapas.

4.2.1 O ciclo de vida da política pública

A descrição do ciclo de vida da política pública foi realizada permeando todas as etapas do processos, conforme a segmentação estabelecida pelos subitens.

4.2.1.1 Percepção, definição de problemas e *agenda setting*

O primeiro estágio do *policy cycle* do PFA foi decorrente da conjuntura da dinâmica agrícola que se encontrava a agricultura paranaense. Em parte, pelos

efeitos do movimento modernizador e a exclusão dos pequenos proprietários. Havia a necessidade de integrar os agricultores familiares ao mercado consumidor e as cadeias agroindustriais, assegurando a viabilidade dos empreendimentos. Segundo o Entrevistado PM2, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o Brasil e o Estado do Paraná, eram grandes produtores e exportadores de *commodities* agrícolas in natura. Havia diversos incentivos para este modelo agrícola, como os “Corredores de Exportação”, além do próprio lema entoado pelo Presidente da República, João Batista Figueiredo: “exportar é o que importa”. No Estado do Paraná, os incentivos para os processos de agroindustrialização se iniciaram na década de 1980, com a integração dos produtores de *commodities* agrícolas e de produtos de origem animal aos complexos agroindustriais. A partir desta experiência, desenvolveram-se as concepções de promoção de um programa de agroindustrialização de pequeno porte.

Em 1998, durante o mandato do governador Jaime Lerner e a gestão do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Antonio Leonel Poloni, houve um levantamento dos pequenos produtores do estado, estratificando-os em diversas tipologias de agricultores. O secretário Poloni havia sido prefeito do município de Barracão, mesorregião Sudoeste Paranaense, tradicional reduto de concentração de pequenos agricultores, principalmente oriundos das etnias alemãs e italianas, dentre as mais de 20 (vinte) etnias identificadas no estado. As dificuldades dos produtores da região eram centradas na regularização e comercialização dos produtos agroindustriais (ENTREVISTADO PM1). Neste momento, também havia certa tensão entre grupos de interesses que reivindicavam mais ações governamentais no interior do estado, principalmente no segmento agropecuário (ENTREVISTADO PM2).

Posteriormente, o secretário da agricultura solicitou aos técnicos da Seab/PR e da Emater/PR que elaborassem um programa de governo voltado para os pequenos produtores, no estrato de agricultores mais capitalizados, com o intuito da promoção da transformação e agroindustrialização nos estabelecimentos, agregando valor aos produtos. Inicialmente os agricultores se mostraram interessados em participar de um programa de agroindustrialização, principalmente, motivados pelo sucesso do modelo de cooperativas paranaense na integração dos produtores as cadeias agroindustriais (ENTREVISTADO PM2).

O modelo cooperativista desenvolvido no Estado do Paraná apresentou um intenso crescimento na década de 1970. As cooperativas paranaenses desenvolveram complexos processos de agroindustrialização, com um aumento significativo no número de associados e na diversificação da produção (IPARDES, 1985b). Projetos regionais foram desenvolvidos para o fortalecimento do cooperativismo, sendo eles: Projeto Iguaçu de Cooperativismo, Projeto Norte de Cooperativismo e Projeto Sul de Cooperativismo. Neste aspecto, o vertiginoso crescimento das atividades das cooperativas foi possibilitado pela articulação estatal e de diversas instituições no fomento deste modelo de negócio (BANCO..., 2003).

A integração dos pequenos agricultores ao cooperativismo indicava a necessidade de articulação desses agentes para o enfrentamento das dificuldades de comercialização da produção. Em outro aspecto, o cooperativismo proporcionou este processo de seleção, atuando na agroindustrialização e comercialização das *commodities* agrícolas, como: soja, café, milho e trigo (IPARDES, 1985a). Para tanto, a viabilidade da agricultura familiar estaria na comercialização de produtos típicos e especializados (ENTREVISTADO PM1).

A estratégia de elaboração de um programa de verticalização da produção nas pequenas propriedades integrou a agenda política pelo interesse em viabilizar os pequenos produtores. Considerando o interesse da administração pública e dos demais atores sociais foi estabelecido pelos envolvidos no processo o ambiente de discussões necessário para a elaboração do programa. (ENTREVISTADO PM1). Além disso, segundo o Entrevistado PM2, a Emater/PR em toda a sua história priorizou a inovação na agropecuária paranaense, buscando estar à frente das novas tendências. Os ideais de um programa de agroindustrialização de pequeno porte tiveram em sua concepção as bases de uma produção sustentável e da manutenção da família rural, com a consciência de que o processo produtivo não pode ser realizado ao custo da degradação dos ecossistemas. Deste modo, a inclusão do tema nas discussões políticas claramente refletiu a relevância e capilaridade das pequenas propriedades rurais no Estado do Paraná. Os órgãos e entidades do governo estadual iniciaram um processo de atuação de forma coordenada para a elaboração, implementação e execução do programa.

4.2.1.2 Elaboração do programa e decisões

A etapa de elaboração da proposta do programa de governo teve a participação inicial dos técnicos da Seab/PR e da Emater/PR, mas também contou com inspirações em outras políticas públicas do gênero (ENTREVISTADO PM1). Em Brasília, no ano de 1995, a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, implementou o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (PROVE), com objetivos voltados para o desenvolvimento do processamento, agroindustrialização e comercialização dos produtos oriundos das pequenas propriedades. A experiência do PROVE esteve centralizada nos agricultores periféricos, tendo como intuito a criação das agroindústrias com a implantação das unidades para a transformação dos produtos in natura e comercialização ao consumidor final (MIYASHITA, 1998). Além da inspiração na experiência de política pública para a agroindústria familiar do PROVE, os técnicos participantes dos processos de elaboração do PFA, visitaram a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina. Em 1996, nesta região catarinense caracteristicamente ocupada por pequenas unidades produtivas de base familiar, diversos produtores se reuniram e formalmente instituíram a AGRECO, com o principal objetivo de produção de alimentos orgânicos. Após a constituição da associação e o apoio de órgãos e instituições estaduais, a implantação de diversos projetos permitiu a evolução da AGRECO para a agregação de valor e diversificação produtiva por meio da instalação de agroindústrias familiares na região (BANCO..., 2004).

Os técnicos da Emater/PR e da Seab/PR encarregados da concepção e elaboração prévia do programa visitaram as duas experiências de agroindustrialização do PROVE e da AGRECO. A partir da percepção dos resultados desses programas, os técnicos compreenderam a essência da assistência técnica e extensão rural no estado paranaense em desde o início das atividades terem o foco na família. A partir disso, a concepção do programa teria esta vertente da melhoria de vida das famílias rurais, com a agregação de valor aos produtos (ENTREVISTADO PM2).

Além das experiências bem sucedidas de outras políticas públicas de verticalização da produção na agricultura familiar, a elaboração da proposta do PFA foi amplamente debatida em nível estadual, regional e com a participação de

diversos atores sociais. Com o intuito de mapear as principais dificuldades dos produtores rurais nos processos de agroindustrialização e acesso aos mercados, foi elaborado um questionário para o apontamento dos principais problemas, visando o subsídio de informações para as discussões iniciais sobre a elaboração do programa. O interesse na constituição do programa foi previamente um fator surpreendente no início dos trabalhos, sendo recebidos pelos técnicos mais de 1.000 (hum mil) questionários com contribuições dos agricultores. Os resultados apresentados nos questionários evidenciaram como principal dificuldade enfrentada pelos agricultores a regularização dos produtos agroindustrializados (ENTREVISTADO PM2).

Após estas discussões preliminares sobre o escopo do programa e os pontos de atuação, foram criados um comitê central estadual e comitês regionais nos núcleos da Seab/PR, compostos por equipes multidisciplinares. Tais trabalhos destes profissionais envolvidos abordaram o levantamento das leis, portarias e resoluções acerca da produção e comercialização de produtos alimentícios. Em decorrência deste grupo de trabalho, foi realizado em 1998 o primeiro seminário sobre agroindústria, abordando a temática da regularização das unidades – sanitária, ambiental e jurídica. A organização deste seminário permitiu que posteriormente demais seminários fossem organizados visando à construção a proposta de elaboração do programa. Outros aspectos de dificuldades dos produtores identificados nos questionários foram objeto de análise pelas equipes, sendo: o acesso ao crédito, tecnologia e aos mercados (ENTREVISTADO PM2). No decorrer deste trabalho, as dúvidas, sugestões e proposições oriundas dos comitês regionais eram enviadas diretamente ao comitê estadual para a compilação das informações. Demais entidades foram convidadas a contribuir na elaboração do programa, além da Seab/PR e da Emater/PR, participaram a Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, Secretaria de Estado da Fazenda, Banco do Brasil, Agência de Fomento do Estado do Paraná (ENTREVISTADO PM1).

Esta etapa, com a participação de representantes de diversos órgãos governamentais e demais instituições – dentre elas destacam-se, especialmente, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ocorreu de forma intensiva entre os

meses de julho e dezembro do ano de 1998 (ENTREVISTADO EP1; ENTREVISTADO EP4; SECRETARIA..., 2010). Entre os meses de fevereiro a outubro de 1999, ocorreram no estado paranaense cerca de 20 (vinte) fóruns regionais de consolidação da proposta do PFA (ENTREVISTADO PM1; SECRETARIA..., 2010). Na realização dos fóruns regionais foi inicialmente verificado o interesse pelo tema e pela implantação do programa, através da participação do público interessado nas reuniões, como também, prefeitos, vereadores, membros de associações do meio rural e líderes de movimentos sociais das comunidades. As reuniões realizadas nas mesorregiões Oeste e Sudoeste Paranaenses apresentaram os melhores resultados, haja vista, o histórico de colonização dessas regiões por colonos instalados em pequenas propriedades rurais. A estratégia de realização dos fóruns regionais permitiu a convergência em nível estadual dos objetivos e ações que seriam formalizados na proposta de implementação do PFA (ENTREVISTADO PM1). As diretrizes básicas do programa foram estruturadas em eixos fundamentais, sendo eles: integração ao mercado, gestão, qualidade, tecnologia, estímulos e parceria institucional. Tais diretrizes expressaram as ações específicas do programa no que tange o vínculo dos produtores aos mercados consumidores, adequando as agroindústrias as exigências do mercado. Além disso, ações buscando a eficiência na administração dos estabelecimentos, no atendimento das exigências higiênico-sanitárias e ambientais, na padronização dos produtos, no incremento tecnológico ao processo produtivo, no acesso ao crédito rural e na busca de parcerias com instituições públicas e privadas (SECRETARIA..., 1999).

A elaboração da proposta do PFA esteve orientada para a execução dos parâmetros traçados para a política agrícola paranaense, centrada nos eixos: sanidade agropecuária, profissionalização dos agricultores e agregação de valor. Para a agricultura não familiar a estratégia consistia em fortalecer as cadeias produtivas, por intermédio das câmaras setoriais e, além disso, estimular o ambiente de competitividade para os produtos estaduais. Para a agricultura familiar a estratégia foi dividida nas frentes de ações centradas nas tipologias de agricultores. O programa Paraná 12 Meses tinha o objetivo de reduzir a pobreza rural e elevar os índices de qualidade de vida no campo, sendo direcionado para os agricultores periféricos ou descapitalizados. Assim, a concepção e elaboração do PFA estiveram

voltadas para o público alvo dos agricultores de transição, consolidados ou capitalizados (SECRETARIA..., 1999).

Segundo a Seab (1999, p. 11), o objetivo de agregar valor à produção agrícola dos pequenos estabelecimentos visava o “segundo ganho” na agricultura familiar, por meio da implantação, modernização ou adequação das agroindústrias. Assim, definiu-se para o programa o agricultor familiar como público preferencial da política pública, abordando o conceito de agricultura familiar utilizado no PRONAF. Além do público preferencial do programa, a tipificação dos beneficiários foi definida para o atendimento de micros e pequenos empreendedores associados a agricultores familiares organizados coletivamente e micros e pequenos empreendedores não associados. Após o intenso período de discussões para a elaboração da proposta do programa, houve a formalização do documento e efetivamente montada a estrutura para o lançamento e funcionamento do PFA (ENTREVISTADO PM1).

4.2.1.3 Implementação, avaliação e correção da política

Desde o início, a implementação do PFA ocorreu em todas as regiões do Estado do Paraná. Após a realização dos fóruns regionais para a consolidação da proposta do programa, no dia 07 (sete) de outubro de 1999 foi lançado o Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor” no município de Cambé, mesorregião geográfica Norte Central Paranaense (SECRETARIA..., 2010). Coordenado pela Seab/PR e executado pela Emater/PR, o PFA contou com a parceria do Governo Federal, Prefeitura Municipais, Universidades, organizações não governamentais, movimentos sociais e instituições públicas e privadas (SECRETARIA..., 1999).

Segundo o Entrevistado PM2, desde o lançamento do programa a demanda dos agricultores para participarem da política foi intensa, iniciando um processo de seleção e cadastramento dos beneficiários, que desde a implementação do programa atingiu 4.000 (quatro mil) beneficiários. Em 2012 a política contava com 1.320 (hum mil trezentos e vinte) agroindústrias ativas no programa. A estrutura organizacional do PFA foi estabelecida em torno da criação de conselhos, em nível estadual, regional e municipal. O Conselho Estadual do programa é o responsável pelas principais ações de articulação, planejamento e avaliação do PFA, além disso, responsável pela instituição da Coordenação Executiva Estadual, com a atribuição

de coordenar e executar o programa. Já os Conselhos Regionais foram implantados com as atribuições de aprovar os planos de implantação, adequação ou modernização das agroindústrias, com o estabelecimento de comissões executivas regionais, permitiu-se a descentralização das ações decisórias do programa. Em nível municipal, foram instalados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, com as atribuições de levantar a realidade dos municípios quanto às necessidades de apoio no âmbito do programa, sendo o diagnóstico realizado pelos técnicos executores da política. No ano de 1999 o Conselho Estadual do programa foi instituído e no ano 2000 foram instituídos 19 (dezenove) Conselhos Regionais. (SECRETARIA..., 1999).

As estratégias de atuação do programa, consolidadas nas diretrizes básicas da política, estiveram de acordo com os objetivos da política agrícola paranaense voltada para os agricultores familiares. Assim, o PFA foi implementado com o foco de atuação em três principais frentes de trabalho, as quais são o “apoio à legalização das agroindústrias, capacitação dos agricultores e acesso aos mercados” (WESZ JUNIOR, 2009, p. 42).

O atendimento da demanda do público beneficiário do PFA foi implementada via unidade municipal da Emater/PR na localidade do interessado em integrar a política pública. A partir disto, elabora-se uma carta consulta com as ideias, propostas ou projetos necessários para a agroindústria participar do PFA. O documento elaborado deve ser encaminhado para a Comissão Regional do programa, relatando as questões verificadas, sendo necessário a comissão efetuar a aprovação do projeto. As demandas específicas, não se tratando da política de ATER dos técnicos executores regionais da Emater/PR, devem ser atendidas pelos serviços prestados pelas entidades parceiras participantes do PFA. A partir do ingresso no programa as agroindústrias passaram a serem beneficiadas pelas atividades disponibilizadas (SECRETARIA..., 1999).

A estratégia operacional das atividades do programa foi pautada na subdivisão em quatro componentes, sendo eles: tecnologia, “Kit-Agilidade”, incentivos, marketing, mercado e comercialização. O componente tecnologia consiste nas atividades de geração ou adaptação de tecnologia, na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e na capacitação e profissionalização dos agricultores (SECRETARIA..., 1999). Para o desempenho das atividades operacionais do componente tecnologia, os técnicos executores do programa

oriundos da Emater/PR, receberam diversos tipos de cursos de treinamento e aperfeiçoamento. No ano de 1999 foram realizados cursos básicos sobre agroindústrias e no sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle¹¹ (APPCC), destinado a orientação de boas práticas na produção de alimentos (SECRETARIA..., 2010). Além disso, segundo a Seab (1999), os trabalhos desenvolvidos na área de captação, adaptação, pesquisa e difusão de tecnologia para as agroindústrias são realizadas por entidades públicas estaduais e federais e entidades privadas.

A assistência técnica pública oficial é uma condição para o cadastramento do produtor no programa, todos os beneficiários do programa necessariamente precisam ser clientes da Emater/PR. Parte-se do princípio que uma matéria prima de qualidade é condição essencial para a produção de produtos diferenciados e de reconhecimento no mercado, assim os produtores devem ser acompanhados durante o processo produtivo (ENTREVISTADO PM1). O trabalho dos extensionistas é um componente importante do programa pelo acompanhamento e assistência técnica nas lavouras, mas também na identificação das oportunidades de integração dos produtores ao mercado pela agroindustrialização (ENTREVISTADO PM2). No componente tecnologia, a profissionalização dos agricultores foi uma das frentes de trabalho mais importantes no período de implementação do programa. Apenas no ano de 2000 foram oferecidos 205 (duzentos e cinco) cursos de capacitação e profissionalizantes sobre aos produtores, dentre eles: cursos de embutidos, defumados, massa fina, derivados lácteos, picles, molhos, temperos, processamento mínimo de hortaliças, frutas desidratadas e outros (SECRETARIA..., 2010). Segundo a Seab (1999) o oferecimento dos cursos aos produtores obedeceu a um sistema de etapas, subdividindo em etapas de cursos de alimentação, processamento de alimentos e industrialização.

Na sequencia de componentes da estratégia operacional do PFA, o “Kit-Agilidade” é a atividade desenvolvida para o objetivo de normatização, regulamentação e fiscalização das agroindústrias inscritas no programa (SECRETARIA..., 1999). A regularização dos empreendimentos dos pequenos agricultores foi um dos maiores desafios encontrados nas discussões sobre a elaboração do programa, haja vista, a inúmera quantidade encontrada de

¹¹ Maiores detalhes sobre o sistema APPCC disponíveis em: <<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/appcc.htm>>.

empreendimentos que atuavam na ilegalidade durante o levantamento preliminar realizado pelos técnicos da Seab/PR e da Emater/PR.

Segundo a Seab (1999), as atividades concernentes ao “Kit-Agilidade” são desenvolvidas por órgãos de inspeção e fiscalização nas esferas federal, estadual e municipal. As regularizações dos empreendimentos compreendem os aspectos ambientais, sanitários, jurídicos e fiscais. A regularização dos produtos agroindustriais pode ser realizada para a venda somente no próprio município, entre os municípios do estado e em todo o território nacional e no exterior. Com o “Kit-Agilidade” todas as unidades estaduais e instituições participantes do programa se comprometeram a efetuar os procedimentos de regularização das agroindústrias de forma coordenada e no menor tempo possível. Esta coordenação das atividades permitiu, logo no início da implementação do programa, o crescimento vertiginoso do número de regularizações dos empreendimentos e a possibilidade de comercialização dos produtos no âmbito do programa pelas agroindústrias (ENTREVISTADO PM1).

Apesar da opção estratégica do PFA pelos agricultores que tivessem potencial para a agroindustrialização e o acesso aos mercados, o programa oferecia atividades de incentivos financeiros e tributários (SECRETARIA..., 1999). Na implementação da política, a Agência de Fomento do Estado do Paraná, o Banco do Brasil, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Banco Cooperativo Sicredi participaram de aportes de linhas de crédito para projetos de agroindústrias beneficiárias do programa, totalizando aproximadamente R\$ 15 milhões. Além disso, foram disponibilizadas linhas de crédito do PRONAF, nas duas diversas modalidades (ENTREVISTADO PM2). Em relação à questão tributária, os produtores podiam emitir a Nota Fiscal de Produtor (NFP) somente para a comercialização de produtos in natura. No entanto, para os produtores que comercializavam os produtos agroindustrializados, que consiste no foco do programa, foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.823, de 01 de março de 2000, a Associação da Fábrica do Agricultor, para que organizados coletivamente para a comercialização, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja diferido, caracterizando um tratamento tributário diferenciado para os beneficiários da política (SECRETARIA..., 1999).

Segundo o Entrevistado PM1, as estratégias de *marketing*, mercado e comercialização receberam uma atenção especial do programa. A destinação de

recursos para essas atividades se deve ao fato que tais componentes se situam fora das atividades agrícolas, sendo necessário que os agricultores recebam maior apoio nestes itens que tenham menos familiaridade. A estratégia de *marketing* e mercado adotada foi fundamentada, em um primeiro ponto, na capacidade gerencial dos agricultores, no que se refere ao entendimento da administração do negócio e sua posição e inserção no mercado. Em um segundo escopo de trabalho, fomentou-se o *marketing* individual das agroindústrias e dos produtos e, posteriormente, a estratégia visou à ligação das agroindústrias com o programa. O *marketing* institucional do PFA esteve centrado em fortalecer a marca do programa, visando proporcionar credibilidade aos consumidores em consumirem produtos oriundos de agroindústrias participantes do programa (SECRETARIA..., 1999). Segundo a Seab (2010), em 2000 foi criado o Selo do Programa “Fabrica do Agricultor” e uma família de rótulos do programa para cada produto.

A estratégia de *marketing* e mercado esteve estreitamente interligada com a de comercialização na fase de implementação da política. No âmbito da comercialização dos produtos, foi realizada a I Feira “Sabores do Paraná”, de 19 a 23 de julho de 2000, no Parque Barigui, em Curitiba. A feira ganhou edições anuais e em 2012 foi realizada a décima terceira edição. Além da feira de Curitiba são realizadas anualmente as feiras do Litoral Paranaense e de Foz do Iguaçu. A realização da feira e o nome adotado para o evento buscam aproximar o consumidor dos produtos produzidos no meio rural no Estado do Paraná, com o intuito de valorizar os trabalhadores do campo e os processos típicos ou artesanais que caracterizam a diferenciação dos produtos (ENTREVISTADO PM1). O programa buscou, com a criação das feiras, a aproximação dos produtores aos consumidores finais, fortalecendo a identificação da marca da agroindústria. Além disso, foram fomentados outros canais de comercialização no âmbito do programa, como o convênio celebrado em 2003 com a Associação Paranaense de Supermercados (APRAS), para a instalação de gôndolas nos supermercados paranaenses identificadas com o logotipo do PFA, fidelizando os consumidores aos produtos das agroindústrias participantes do programa. As parcerias com as Prefeituras Municipais permitem o desenvolvimento de outros canais de comercialização e distribuição dos produtos, via lojas de conveniências, casas especializadas, panificadoras, aeroportos, rodoviárias e outros pontos comerciais (SECRETARIA..., 1999; SECRETARIA..., 2010). Além de promover a agroindustrialização dos

produtos, com agregação de valor, emprego e renda no meio rural, a implementação da política foi incisa no desenvolvimento de atividades de promoção dos produtos das agroindústrias participantes do PFA. A atividade de maior relevância neste componente esteve nas bem sucedidas realizações das feiras “Sabores do Paraná”, principalmente, na sua edição de Curitiba (ENTREVISTADO PM1).

As etapas de avaliação e correção da política abordaram questões conjunturais do programa, com a modificação de objetivos a serem atingidos e o aprimoramento do público alvo do PFA, sem a apresentação de alterações significativas na estrutura ou nas premissas básicas. Após a implementação do programa, foram realizados diversos fóruns, seminários e encontros para a avaliação da política nas diversas regiões do estado (SECRETARIA..., 2010). Além disso, em todas as realizações das feiras “Sabores do Paraná”, principais eventos do programa no âmbito de comercialização e acesso aos mercados, as agroindústrias participantes respondem a questionários de satisfação sobre as atividades da política (ENTREVISTADO PM2). Ao longo dos anos de funcionamento da política, transpassando por diversas gestões administrativas, os objetivos do programa foram alterados em atendimento as novas demandas e necessidades das agroindústrias. O Quadro 5 elenca os objetivos da política, segundo os anos e conforme a ordem disposta nos documentos institucionais do PFA.

	1999	2011
Objetivos do programa	Integração ao mercado	Inovação tecnológica
	Gestão	Foco no mercado
	Qualidade	Sustentabilidade
	Tecnologia	Integração com as entidades
	Estímulos	Desenvolvimento regional
	Parceria institucional	Apoio à agricultura familiar

Quadro 5 – Objetivos do PFA, segundo os anos – 1999 - 2011

Fonte: SEAB (1999); SEAB (2010)

Nota: autoria própria

As modificações em alguns objetivos do programa refletem principalmente a visão dos formuladores da política de que as agroindústrias paranaenses atingiram outro estágio de desenvolvimento. No início da política, fazia-se necessário implantar, adequar e regularizar as agroindústrias, melhorar a qualidade dos produtos comercializados, elaborar projetos de adaptação e melhorias estruturais

das unidades e realmente integrar os produtores ao mercado, viabilizando os empreendimentos. Com o desenvolvimento da política e das atividades agroindústrias de pequeno porte no estado, os objetivos da política foram modificados. As principais modificações estiveram centradas na inclusão dos objetivos de sustentabilidade, desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar (SECRETARIA..., 1999; SECRETARIA..., 2011)

Tais mecanismos de avaliação e correção buscaram adequar o programa a nova dinâmica agrícola das agroindústrias integrantes do PFA. Segundo o Entrevistado PM1, “as edições das feiras representam para os executores da política um retrato do campo”. O contato direto com os agricultores e os produtos comercializados evidenciaram a relevância da agricultura familiar no estado paranaense. A partir desta análise, o programa institucionalizou e definiu a agricultura familiar como o público prioritário do PFA.. A correção da política para o estabelecimento de uma segmentação do programa, que determinou o público dos agricultores familiares como prioritários no PFA, definiu que 80% da força de trabalho dos técnicos executores regionais e 70% dos espaços de expositores das feiras “Sabores do Paraná” seriam destinados as agroindústrias familiares (SECRETARIA..., 2011).

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA

Para um melhor entendimento, a identificação dos resultados do programa foi dividida em três momentos. No primeiro, foi apresentado um diagnóstico da realidade das agroindústrias familiares e na sequência a percepção dos beneficiários, *policy-makers* e das entidades participantes sobre os resultados do PFA.

4.3.1 Diagnóstico da realidade das agroindústrias familiares

Nesta etapa do estudo, fez-se uma análise descritiva sobre as principais variáveis para a evidenciação dos resultados do PFA, iniciando pela identificação do perfil das agroindústrias familiares participantes da política.

Dentre as 1.320 (hum mil trezentos e vinte) agroindústrias ativas no programa, participaram do estudo 53 (cinquenta e três), com a representação conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição de frequência das agroindústrias familiares no Estado do Paraná, segundo as mesorregiões

Mesorregiões	Agroindústrias familiares	
	Frequência	%
Centro-Occidental Paranaense	6	11,32%
Centro-Oriental Paranaense	3	5,66%
Centro-Sul Paranaense	0	0,00%
Metropolitana de Curitiba	12	22,64%
Noroeste Paranaense	1	1,89%
Norte Central Paranaense	9	16,98%
Norte Pioneiro Paranaense	9	16,98%
Oeste Paranaense	7	13,21%
Sudeste Paranaense	3	5,66%
Sudoeste Paranaense	3	5,66%
TOTAL	53	100

Fonte: Autoria própria.

Verificou-se, pela frequência apresentada na Tabela 6, a predominância das mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Norte Pioneiro. A mesorregião Metropolitana de Curitiba apresentou um substancial contingente de agroindústrias. No entanto, cabe evidenciar que a mesorregião detém a segunda menor área ocupada dentre as mesorregiões paranaenses na agricultura familiar (INSTITUTO..., 2009). O grande destaque da região é a produção de hortaliças, que necessitam de uma área menor de lavoura comparada a outras culturas. Os processos de agroindustrialização, dotados de técnicas mais avançadas e com vistas à comercialização dos produtos, está assentada no município de Morretes, localidade historicamente produtora de produtos típicos e diferenciados (INSTITUTO..., 2004c).

A mesorregião Norte Central, que apresentou 16,98% das agroindústrias familiares participantes do estudo, segundo o Ibge (2009), tem o segundo maior número de estabelecimentos da agricultura familiar no Estado do Paraná, com grande ocupação de lavouras temporárias e pastagens, sendo tradicional produtora de soja e milho. No segmento familiar, destacam-se os recentes movimentos de articulação da agroindústria e a produção de fruticultura (INSTITUTO..., 2004d). Já a

mesorregião do Norte Pioneiro, segundo o Ipardes (2004e), é caracterizada por grandes propriedades, com ocupações de lavouras temporárias – principalmente soja e trigo.

Tabela 7 – Distribuição de frequência das variáveis selecionadas para a identificação do perfil das agroindústrias familiares

Perfil	Agroindústrias familiares	
	Frequência	%
Enquadramento		
pessoa física	42	79,25%
pessoa jurídica	11	20,75%
TOTAL	53	100,00%
Tratamento Tributário		
CAD-PRO/PR	42	79,25%
CAD/ICMS-SEFA	11	20,75%
TOTAL	53	100,00%
Vinculado a Associação/Cooperativa		
sim	25	47,17%
não, mas já estive	5	9,43%
não	23	43,40%
TOTAL	53	100,00%
Tempo de existência		
até 3 anos	7	13,21%
de 4 a 6 anos	12	22,64%
de 7 a 10 anos	19	35,85%
de 11 a 13 anos	9	16,98%
mais de 13 anos	6	11,32%
não sabe informar	0	0,00%
TOTAL	53	100,00%
Localização		
rural	49	92,45%
urbana	4	7,55%
TOTAL	53	100,00%
Reside na propriedade		
sim	47	88,68%
não	6	11,32%
TOTAL	53	100,00%
Tamanho da propriedade		
até 5 ha	18	33,96%
entre 6ha e 25ha	23	43,40%
entre 26ha e 75ha	7	13,21%
entre 76ha e 160ha	1	1,89%
maior que 160ha	1	1,89%
não sabe informar	3	5,66%
TOTAL	53	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo

A Tabela 7 sintetizou a realidade das agroindústrias, conforme as variáveis selecionadas.

Em relação às questões de enquadramento e tratamento tributário, os resultados apresentaram as mesmas frequências. Não houve casos em que as agroindústrias familiares detenham a personalidade jurídica, mas com algum membro da família enquadrado como produtor rural pessoa física, beneficiando-se do tratamento tributário diferenciado e das linhas de crédito disponíveis para os agricultores familiares individuais, caracterizando que em um mesmo núcleo familiar exista a comercialização no enquadramento de pessoa física e também como personalidade jurídica. Para a participação no programa, o produtor enquanto enquadrado como pessoa jurídica deve estar inscrito no cadastro do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Estado do Paraná (SEFA/PR), CAD-ICMS/SEFA. Já para o agricultor enquadrado como pessoa física este deve possuir a Nota Fiscal de Produtor Rural e o cadastro na Sefa/PR no Cadastro de Produtor Rural (CAD-PRO/PR), beneficiando-se com o tratamento tributário diferenciado para o agricultor familiar pessoa física inscrito no programa, em acordo com o estabelecido nos Decretos Estaduais nºs 3.927/2004 e 5.127/09.

O percentual de produtores enquadrados como pessoa jurídica apresentado na Tabela 7, fundamenta-se, principalmente, pelas determinações legais para a comercialização de diversos produtos apenas por pessoas jurídicas. Além disso, o acesso ao crédito em casos particulares se enquadra nas especificidades de linhas creditícias para empresas. Os empreendimentos enquadrados como pessoa física no CAD-PROP/PR, que somam 79,25% dos participantes do estudo, como são beneficiários do PFA beneficiam-se de tratamento tributário diferenciado já anteriormente citado, abordando as condições que possibilitam a comercialização de produtos industrializados pelas agroindústrias inscritas no programa, com a dispensa do tributo ICMS nas operações internas e a emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural. A regulamentação estabelecida para o tratamento tributário diferenciado define que o beneficiário do PFA, produtor agropecuário, comercialize até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano e necessariamente tenha 60% (sessenta por cento) da renda bruta anual advinda das atividades agroindustriais, resida na propriedade rural, realize os processos de agroindustrialização na área rural com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da matéria-prima utilizada

proveniente de sua produção, exceto nas atividades de panificação que o percentual é reduzido a 20% (vinte por cento) do total (GOVERNO..., 2009).

No que tange as atividades cooperativistas, entre os participantes do estudo 47,17% dos beneficiários do PFA declaram estar vinculados a alguma cooperativa ou associação. O cooperativismo paranaense obteve um crescimento substancial a partir da década de 1970, com a integração de pequenos e médios produtores de *commodities* agrícolas as cadeias agroindustriais, proporcionaram o desenvolvimento de expressivos canais de comercialização. A forte vinculação a alguma cooperativa ou associação dos agricultores familiares é reflexo do direcionamento de políticas públicas do Governo Federal, executadas por intermédio dos programas governamentais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visando o desenvolvimento de empreendimentos grupais na agricultura familiar, com o objetivo de que tais políticas impactem na melhoria da qualidade de vida de um maior número de pessoas.

A forte presença da ligação das agroindústrias familiares às associações ou cooperativas demonstra a importância das organizações coletivas para a agricultura familiar. Conforme descrito por Maluf (2004) a estratégia na agricultura familiar da busca pela comercialização dos produtos a partir de organizações coletivas é a força para a busca de novos mercados pelos agricultores. É nesta lacuna que o PFA buscou orientar as diretrizes no objetivo foco no mercado, potencializando a penetração dos produtos oriundos da agricultura familiar nos nichos especiais de mercados.

O tempo de existência das agroindústrias evidencia que 35,85% dos empreendimentos possuem entre 7 (sete) e 10 (dez) anos. No intervalo entre 0 (zero) até 13 (treze) anos – período de existência do programa, concentram-se 88,68% das agroindústrias familiares, demonstrando que a maioria das agroindústrias iniciaram as atividades ou mesmo formalizaram-se a partir da implementação do programa, como também consolidaram-se pela participação no PFA. Quanto à localização da propriedade, 92,45% dos beneficiários afirmaram que suas propriedades se localizam na área rural e 88,68% deles residem na própria propriedade. Em relação ao tamanho das propriedades, 43,40% situaram-se entre 6 (seis) e 25 (hectares), sendo que 90,57% dos estabelecimentos estão enquadrados

em até 4 (quatro) módulos fiscais¹², limite do tamanho permitido para a classificação como pequena propriedade e para a caracterização como estabelecimento rural da agricultura familiar, segundo a classificação da FAO (2010). Em relação ao tamanho da propriedade, 9,43% dos estabelecimentos estão desenquadrados como agricultores familiares por ultrapassarem o limite de área máxima de até quatro módulos fiscais, mesmo assim permanecendo para o programa como oriundos da agricultura familiar, caracterizando a necessidade de reenquadramento dos produtores para os critérios de participação na política segundo o tipo de produtor.

Dentre estas agroindústrias participantes do estudo, 92,45% dos empreendimentos são explorados pelos agricultores na condição de proprietários das terras e 7,55% estão classificados em outros tipos de exploração. Tal dado reforça umas das características mais particulares da agricultura familiar que a condição da família explorar o seu próprio estabelecimento concomitantemente com a gestão das unidades (WANDERLEY, 2001; CHAYANOV, 1981).

O fator trabalho nos estabelecimentos familiares abordados no estudo foi subdividido em trabalhadores permanentes e temporários, sendo a incidência destas subdivisões relacionada aos tipos de lavouras cultivadas, além de outros fatores como a quantidade de pessoas do grupo familiar e o tamanho da área do estabelecimento (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição de frequência do perfil da utilização da mão de obra nos estabelecimentos familiares

Mão de obra	Trabalhadores Permanentes					Trabalhadores Temporários				
	Feminino		Masculino		TOTAL	Feminino		Masculino		TOTAL
	Freq.	%	Freq.	%		Freq.	%	Freq.	%	
Membros da Família	90	56,25%	70	43,75%	160	8	72,73%	3	27,27%	11
Empregados Contratados	18	45,00%	22	55,00%	40	20	66,67%	10	33,33%	30

Fonte: Pesquisa de campo

¹² A medida do módulo fiscal em hectares é estabelecida municipalmente, no Estado do Paraná a média para quatro módulos fiscais está em 72 (setenta e dois) hectares. Neste estudo foi estabelecido o intervalo para a pesquisa de campo entre 26 (vinte e seis) e 75 (setenta e cinco) hectares. Disponível em: <<http://sistemafaep.org.br/noticia.aspx?id=1397>>. Acesso em: 10 mar. 2013

Conforme evidenciado na Tabela 8, os trabalhadores permanentes do gênero feminino compreendem 56,25%, já os trabalhadores permanentes do gênero masculino são 43,75% do total de pessoas ocupadas, em ambos os casos caracterizados como pertencentes ao grupo familiar, exercendo atividades na agroindústria. Entre os empregados contratados, há um maior percentual de trabalhadores homens entre aqueles que são permanentes no empreendimento e uma significativa maioria de mulheres, aproximadamente 67% entre as empregadas contratadas em regime de trabalho temporário nas agroindústrias familiares. Sendo gerados, no segmento familiar de trabalhadores permanentes, o total de 3 (três) ocupações familiares por agroindústria. O expressivo número de empregados contratados nas agroindústrias familiares não é algo novo dentro das relações sociais no meio rural, conforme ressalta Wanderley (2001), definindo como uma longa tradição a mão de obra alugada de terceiros nas unidades rurais brasileiras.

Dentre os aspectos produtivos, as agroindústrias familiares apresentaram um significativo resultado na agroindustrialização de produtos de origem vegetal, respondendo por 73,68%, seguido pela panificação com 14,04% e pelos produtos de origem animal com 12,28% (Gráfico 3). A grande incidência de agroindustrialização de produtos de origem vegetal é relacionada em grande parte aos quesitos de registros sanitários, mais simplificados em detrimento aos produtos de origem animal. Conforme a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – RDC nº 27, de 06 de agosto de 2010, os produtos listados no Anexo X da referida resolução, são dispensados de registro, competindo para a agroindústria o preenchimento do formulário de comunicação de dispensa de registro e o cumprimento das normas higiênico-sanitárias vigentes para a fabricação dos produtos. Dentre as agroindústrias, 79,2% delas apontaram como existentes em seus produtos o registro sanitário da ANVISA, que é a dispensa de registro dos produtos de origem vegetal de acordo com a resolução já citada. Já 11,3% detém o registro sanitário do Sistema de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal (SIP/POA).

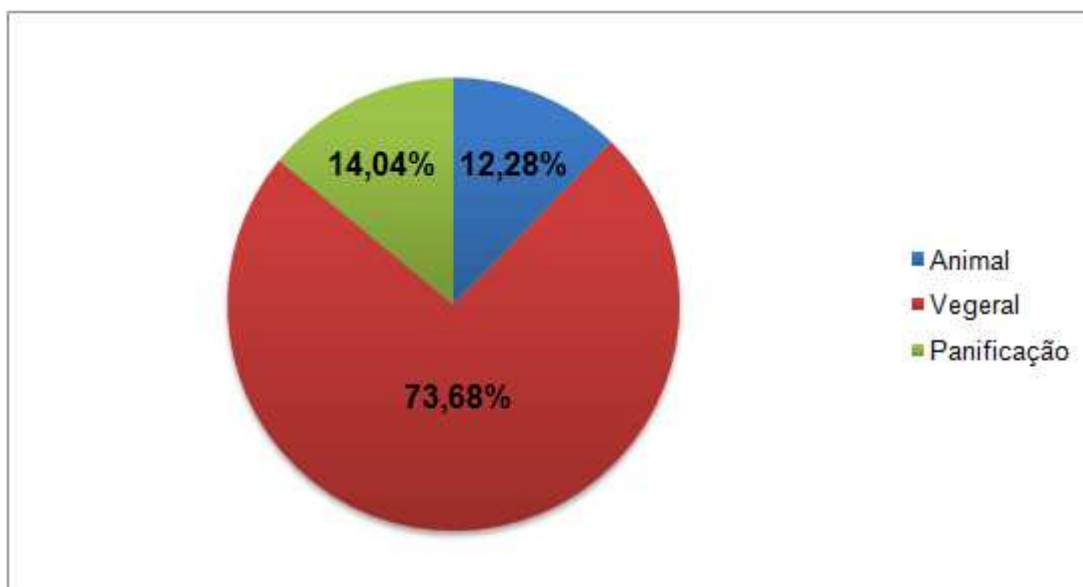


Gráfico 3 – Distribuição dos tipos de produtos comercializados

Fonte: Autoria própria

Entre as agroindústrias familiares participantes do estudo, os produtos mais comercializados são compotas de doces de frutas e legumes em conservas, como também há grande incidência de panificados e molhos. Quanto à variabilidade de tipos de produtos oferecidos, 73,58% dos produtores comercializam pelo menos dois tipos e, no valor máximo aferido de até cinco tipos de produtos comercializados, está um estrato de 5,66% das agroindústrias familiares.

No aspecto de comercialização dos produtos dos beneficiários do PFA, os resultados mais expressivos demonstraram que 30% das agroindústrias familiares comercializam os produtos em âmbito regional, nos municípios próximos e, 16% comercializam na localidade onde a agroindústria está situada. De mesmo modo, 28% dos beneficiários já comercializam seus produtos para outros estados brasileiros (Gráfico 4).

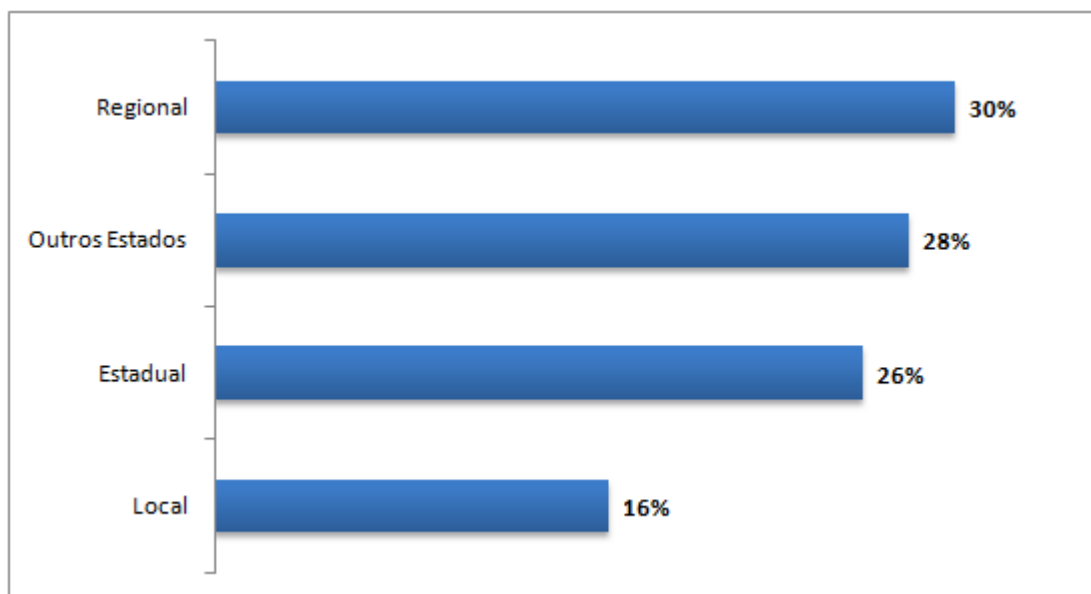


Gráfico 4 – Distribuição das regiões de comercialização dos produtos
Fonte: Autoria própria

A partir dos resultados apresentados no Gráfico 4, torna-se evidente o relevante potencial das agroindústrias familiares para o desenvolvimento local e regional, onde está concentrada 45% das vendas dos produtos agroindustriais. O desenvolvimento e integração das agroindústrias familiares às dinâmicas de mercado conferem uma nova realidade aos territórios pela inserção em cadeias produtivas, com geração de renda e emprego (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA; 2002). O fortalecimento da agricultura familiar é estratégico principalmente para pequenos municípios em que a economia está voltada para o desenvolvimento rural e agrícola (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA; 2001).

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos principais pontos de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares.

Tabela 9 – Distribuição de frequência dos locais de comercialização agroindustrializados

Locais de Comercialização	Frequência	%
Próprio Estabelecimento	29	18,71%
Feira Pública	31	20,00%
Sacolão	9	5,81%
Supermercado	29	18,71%
Mercado Institucional	12	7,74%
Açougue/Padaria	30	19,35%
Outros	15	9,68%
TOTAL	155	100,00%

Fonte: Autoria própria

Nota: Esta questão admite mais de uma resposta

A comercialização nas grandes redes de supermercados ainda não está consolidada entre os produtores. Dentre os entrevistados, 33,96% comercializam nas grandes redes varejistas de supermercados, significando que 66,04% não possuem os produtos presentes nesses pontos de vendas. As justificativas relatadas entre os produtores que não comercializam os produtos nas grandes redes de supermercados referem-se, principalmente, as dificuldades de inserção das agroindústrias neste nicho de mercado e ao preço baixo em que o produto é vendido nas grandes redes. Além disso, muitos produtores acreditam que os grandes supermercados não se enquadram no seu perfil de interesse de ponto de venda. Também se destaca o principal item apontado pelos entrevistados que é a relativa capacidade de produção das agroindústrias, evidenciando as dificuldades de obtenção de escala produtiva para o fornecimento de produtos para esses supermercados.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição do volume mensal de produção das agroindústrias familiares beneficiárias do PFA. A maior concentração de agroindústrias situa-se no estrato de volume mensal de 501 (quinhentos e um) Kg ou litros até 2.000 (dois mil) Kg ou litros, correspondendo a 35,85% dos estabelecimentos.

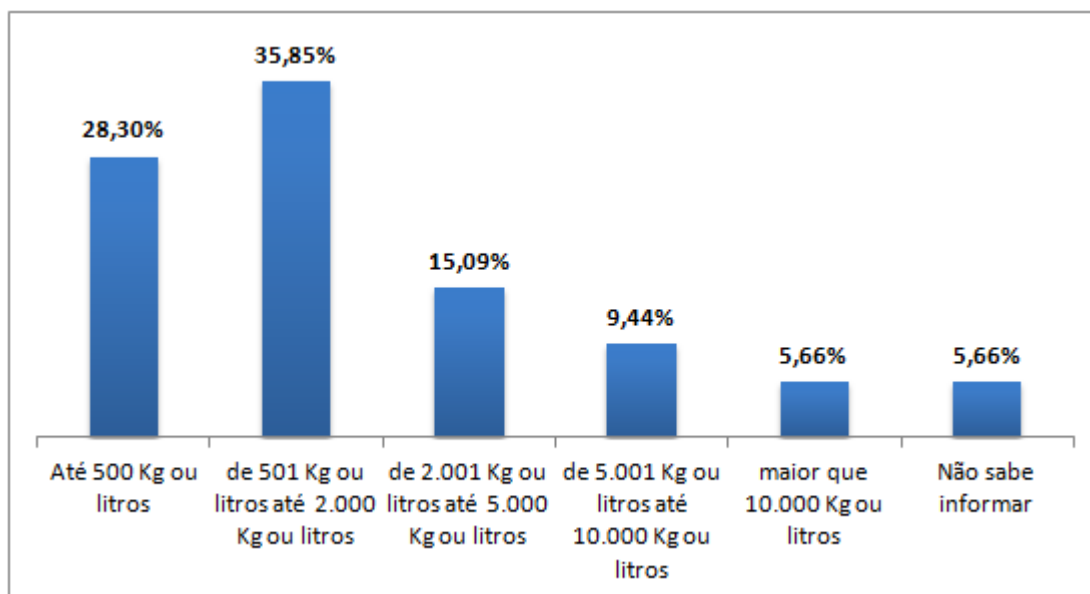


Gráfico 5 – Distribuição do volume mensal de produção das agroindústrias familiares
Fonte: Autoria própria

O Gráfico 5 também apresenta que no estrato de estabelecimentos que produzem até 2.000 (dois mil) Kg ou litros estão 64,15% das agroindústrias. Cabe destacar que 5,66% dos estabelecimentos produzem mais do que 10.000 (dez mil) Kg ou litros mensalmente, sendo uma produção significativa para a agroindustrialização de pequeno porte característica da agricultura familiar. Em 5,66% das agroindústrias os produtores não souberam informar qual o volume mensal de produção dos seus estabelecimentos, demonstrando a inexistência de um controle gerencial do volume produzido. Na Tabela 10 é demonstrada a distribuição da origem da matéria-prima utilizada nos processos produtivos de agroindustrialização.

Tabela 10 – Distribuição de frequência da origem da matéria-prima utilizada nos processos agroindustriais

Matéria-prima	Frequência	%
Totalmente própria	15	28,30%
Até 70% própria	24	45,28%
Até 50% própria	7	13,21%
Até 30% própria	6	11,32%
Terceirizada	1	1,89%
TOTAL	53	100%

Fonte: Autoria própria

Em 28,30% das agroindústrias a principal matéria-prima utilizada nos processos de agroindustrialização é totalmente própria e em 45,28% das agroindústrias é até 70% própria. Apenas uma das agroindústrias familiares do estudo apontou que a origem da principal matéria-prima do processo produtivo é totalmente terceirizada. A utilização da matéria-prima é parte dos termos e condições de caracterização do estabelecimento com o enquadramento de agricultor familiar no PFA, segundo o estabelecido no Decreto Estadual nº 3.927/2004, não podendo o agricultor familiar realizar os processos de agroindustrialização com uma quantidade de matéria-prima superior a 50% que não seja produzida no seu próprio estabelecimento.

A caracterização da agricultura familiar que orienta o PFA também está disposta na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em que delimita a área em até 4 (quatro) módulos fiscais, define que a utilização da mão de obra e a direção do estabelecimento sejam predominantemente da própria família, com a renda do grupo familiar sendo predominantemente obtida pelas atividades econômicas realizadas no estabelecimento rural ou vinculadas ao empreendimento.

A partir das normatizações que orientam a classificação dos estabelecimentos como oriundos da agricultura familiar no PFA, o diagnóstico da realidade das agroindústrias familiares permitiu evidenciar a presença de produtores desenquadrados dos parâmetros admitidos. Destacam-se os produtores residentes em área urbana e os que não residem na propriedade, como também aqueles com um número superior ao estabelecido para empregados contratados e as unidades rurais que possuem uma área superior ao limite de quatro módulos fiscais.

4.3.2 Percepção dos beneficiários do programa

A avaliação dos resultados decorrentes da implementação do PFA, em comparação aos objetivos propostos pelo programa compreende a etapa de análise da percepção dos beneficiários da política. A Tabela 11 demonstra como os agricultores familiares obtiveram o primeiro contato com o programa. Em 58,49% dos casos este contato ocorreu por uma visita de um extensionista da Emater/PR que identificou as potencialidades do estabelecimento para a participação em um programa de verticalização da produção como o PFA.

Tabela 11 – Distribuição de frequência do meio pelo qual o beneficiário obteve conhecimento do PFA

Conhecimento do programa	Frequência	%
Por uma visita de um extensionista	31	58,49%
Por meio de outro participante	2	3,77%
Através de alguma entidade (Prefeitura, Sindicato, Associação, Cooperativa, outra)	2	3,77%
Na realização de cursos (Emater/PR, Senar/PR, Sebrae/PR)	4	7,55%
Outros	14	26,42%
TOTAL	53	100%

Fonte: Autoria própria

O apontamento da grande maioria dos beneficiários para a visita de um extensionista como o ponto de partida para o ingresso no programa está de acordo com o estabelecimento institucional de atendimento da demanda do PFA. No nível de execução da política a entrada de demandas do programa é o atendimento realizado por meio da Emater/PR municipal. Nesta etapa, consiste a identificação da ideia ou proposta do agricultor e a sua viabilidade em transformar-se em um projeto de implementação de uma agroindústria ou a formalização de um empreendimento já existente. Na sequência, a proposta de ingresso deve ser analisada em nível regional e estadual (SECRETARIA..., 1999). Apenas 3,77% das agroindústrias tiveram conhecimento do programa por intermédio de alguma entidade, como por exemplo, prefeitura, associação ou sindicato. Tal fato evidencia a necessidade de maior articulação do programa com essas entidades locais para a prospecção de agricultores que possuem o perfil para a participação na política.

Para os beneficiários do programa, o ingresso no PFA foi uma oportunidade de agregação de valor aos produtos e geração de renda e emprego no meio rural. Os agricultores também apontaram como fator de importância para a participação na política à geração do segundo ganho. Para os produtores, faz-se necessário além da venda dos gêneros agrícolas in natura, a agroindustrialização dos produtos e a busca de novos mercados. O PFA também se mostrou interessante aos agricultores familiares para a divulgação de suas marcas e oportunizou a regularização e formalização das agroindústrias e dos produtos produzidos.

O Gráfico 6 apresenta há quanto tempo a agroindústria familiar participa do PFA. O programa foi lançado em outubro de 1999, completando em 2013, 14 (quatorze) anos de existência. Dentre os participantes do estudo, duas agroindústrias estão há 13 (treze) anos no programa, sendo as mais antigas apuradas na pesquisa. A média de tempo do universo de entrevistados situou-se em aproximadamente 6 (seis) anos de participação.

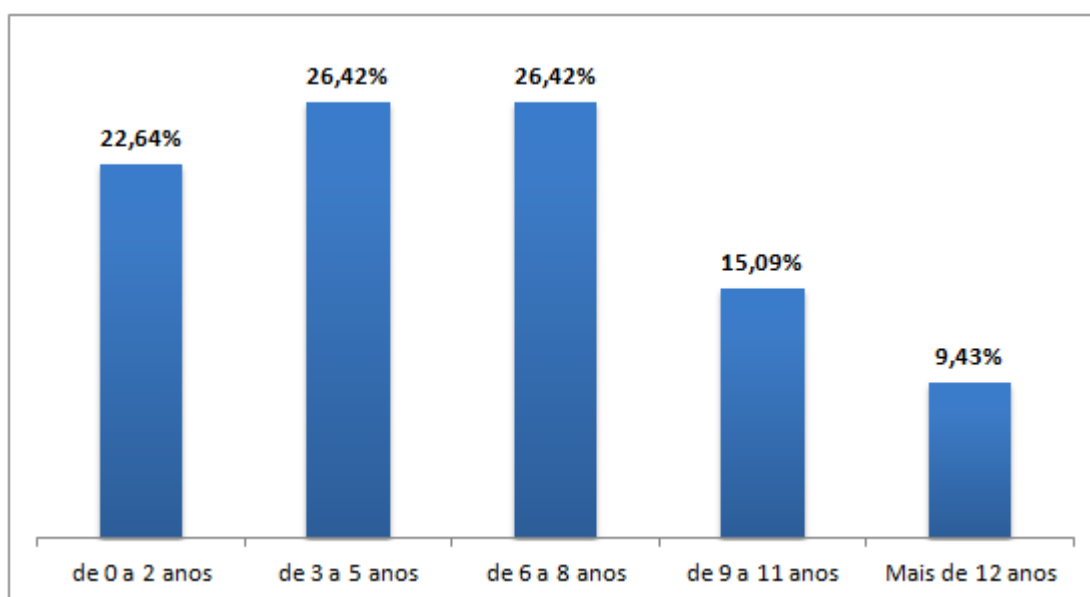


Gráfico 6 – Tempo de participação das agroindústrias familiares no PFA
Fonte: Autoria própria

Em relação ao tempo de participação no programa a maior quantidade de agroindústrias está nos estratos iniciais e intermediários de tempo de ingresso. Além da verticalização da produção, com os processos de agroindustrialização nas unidades rurais, o PFA busca integrar os agricultores aos mercados consumidores. O elevado tempo de permanência dos produtores vinculados ao programa

demonstra em certo aspecto que o produtor ainda necessita deste vínculo com a política pública, não havendo uma plena viabilidade do empreendimento em livre concorrência com as forças de mercado. Por outro aspecto, a permanência das agroindústrias evidencia principalmente em relação à participação nas feiras “Sabores do Paraná”, que o vínculo com o programa é benéfico para os produtores, com os ganhos advindos das vendas realizadas nos eventos e pela inserção e promoção da marca junto aos consumidores, estando vinculada a um programa governamental.

Para o eixo do programa que tem como objetivo o fomento à inovação tecnológica nas agroindústrias familiares, foram abordadas as ações do programa voltadas para a verticalização da produção, beneficiamento da matéria-prima, produtividade e qualidade dos produtos. O nível de incremento tecnológico no processo produtivo foi aferido pelo número de equipamentos utilizados nos processos de agroindustrialização. Neste aspecto, em 39,62% dos estabelecimentos são utilizados até 03 (equipamentos), de 04 (quatro) a 06 (seis) equipamentos representam um percentual de 24,53%, já de 07 (sete) a 10 (dez) são 20,75%. Apenas 9,43% das agroindústrias utilizam mais de 10 (dez) equipamentos no processo produtivo e 5,66% não souberam informar quantos são utilizados. A pequena quantidade de equipamentos utilizados na produção é relacionado aos tipos de produtos mais produzidos, como por exemplo, compotas e conservas que são caracteristicamente oriundos nas agroindústrias de um processo de produção de típico e artesanal.

Em relação aos processos de beneficiamento e transformação da matéria-prima, em 66,04% das agroindústrias estes processos eram realizados no estabelecimento antes do ingresso no programa, mas ainda não se constituíam como a principal fonte de renda da família. Em 18,87% dos estabelecimentos a agroindustrialização já era a principal fonte de renda, no entanto, já para 15,09% das unidades, não havia agroindustrialização nos estabelecimentos rurais. Nesta conjuntura, a política possibilitou para a maior parte dos beneficiários que a verticalização da produção e, aquele considerado como o segundo ganho dos agricultores, passasse a ser a principal fonte de renda da família. Em outros casos, a agroindustrialização passou a ser realizada pelo ingresso no programa com a formalização e regularização de uma unidade agroindustrial, permitindo a constituição de um empreendimento viável em regime de economia familiar.

A Tabela 12 demonstra, a partir da percepção dos beneficiários, as ações do programa voltadas para o atingimento do objetivo de promoção de inovação tecnológica nas agroindústrias. Em 79,25% dos estabelecimentos as ações do PFA foram desenvolvidas na orientação especializada ou apoio para implantação, modernização ou adequação das agroindústrias. Já na inovação tecnológica inerente as técnicas utilizadas no processo produtivo, apenas 54,25% dos beneficiários foram assistidos. Tal fato é explicado pela grande quantidade de estabelecimentos rurais que necessitavam de algum tipo de regularização ou adequação para os processos de agroindustrialização e, principalmente, para o atendimento dos procedimentos necessários higiênico-sanitários. No processo produtivo a penetração das ações do PFA são menores, em virtude desses processos de fabricação serem considerados pelos agricultores como tradicionais, típicos ou artesanais. É neste sentido que foi apresentado um índice elevado de 20,75% dos entrevistados que afirmaram que não houve necessidade de orientação do programa para a inovação tecnológica na linha produtiva.

Tabela 12 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo inovação tecnológica

Ações do programa	Frequência	%
Orientação especializada ou apoio para implantação, modernização ou adequação da agroindústria		
sim	42	79,25%
não	6	11,32%
não, pois nunca necessitei	5	9,43%
TOTAL	53	100%
Orientação especializada para inovação tecnológica no processo produtivo		
sim	29	54,72%
não	13	24,53%
não, pois nunca necessitei	11	20,75%
TOTAL	53	100%

Fonte: Autoria própria

As ações do PFA para a agricultura familiar no objetivo inovação tecnológica buscaram inserir os agricultores em técnicas e métodos de produção modernos e adequados a elevados padrões de qualidade. A inserção dessas agroindústrias no

programa rompeu a visão do tradicional camponês, com produção de subsistência e utilização de técnicas rudimentares de baixa produtividade (WANDERLEY, 2001). Para Abramovay (1997) a agricultura familiar passou a ser identificada pelas suas potencialidades na receptividade de inovação tecnológica e a para a participação em um ambiente de mercado concorrencial para a comercialização de produtos. Ressalte-se, no entanto, que ainda assim pelas adaptabilidades dos estabelecimentos a novas técnicas produtivas e a produção ao mercado consumidor como estratégia de reprodução social, o traço característico principal da agricultura familiar continua presente, a importância do núcleo familiar para as unidades rurais (WANDERLEY, 2003).

Neste objetivo de promoção da inovação tecnológica o programa apresentou um nível alto de aderência dos resultados aos objetivos propostos. Existe ainda um incipiente nível de equipamentos utilizados nos processos produtivos, mas as orientações ou apoio para implantação, modernização ou adequação dos estabelecimentos atingiram 79,25% das agroindústrias, como também, as ações voltadas para a inovação tecnológica nos processos produtivos foram desenvolvidas em 59,25% dos estabelecimentos.

As ações do objetivo de foco no mercado expressam o mais importante eixo de trabalho do PFA. Esta é a relevante estratégia de inserção dos agricultores familiares em diferentes nichos de mercados, com competitividade e oferta de produtos de qualidade, gerando renda e emprego, assegurando a permanência da família rural no campo. A identificação das redes de comercialização e os estímulos nesses processos depreendem um conjunto significativo de emprego de recursos pelo programa. Para os agricultores a comercialização dos produtos é uma atividade externa ao estabelecimento, porém necessária para a viabilidade do empreendimento. Em relação ao vasto conhecimento dos produtores nas atividades laborativas nas lavouras ou nos processos de agroindustrialização, comercializar os produtos compreende um novo desafio, com a utilização de técnicas de vendas no contato com os clientes, como também conhecimentos gerenciais e logísticos para a distribuição dos produtos.

A consolidação do acesso aos mercados pelos agricultores caracteriza propriamente o estrato de tipologia de agricultor familiar que o PFA identifica como público alvo do programa. Para Sorj e Wilkinson (1983), os processos de agroindustrialização na agricultura familiar acontecem somente entre os agricultores

capitalizados, com a integração da produção as demandas dos mercados consumidores. Para Mior (2005), a reprodução social dos agricultores familiares depende da ampliação das políticas públicas para o estímulo de comercialização via associativismo. As ações do programa neste sentido estão na realização das feiras “Sabores do Paraná” em que a exposição de produtos de diversas agroindústrias distribuídas pelo estado paranaense, assegura uma grande penetração no mercado para a comercialização e permite a identificação dos consumidores com as marcas e com o programa. A Tabela 13 demonstra as ações do programa para o objetivo foco no mercado.

Tabela 13 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo foco no mercado

Ações do programa	Frequência	%
Orientação especializada ou apoio para identificação de estratégias de comercialização dos produtos		
sim	33	62,26%
não	11	20,75%
não, pois nunca necessitei	9	16,98%
TOTAL	53	100%
Orientação especializada ou apoio para adequação de embalagens, rótulos ou layout de logomarcas		
sim	39	73,58%
não	5	9,43%
não, pois nunca necessitei	9	16,98%
TOTAL	53	100%

Fonte: Autoria própria

Em 62,26% das agroindústrias o PFA atuou de forma a promover orientação especializada ou apoio para a identificação de estratégias de comercialização dos produtos. O programa possui um trabalho significativo no objetivo de integração dos agricultores ao mercado com a realização das feiras “Sabores do Paraná” que proporcionam o contato do produtor rural com o cliente final. A exposição dos produtos nas feiras permite vendas para clientes corporativos e a fixação da marca para o público em geral. Em complemento à realização das feiras, o PFA possui um convênio com a APRAS para a colocação de gôndolas com os produtos das agroindústrias nas grandes redes de supermercados.

As ações do programa voltadas para a adequação e padronização de embalagens, rótulos ou *layout* de logomarcas atingiram 73,58% das agroindústrias familiares. A padronização e adequação dos rótulos e embalagens são fundamentais para a comercialização em atendimento a legislação vigente. Neste objetivo de foco no mercado é fundamental a importância da apresentação visual dos produtos para a efetivação da compra pelo consumidor, sendo para isso estimulados o desenvolvimento das marcas e de *layout* de logomarcas das agroindústrias. O programa implementou em fevereiro do ano 2000 um selo que identifica os produtos provenientes das agroindústrias familiares participantes do PFA. No entanto, apenas 26,42% dos beneficiários estampam o selo do programa nos seus produtos. Já em 73,58% dos casos o selo do PFA não está identificando os produtos, sendo que desse estrato de produtores, que não possuem o selo do PFA, 10,26% deles possuem o Selo da Identificação da Participação na Agricultura Familiar (SIPAF) do MDA. A Figura 4 contém a imagem dos dois selos de identificação.



Figura 4 – Selo de identificação do PFA e de participação na agricultura familiar do MDA

Fonte: SEAB¹³; MDA¹⁴ (2013)

O desenvolvimento das ações neste objetivo tem a clara concepção da visão mercadológica dos empreendimentos das agroindústrias familiares. Além da criação do selo do PFA, para identificação dos produtos como oriundos de agroindústrias

¹³ Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/SIPAF/6971131>>. Acesso em: 03 mai. 2013

¹⁴ Disponível em: <<http://www.fabricadoagricultor.pr.gov.br>>. Acesso em: 03 mai. 2013

participantes, visando vincular as marcas para o consumidor como integrantes de um programa governamental, o PFA desenvolveu nas ações com os beneficiários o apoio para a criação de rótulos e *layout* de logomarcas através de apoio subsidiado nos custos com a contratação de uma empresa de comunicação visual para a prestação de serviços para o programa. O atendimento desta demanda compreende o recebimento do projeto com as necessidades dos participantes e a entrega do projeto finalizado de criação (SECRETARIA..., 2000).

Na sequência de ações, está a orientação especializada para constituição ou regularização da unidade ou dos produtos. Em 62,26% das agroindústrias o programa forneceu este tipo de serviço e 15,09% dos produtores afirmaram que nunca necessitaram da utilização deste apoio. Este percentual de beneficiários que foram assistidos por esses serviços é reflexo de uma das mais importantes e iniciais ações do programa para os agricultores, a constituição do “Kit-Agilidade”. A implementação do “Kit-Agilidade” permitiu que todos os órgãos governamentais das esferas federais, estaduais e municipais, denominados entidades participantes do programa, realizassem ações coordenadas e em menor tempo possível para a regularização e legalização das agroindústrias ou dos seus produtos nos aspectos ambientais, sanitários, jurídicos e fiscais, assegurando a disponibilização de produtos de qualidade aos consumidores (SECRETARIA..., 1999).

Este objetivo do PFA de foco no mercado representa o conjunto de ações mais bem sucedidas do programa. Distribuídas tanto no apoio e orientação especializada aos agricultores quanto na integração das agroindústrias aos mercados local, regional, estadual e em outros estados. Além disso, a feira “Sabores do Paraná” é um ponto fundamental do programa para os beneficiários, afirmando a importante visão mercadológica da política em relação a viabilidade das agroindústrias familiares.

Já as ações do PFA voltadas para o atingimento do objetivo de sustentabilidade no meio rural compreendem o desenvolvimento de formas de atuação sustentável nas atividades rurais e a manutenção da família no campo (SECRETARIA..., 2010). A tabela 14 demonstra as ações do PFA para a sustentabilidade, as quais contemplam a identificação pelos técnicos executores do programa e entidades parceiras de formas de atuação sustentáveis pelos beneficiários. Em relação ao destino dos resíduos oriundos do processo produtivo, 50% deles são destinados aos processos de compostagem e 24,19% são utilizados

para ração aos animais das propriedades. A orientação dos técnicos executores para a utilização da técnica de compostagem para o melhor cuidado do solo é um busca a integração entre o agricultor familiar e a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, aliando o conhecimento das especificidades locais e a utilização dos recursos naturais para um melhor manejo do solo. No âmbito da comercialização e da sustentabilidade, torna-se necessário a avaliação do melhor modelo de embalagem para o acondicionamento de cada produto, sendo as ações deste item do programa realizadas quase na totalidade pelas entidades parceiras, como por exemplo, o Sebrae/PR. Entre os participantes do estudo, os valores mais expressivos, apontam que 47,14% das embalagens utilizadas são de vidro e 35,71% delas são material plástico.

Tabela 14 – Distribuição de frequência das ações do PFA no objetivo sustentabilidade

Ações do programa	Frequência	%
Destinos do resíduo do processo produtivo realizado no estabelecimento		
queimado	1	1,61%
coleta pública	15	24,19%
compostagem	31	50,00%
ração	15	24,19%
enterrado	0	0,00%
céu aberto	0	0,00%
TOTAL	62	100,00%
Principais tipos de embalagens em que os produtos são comercializados		
saco plástico	25	35,71%
vidro	33	47,14%
caixa	0	0,00%
bandeja	5	7,14%
pote	7	10,00%
TOTAL	70	100,00%

Fonte: Autoria própria

Nota: Estas questões admitem mais de uma resposta

As ações de sustentabilidade também estão voltadas para a manutenção da família no meio rural a partir da viabilidade das agroindústrias. O PFA, nas ações desenvolvidas, detém a premissa de que um grande número de beneficiários do programa são oriundos das diversas etnias assentadas no estado paranaense, comercializando produtos típicos ou artesanais, característicos dessas culturas. Assim, conforme identificado, dentre as agroindústrias familiares 30,19% afirmaram

que os processos utilizados incorporam na totalidade métodos de produção de típicos de sua etnia ou localidade de residência. Também 18,85% dos beneficiários utilizam esses mesmos processos, no entanto, com incremento de novas tecnologias. Já para 50,94% das agroindústrias o processo produtivo não incorpora nenhum aspecto cultural ou típico da localidade do estabelecimento.

As ações do programa para o objetivo de sustentabilidade não apresentaram resultados significativos e também não estão bem definidas no escopo de planejamento da política. As ações do PFA apresentaram resultados satisfatórios sobre o destino dos resíduos do processo produtivo, mas são incipientes em relação aos tipos de materiais utilizados nas embalagens dos produtos. Este tipo de apoio e orientação especializada é fornecido praticamente na totalidade pelas entidades parceiras do programa.

O objetivo do PFA em promover a sustentabilidade nos processos agroindustriais está diretamente relacionado a outro objetivo do programa, a integração com as entidades. Conjuntamente esses objetivos representam a visão da política em integrar as agroindústrias ao mercado oferecendo produtos de qualidade por meio da capacitação e profissionalização dos agricultores (SECRETARIA..., 1999). O Gráfico 7 demonstra o percentual de agricultores familiares que participaram de cursos de qualificação ou profissionalização no âmbito do PFA.

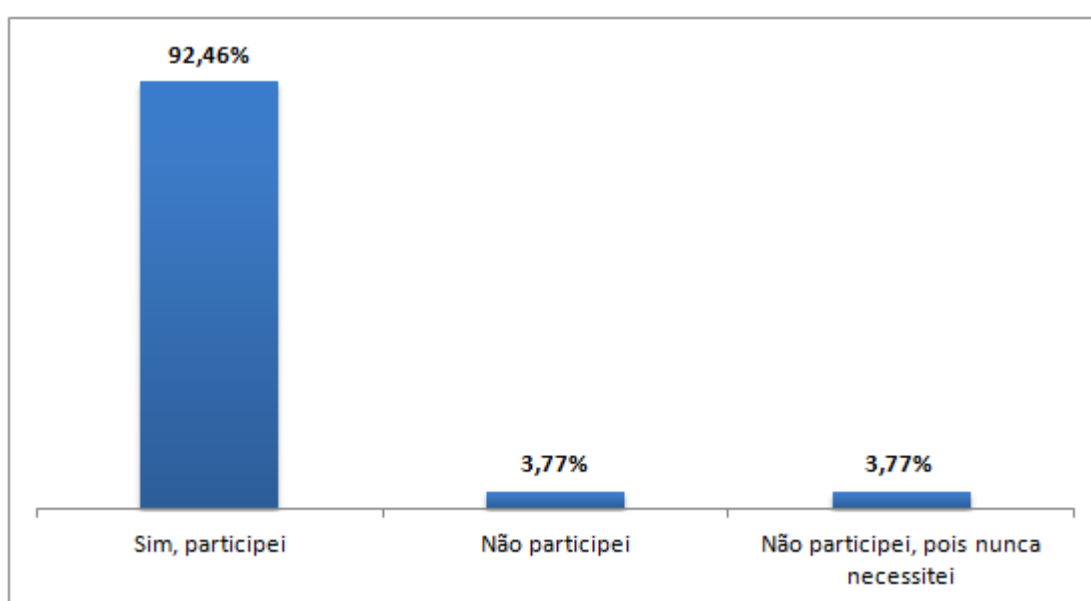


Gráfico 7 – Participação dos beneficiários do PFA em cursos de qualificação ou profissionalização promovidos pelo programa

Fonte: Autoria própria

O elevado percentual de 92,46% dos agricultores que já participaram de pelo menos um curso de qualificação ou profissionalização no âmbito do PFA demonstra que o programa tem alcançado excelentes resultados neste aspecto, seja pela capilaridade em promover cursos nas diversas regiões do estado, como na integração com as entidades parceiras do programa para a promoção desses eventos. Entre os cursos mais citados pelos agricultores estão os cursos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e de técnicas de processo de alimentos. As entidades mais lembradas pelos agricultores como promotoras de cursos foram a Emater/PR, Sebrae/PR e Senar/PR. A Tabela 15 demonstra para o objetivo integração com as entidades que o programa tem uma média abrangência nos aspectos de extensão rural, assistência técnica e consultoria. Em 41,94% dos casos os agricultores receberam assistência da Emater/PR, órgão executor do programa e, 26,61% deles receberam alguma prestação de serviço do Sebrae/PR, entidade participante do PFA.

Tabela 15 – Distribuição de frequência de ação do PFA no objetivo integração com as entidades

Recebeu Assistência Técnica, Extensão Rural ou Consultoria de alguma entidade	Frequência	%
Emater/PR	52	41,94%
Sebrae/PR	33	26,61%
Empresa Privada	2	1,61%
Empresa Pública	0	0,00%
Universidade	14	11,29%
ONG	1	0,81%
Não recebi	0	0,00%
Não, pois nunca necessitei	1	0,81%
Outro	21	16,94%
TOTAL	124	100%

Fonte: Autoria própria

Nota: Esta questão admite mais de uma resposta

Os produtores afirmaram que em 16,94% dos casos receberam algum tipo de assistência de outras entidades, destaca-se entre elas: o Senar/PR, sindicatos rurais e prefeituras Municipais. Dentre as agroindústrias participantes do estudo nenhuma respondeu que desde o ingresso no programa não tenha recebida nenhum tipo de assistência técnica, extensão rural ou consultoria, demonstrando a forte penetração das ações do programa neste item de apoio aos processos produtivos realizados pelos beneficiários da política. Em relação à integração com as entidades,

cabe identificar a relação desses agricultores com as políticas públicas voltadas ao segmento.

Sobre o conhecimento de algum outro programa governamental voltado para a agricultura familiar, 73,58% dos produtores afirmaram conhecer alguma outra política pública. Neste estrato de agricultores que afirmaram conhecerem outras políticas públicas para a agricultura familiar, 40,85% dos programas citados referem-se ao Pronaf, em suas diversas linhas de crédito. Demais políticas públicas também foram lembradas pelos agricultores familiares, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi citado por 26,76% dos entrevistados e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com 19,72%. Já o programa paranaense Trator Solidário foi lembrado por 5,63% dos agricultores familiares. O Pronaf figura como a política pública mais lembrada pelos agricultores familiares, em parte por ser a mais antiga e de abrangência nacional, mas também pelo efetivo acesso ao programa que está sendo propiciado aos agricultores nos últimos anos, por ampliações de linhas de crédito e volume de recursos.

Ainda no escopo da promoção da integração com as entidades, ressalta-se a importância da identificação de linhas de crédito para a agricultura familiar adequadas aos empreendimentos. Desde o ingresso no programa, 50,94% das agroindústrias familiares acessaram algum tipo de linha de crédito rural. No entanto, 24,53% dos estabelecimentos nunca acessaram tais financiamentos, e em 24,53% dos casos afirmaram que nunca acessaram nenhum tipo de empréstimo, pois não houve interesse em obtê-lo. Dentre os agricultores que acessaram linhas de crédito no âmbito do PFA, em 100% dos casos foram acessadas linhas creditícias do Pronaf, destacando-se o Pronaf Agroindústria e o Pronaf Investimento.

O objetivo do PFA de integração com as entidades apresentou resultados de média aderência aos objetivos propostos na política. Na especificidade do campo de ação do programa apenas 41,94% dos agricultores receberam alguma tipo de prestação de serviço de assistência ou extensão rural pela Emater/PR e 26,61% deles receberam alguma prestação de serviço do Sebrae/PR, entidade participante da política. No entanto, no aspecto que abrange a interação com outras políticas públicas, os resultados são mais satisfatórios. São 73,58% dos produtores que afirmaram conhecer outra política pública voltada para a agricultura familiar. Em relação ao crédito rural, 50,94% das agroindústrias familiares acessaram alguma linha de crédito. A partir dos dados sobre o conhecimento dos agricultores familiares

as políticas públicas compreendem-se os resultados da estratégia de fortalecimento da agricultura familiar iniciadas com a percepção do nível estratégico desse modelo desenvolvimento rural (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA; 2001). Para Pereira e Bazotti (2010), o surgimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foi o fato que efetivamente concedeu legitimidade a esses agricultores enquanto categoria social no meio rural. Segundo Abramovay (1997), a agricultura familiar foi reconhecida como uma estrutura para potencializar o desenvolvimento rural, combater a pobreza e êxodo rural, justamente pelo reconhecimento acadêmico e governamental de que os agricultores não eram avessos aos riscos mercadológicos, não produzindo apenas para subsistência, como também havia a receptividade a inovações tecnológicas e tomadas de crédito rural. Neste caso, os resultados demonstraram a relevante penetração do acesso ao crédito rural aos agricultores familiares por intermédio do Pronaf.

Além da promoção de integração com outras entidades públicas e privadas, o PFA definiu objetivos de desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar, centrados nas premissas de otimização da renda e fortalecimento da agricultura familiar, para o desenvolvimento local. O fortalecimento da agricultura familiar encontra-se amparado no desenvolvimento das premissas básicas desse modelo de economia familiar, como a gestão do estabelecimento, a sucessão dos negócios da família e o acesso as políticas públicas diferenciadas para o segmento.

No aspecto de acesso a outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, 52,83% dos agricultores familiares acessam outros programas e 47,17% não acessaram nenhum tipo de política pública além do PFA. Para os agricultores que acessam outras políticas, as mais acessadas são o Pronaf com 37,14% e o Paa com 31,43%. Na sequência estão o Pnae com 28,57% e o Trator Solidário que figura com 2,86%. Deste modo, evidencia-se pelo acesso às políticas públicas, que além da grande aderência do Pronaf pelos agricultores, os programas de aquisição de alimentos já são importantes estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e constituem mais um ganho além da agroindustrialização. Entre os agricultores que afirmaram não acessar nenhuma outra política pública além do PFA, os resultados mais relevantes demonstraram que 43,48% não acessam porque não tem conhecimento de outro programa em que possam participar, já para 17,39% não há interesse em participarem de nenhuma outra política e 13,04% disseram que não

possuem condições de participarem, pois os empreendimentos não possuem escala de produção suficiente para o atendimento de mais uma demanda.

Em relação a gestão dos estabelecimentos, nas agroindústrias familiares participantes do programa, 100% dos entrevistados afirmaram que a gestão dos estabelecimentos é realizada apenas por membros do núcleo familiar. Como referenciado por Wanderley (2003), apesar de a agricultura familiar possuir diversas diferenciações com o campesinato tradicional, como a produção orientada também ao mercado, a presença central da importância do núcleo familiar para o estabelecimento rural permanece. Os resultados apresentados sobre a gestão dos estabelecimentos vão de encontro às ideias de Lamarche (1993) que definiu a exploração familiar como o estabelecimento rural onde o trabalho e a gestão centralmente ligados à figura do núcleo familiar.

No entanto, as ações do programa também visam estimular o processo sucessório nas agroindústrias familiares, por meio da capacitação da juventude rural. O Gráfico 8 demonstra a perspectiva dos agricultores sobre este processo sucessório nos empreendimentos.

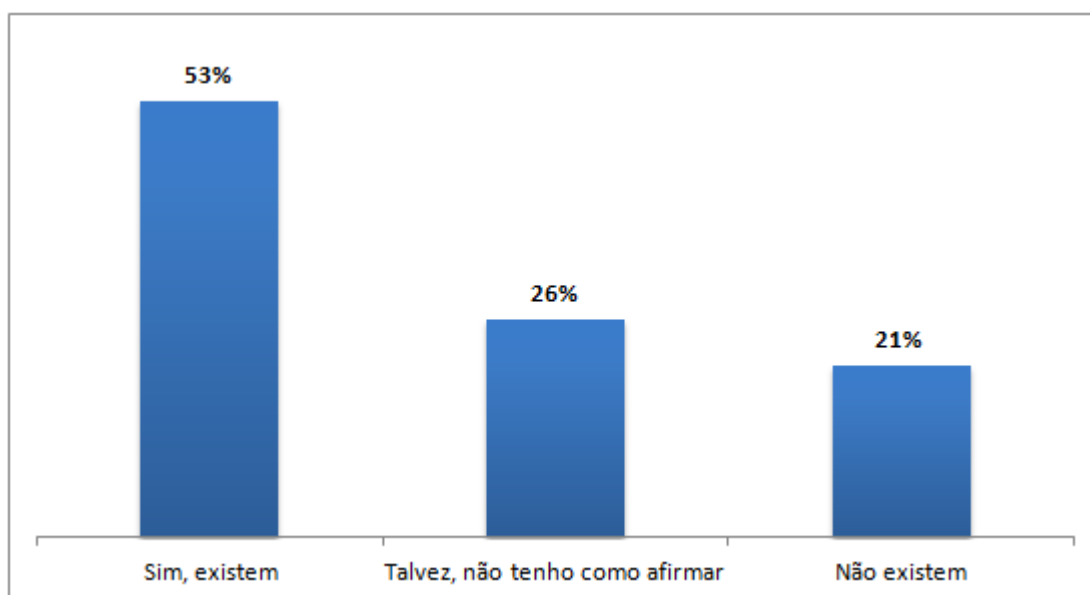


Gráfico 8 – Perspectivas de processo sucessório nas agroindústrias familiares
Fonte: Autoria própria

Em 53% das agroindústrias familiares os agricultores puderam afirmar que realmente existem perspectivas de sucessão nos negócios da família. Para 26% ainda não é possível afirmar e em 21% dos casos já é possível à afirmação de que

não existem possibilidades de realização de processo sucessório na agricultura familiar. Tal informação permite avaliar que nesses casos a continuidade de parte significativa dos empreendimentos está ameaçada, sendo que poderá ocorrer uma mudança de regime de economia familiar para a agricultura empresarial ou a descontinuidade das agroindústrias em certo momento do tempo. As perspectivas de processo sucessório na agricultura familiar envolvem diversas variáveis como as condições de infraestrutura, cidadania e renda no meio rural. É latente a grande atração das áreas urbanas e das funções especializadas sobre a juventude do campo, a qual releva em muitos casos as oportunidades no meio rural, centradas em trabalhos mais desgastantes fisicamente, em detrimento do potencial de renda das atividades fora do meio rural. Para isso, a premissa principal de verticalização da produção pela agroindustrialização na agricultura familiar tem o intuito de potencializar a geração de renda no campo.

No Gráfico 9 é apresentado a principal fonte de renda das agroindústrias beneficiárias do PFA.

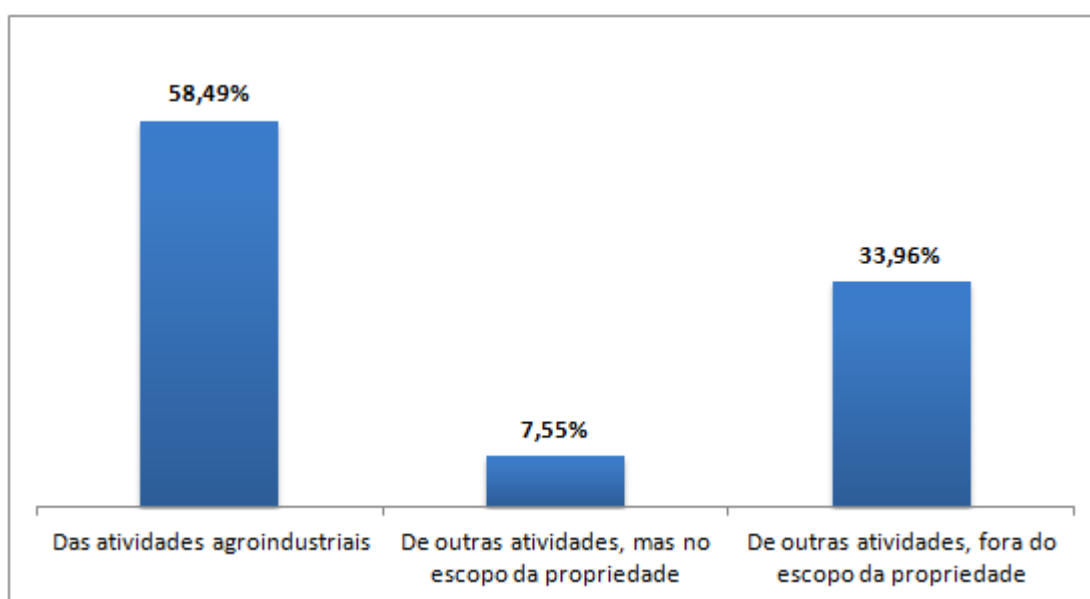


Gráfico 9 – Principal fonte de renda das agroindústrias familiares beneficiárias do PFA
Fonte: Autoria própria

A principal fonte de renda de 58,49% das agroindústrias familiares beneficiárias do PFA é proveniente das próprias atividades agroindustriais relacionadas ao escopo da política pública. Neste ponto, a participação das agroindústrias no programa alterou de modo sustentável a geração de renda no

estabelecimento. Tal constatação é possível na medida em que os agricultores afirmaram que antes do ingresso na política 66,04% dos estabelecimentos já realizavam processos de agroindustrialização, mas tais processos não eram a principal fonte de renda da família.

A promoção da agroindustrialização na agricultura familiar integra a estratégia de desenvolvimento desse “novo rural” no campo brasileiro, tendo como expoente a pluriatividade na agricultura familiar como estratégia de reprodução social. Neste caso, destaca-se a pluriatividade nas atividades não-agrícolas, como a agroindustrialização (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA; 2002). Para Wilkinson (2000) é o incentivo a agroindustrialização que permite que os agricultores familiares tenham o acesso à modernização das unidades rurais e a novas técnicas de processamento dos produtos agroalimentares. Como resultado desta estratégia, entende-se que a agroindustrialização na agricultura familiar como alternativa de reprodução social busca alçar a agricultura familiar em um elevado nível de geração de desenvolvimento e renda no meio rural (BERGAMASCO; BUENO; 1998). Deste modo, em consonância aos objetivos estabelecidos, a visão do PFA aborda a interação direta do programa nos processos de agroindustrialização e os resultados nos objetivos de desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar apresentam média e alta aderência aos objetivos propostos na política respectivamente, pelos expressivos resultados na geração de ocupações no meio rural, nos processos de agroindustrialização como principais fontes de rendas das famílias e no elevado índice de capacitação e profissionalização dos agricultores.

Desse modo, o Gráfico 10 identifica o nível de satisfação dos beneficiários do programa a partir do ingresso na política.

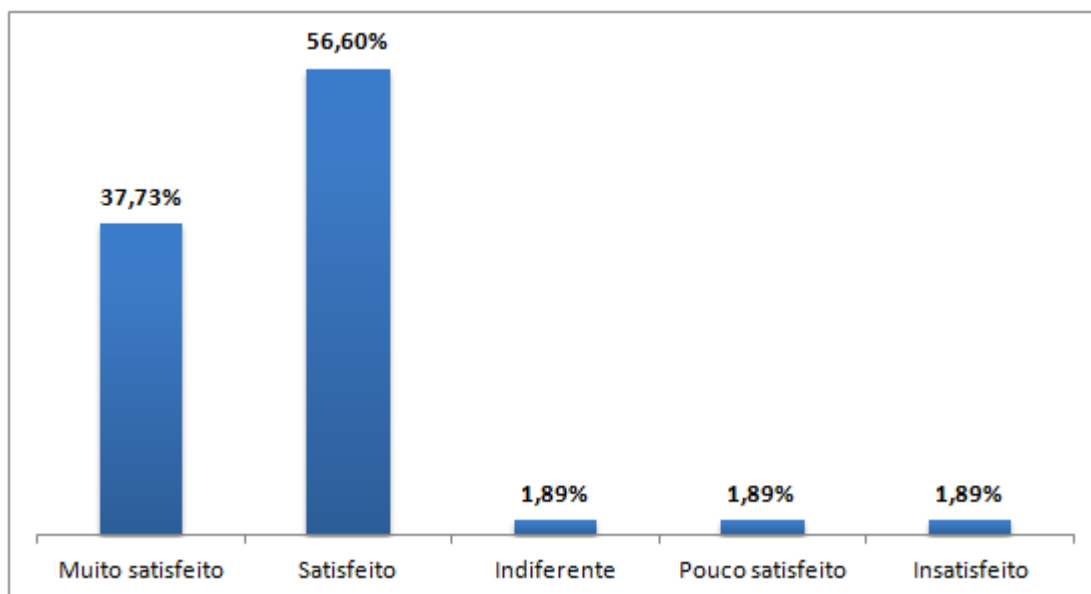


Gráfico 10 – Nível de satisfação dos beneficiários do PFA em relação à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa
Fonte: Autoria própria

O nível de satisfação dos beneficiários em relação à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa apresentou altos índices de satisfação dos produtores. Os índices de satisfação nos níveis de muito satisfeito e satisfeito concentraram 94,33% das respostas, evidenciando a partir da visão de uma parcela significativa dos beneficiários que o ingresso no programa permitiu melhorias substanciais na realidade das agroindústrias familiares. No entanto, para os agricultores existem muitos pontos em que o programa pode avançar, alcançando maiores níveis de excelência.

Para os produtores, o PFA necessita que a Emater/PR, entidade executora do programa e responsável pelas principais ações, tanto no âmbito da extensão rural – “porteira para dentro”, como nas demais ações de implementação, adequação, regularização e comercialização dos produtos das agroindústrias, detenha um maior corpo técnico para o atendimento das demandas. Atualmente o programa dispõe de 28 (vinte e oito) executores regionais da Emater/PR para o atendimento de todas as agroindústrias cadastradas no programa (SECRETARIA..., 2010). Além disso, não há a disponibilidade exclusiva dos técnicos apenas para o atendimento do PFA, sendo os profissionais requisitados também por outros agricultores clientes da Emater/PR. A deficiência do número de profissionais do corpo da instituição distribuídos nos municípios paranaenses é apontada pelos agricultores para o

segmento “porteira para dentro”, os quais sentem a ausência de um maior nível de atendimento na orientação especializada dos processos produtivos realizados no campo.

Os agricultores também apontaram a necessidade de formalização e normatização de mais parcerias com instituições que possam apoiar a agricultura familiar e agroindústria no Estado do Paraná. As parcerias com instituições públicas de pesquisa, como por exemplo, as universidades já foram maiores no âmbito do programa e hoje praticamente inexistem para os agricultores. O foco na comercialização é o principal item para os agricultores familiares, principalmente para aqueles que já possuem certo de tempo de participação na política e possuem o empreendimento consolidado.

Nas ações do PFA com foco na comercialização dos produtos existe a percepção para os agricultores de que a atividade mais importante do programa é a realização das edições das feiras “Sabores do Paraná”, sendo que muitos apontaram que a feira traz excelentes ganhos com elevados níveis de vendas dos produtos. Os produtores descrevem que o programa já teve um número maior de edições das feiras durante o ano distribuídas pelo estado paranaense e que se faz necessário retomar um número maior de eventos e inclusive estabelecer um calendário com locais e periodicidades de realização definidos. A demonstração dos produtores na realização de um número maior de eventos representa que as edições das feiras estão sendo bem sucedidas e as vendas das agroindústrias asseguram o um retorno financeiro positivo, com uma boa aceitabilidade dos consumidores pelos produtos oriundos da agricultura familiar.

O Quadro 6 sintetiza os resultados do programa em relação aos objetivos propostos pela política, segundo a visão dos beneficiários.

(continua)

Objetivo	Aderência dos resultados aos objetivos do programa	Justificativa
Inovação tecnológica	Alta	As ações de inovação tecnológica voltadas para as unidades rurais atingiram 79,25% das agroindústrias e para os processos produtivos 54,72%; em 66% dos estabelecimentos os processos de agroindustrialização já eram realizados, mas ainda não se constituíam antes do programa como a principal fonte de renda da família. No entanto, ainda existe uma limitada quantidade de equipamentos utilizados nos processos produtivos, pois grande parte da produção das agroindústrias é realizada de forma artesanal, sendo que apenas 9,43% das unidades rurais utilizam mais de 10 (dez) equipamentos.
Foco no mercado	Alta	As Ações voltadas para as estratégias de comercialização atingiram 62,26% das agroindústrias e para a melhoria dos produtos 73,58%; 58% das agroindústrias familiares comercializam os produtos em âmbito regional (municípios próximos) e para outros estados brasileiros. Em 33,96% das agroindústrias os produtos são comercializados nas grandes redes varejistas de supermercados, considerado um elevado percentual para a agricultura familiar, principalmente, pela fato de que os produtores que não comercializam não expressaram interesse nesse nicho de mercado. O selo de identificação do programa ainda é pouco utilizado, aparecendo nos produtos de 26,42% dos estabelecimentos.
Sustentabilidade	Baixa	O destino dos resíduos do processo produtivo é em apenas 50% dos casos destinado a compostagem e em 24,19% utilizado como ração para os animais; os principais tipos de embalagem utilizadas são em 47,14% de vidro e em 35,71% de saco plástico. Para as agroindústrias participantes, somente em 30,19% os processos produtivos incorporam métodos de produção típicos de etnia ou da localidade de residência.
Integração com as entidades	Média	No âmbito do programa em 50,94% das agroindústrias familiares houve o acesso a alguma linha de crédito rural. Em relação as políticas públicas para o segmento, 73,58% dos produtores afirmaram conhecer alguma outra política pública para a agricultura familiar. No entanto, na assistência técnica ou extensão, dentre os beneficiados apenas 41,94% dos agricultores receberam assistência da Emater/PR, órgão executor do programa e 26,61% deles receberam alguma prestação de serviço do Sebrae/PR, entidade participante do PFA.

(conclusão)

Objetivo	Aderência dos resultados aos objetivos do programa	Justificativa
Desenvolvimento regional	Média	As 53 agroindústrias geram 200 empregos permanentes e 41 temporários, os trabalhadores permanentes do gênero feminino compreendem 56,25%, já os trabalhadores permanentes do gênero masculino são 43,75%; a principal fonte de renda de 58,49% das agroindústrias familiares beneficiárias do PFA é proveniente das próprias atividades agroindustriais relacionadas ao escopo da política pública. No aspecto de acesso as políticas públicas para a agricultura familiar, 52,83% das agroindústrias participantes afirmaram que já acessaram algum tipo de programa governamental para o segmento.
Apoio à agricultura familiar	Alta	No âmbito das ações de apoio à agricultura familiar, em 100% dos casos a gestão dos estabelecimentos é realizada apenas por membros do núcleo familiar e são 92,46% dos agricultores que já participaram de pelo menos um curso de qualificação ou profissionalização no âmbito do PFA. Sobre as perspectivas de perpetuidade do empreendimento familiar, em 53% das agroindústrias familiares os agricultores já puderam afirmar que existe perspectiva de processo sucessório no empreendimento.

Quadro 6 – Aderência dos resultados aos objetivos do PFA, segundo a percepção dos beneficiários do programa

Fonte: Autoria Própria

A partir da percepção dos beneficiários da política pública sobre os resultados alcançados decorrentes da implementação do programa e comparando-os aos objetivos propostos, cabe identificar do mesmo modo a visão dos *policy-makers* e das entidades participantes.

4.3.3 Percepção dos *policy-makers* e das entidades participantes

A percepção dos *policy-makers* e das entidades participantes referem-se à visão desses agentes sobre os resultados alcançados pelo programa decorrentes da sua implementação. O Quadro 7 sintetiza a descrição do perfil dos participantes do estudo.

Entrevistado	Formação/Cargo/Nível de atuação	Perfil Profissional
PM1	Engenheiro Agrônomo, atuação na área gerencial	Experiência de 38 (trinta e oito) anos na Emater/PR, participante do grupo que elaborou a proposta do PFA, atuou durante 4 (quatro) anos como gerente administrativo da entidade, retornando após este período para a equipe de coordenação da política.
PM2	Engenheiro Agrônomo, atuação na área gerencial	Experiência de 37 (trinta e sete) anos na Emater/PR, participante do grupo que elaborou a proposta do PFA, atuou desde então nos últimos 14 (quatorze) anos na equipe de coordenação da política.
EP1	Engenharia Química, atuação em nível gerencial	Experiência de 4 (quatro) anos na área de agronegócio em função estratégica e de 3 (três) anos na área de inovação tecnológica para agroindústrias.
EP2	Administração de Empresas com MBA em empreendedorismo, atuação em nível consultivo	Experiência de 23 (vinte e três) anos na entidade participante, com atuação na área de gestão de projetos da cadeia de hortifruti.
EP3	Profissional de Nível Superior, atuação em nível analítico	Experiência de 7 (sete) anos em reforma agrária e desenvolvimento rural.

Quadro 7 – Formação, cargo, nível de atuação e perfil profissional dos entrevistados *policy-makers* e das entidades participantes do PFA

Fonte: Autoria Própria

A percepção desses agentes sobre os resultados programa abordam a integração com as entidades participantes e os resultados decorrentes da implementação da política. As ações de integração do programa com as demais entidades são realizadas após o atendimento inicial da demanda e a verificação das necessidades das agroindústria descrita na proposta de ingresso no PFA. A partir da identificação da demanda, sendo ela por inovação e pesquisa existe o encaminhamento e conta com universidades da região que possam atender aos agricultores. No aspecto da capacitação e profissionalização dos agricultores, ao ser identificado esta necessidade nas localidades, as unidades regionais da Emater/PR ficam responsáveis pela elaboração de uma agenda de compromissos para a participação dos beneficiários nos cursos. As entidades parceiras que mais promovem estes cursos são o Sebrae/PR e o Senar/PR, que inclusive enviam as agendas de datas anuais de realização de cursos e eventos voltados para o público alvo do programa (ENTREVISTADO PM1; ENTREVISTADO PM2).

Além disso, a integração com as entidades participantes dos beneficiários do PFA é realizada pelo interesse das próprias entidades na prospecção de novas demandas dos agricultores. Os trabalhos são realizados nas feiras “Sabores do

Paraná” onde existe um contato da entidade com os produtores e são apresentados os produtos e serviços oferecidos, como por exemplo, projetos de rótulos, embalagens, *layout* de logomarcas e oferecimento de cursos de capacitação e profissionalização. Para o Entrevistado EP1 existe a prospecção de agroindústrias nas regiões de Centro-Sul e Noroeste Paranaense, com o objetivo de sensibilização da melhoria da qualidade e segurança dos alimentos.

O atendimento das agroindústrias é realizado pelas entidades participantes em muitos casos por solicitação da prefeitura do município ou de alguma associação ou sindicato tendo agroindústrias vinculadas ao programa (ENTREVISTADO EP2). Para o Entrevistado EP3 o programa realiza uma integração com a entidade de formal informal, não havendo metas ou diretrizes estabelecidas para o atendimento dos beneficiários do PFA. Segundo o Entrevistado EP1, a integração com as entidades participantes também não é normatizada segundo a necessidade do produtor, como por exemplo, no momento em que ocorre a identificação da demanda já é repassada a necessidade de determinada agroindústria para a entidade. Já para o Entrevistado PM2 o atendimento do extensionista da Emater/PR na propriedade identificada todas as demandas necessárias para a participação da agroindústria e caso seja necessário o encaminhamento para a assistência de alguma entidade participante, este procedimento é realizado.

A integração com as entidades participantes apresenta excelentes resultados para esses parceiros do programa. Para o Entrevistado EP1, a participação de sua entidade como parceira do programa fortalece a marca e consolida o trabalho com os pequenos empreendimentos agroindustriais. Atuando conjuntamente com o PFA é possível realizar um trabalho que a entidade sozinha não teria como realizar, com a abrangência do estado paranaense. O modelo de foco no mercado e visão mercadológica do PFA estimula o desenvolvimento das agroindústrias com a melhoria e inovação para a criação de novos produtos. Os produtores neste contato direto com os clientes finais possuem um excelente conhecimento do mercado e das necessidades dos consumidores, o que facilita o trabalho das entidades parceiras (ENTREVISTADO EP2).

Além da avaliação da integração com as entidades cabe os *policy-makers* e as entidades participantes do PFA identificarem os resultados alcançados decorrentes da implementação do programa. De acordo com a percepção das entidades participantes o que se pretendeu atingir com a implementação do

programa foi o desenvolvimento de novos produtos, regularização das agroindústrias e capacitação dos produtores. Existem pelas entidades metas a serem alcançadas para a melhoria das estratégias de *marketing* e dos processos de comercialização dos produtos. Como também aperfeiçoamento na composição dos produtos, atendendo as necessidades dos consumidores, como por exemplo, produtos com menos sódio e açúcar. (ENTREVISTADO EP1; ENTREVISTADO EP3).

Segundo o Entrevistado EP2, os resultados decorrentes da implementação do PFA são as facilidades em que o produtor pode obter a regularização ou adequação dos produtos as normas vigentes, pelo apoio e as ações coordenadas desenvolvidas pelo programa para as agroindústrias. Para o Entrevistado EP1 o programa possui um histórico de grandes contribuições para a agricultura familiar no Estado do Paraná, mas existe a necessidade imediata de revisão do modelo de trabalho e desenvolver o orgulho dos participantes em estarem vinculados a esta política pública, assim como os consumidores possuem orgulho em consumir alimentos da agricultura familiar paranaense. Outro ponto de destaque do PFA é a transferência de tecnologia e conhecimento para os processos produtivos da agricultura familiar, sendo visível o desenvolvimento da qualidade dos produtos comercializados pelos produtores ao longo dos anos (ENTREVISTADO EP3).

Ainda para as entidades participantes os resultados que não eram esperados do programa foram à realização de consultorias in loco nas agroindústrias e o relevante benefício social do programa para os agricultores e para a sociedade em geral, com o alcance de novos mercados e o desenvolvimento das agroindústrias familiares em todo o estado do paranaense, visibilidade que seria dificilmente alcançada pelos agricultores individualmente sem o apoio institucional que é oferecido pelo programa (ENTREVISTADO EP2). Para o Entrevistado EP1, os parceiros também identificaram oportunidades e desafios para a política, sendo primordialmente relatada a necessidade de encontros regionais entre os técnicos executores do programa e as entidades parceiras para que seja traçado um planejamento estratégico alinhado as especificidades locais das agroindústrias, caracterizando como o grande desafio da política ampliar as parcerias.

As oportunidades apontadas pelas entidades participantes para o PFA compreendem a ampliação do atendimento das agroindústrias para todo o estado paranaense, com um aumento do número de técnicos executores do programa. Além disso, faz-se necessário a abertura de diálogo para a construção de um novo

modelo de programa, permitindo que seja estabelecido um ponto comum entre os desejos dos executores do programa e das entidades parceiras para o atendimento dos beneficiários (ENTREVISTADO EP3).

Em relação ao nível de satisfação das entidades parceiras, foi apontada a grande satisfação em participar do programa e os efeitos benéficos para a entidade em ser parceira da política. Para o Entrevistado EP1 é motivo de orgulho a participação como parceiro do PFA, reconhecendo o papel social da política na geração de renda e permanência da família no campo, contribuindo para o desenvolvimento local. Ainda existem muitos desafios e muita sinergia necessária para o estabelecimento de uma relação mais produtiva para ambas as partes e que a entidade participante não seja vista como concorrente da Emater/PR, mas sim uma parceira de trabalho, maximizando os resultados da política. Para o Entrevistado EP2 é uma grande satisfação participar de um programa sério, estruturado, consolidado e reconhecido como o PFA, tendo como expectativas que a entidade consiga cada vez mais oferecer novas tecnologias para os agricultores familiares. Já para o Entrevistado EP3 é extremamente gratificante participar como parceiro do programa e proporcionado à geração de renda no campo, sendo que a agroindustrialização é sem dúvida o maior potencial de geração de renda para os agricultores familiares.

Na percepção dos *policy-makers* o que se pretendeu atingir com a implementação da política foi à consolidação das agroindústrias que existiam e integrar os demais agricultores em uma proposta de agregação de renda e geração de valor (ENTREVISTADO PM1). Já para o Entrevistado PM2 na implementação do programa não havia o zelo com a agricultura familiar, mas sim com o objetivo de agroindustrializar. O único zelo que o programa tinha era com a origem da matéria-prima utilizada nos processos produtivos, que deveria ser originária do Estado do Paraná. Procuraram o programa diversos tipos de agricultores, de agricultores empresariais a estabelecimentos instaladas no perímetro urbano, mas o programa atende o agricultor por excelência do meio rural e hoje tem o foco na agricultura familiar, caracterizando os serviços de assistência rural que sempre foram oferecidos pela Emater/PR.

Em relação aos recursos atuais em que dispõe o programa, existem grandes necessidades de recursos humanos, estruturais e financeiros para o atendimento das demandas que surgem no PFA. Há a necessidade de mais técnicos

extensionistas na Emater/PR para o atendimento das agroindústrias familiares, como também, mais recursos materiais e financeiros para a realização das feiras, cursos e eventos promovidos pela política (ENTREVISTADO PM1). Segundo o Entrevistado PM2, é necessário promover uma atualização de todo o portfólio do programa para a promoção de um bom nível de atendimento aos agricultores.

Para os *policy-makers*, o programa está atingindo os resultados a que se propõe, com as estratégias de agroindustrialização para a manutenção da família rural no campo. É indiscutível a geração de emprego e renda pela agroindustrialização, sendo as ações de regularização dos estabelecimentos e o foco na comercialização o grande ponto de sucesso da política. Os resultados que o programa atingiu que não eram esperados são resultantes do objetivo relacionado a integração dos agricultores ao mercado com a realização do convênio com a APRAS. O convênio com esta entidade permitiu que os produtos das agroindústrias participantes do PFA fossem comercializados nas grandes redes de supermercados, sendo algo que dificilmente era esperado pelos *policy-makers* que os produtos da agricultura familiar estariam nos grandes supermercados (ENTREVISTADO PM1; ENTREVISTADO PM2).

Os resultados que o programa apresenta ao longo da sua história são diferenciados entre as regiões paranaenses, até mesmo pela tradição em certas localidades de famílias tradicionais de agricultores ou os chamados colonos. Segundo o Entrevistado PM1, as localidades em que o PFA apresenta os melhores resultados compreendem a região de Cascavel e os municípios limítrofes, Londrina e Maringá. No entanto, as regiões em que as ações do programa estão mais deficientes são as regiões de Pato Branco e Ivaiporã (ENTREVISTADO PM1). Segundo o Entrevistado PM2, os melhores resultados do PFA estão na Região Metropolitana de Curitiba, no Litoral Paranaense, Cascavel e Francisco Beltrão. Como também apresentam resultados intermediários os municípios de Cornélio Procopio, Santo Antonio da Platina, Maringá, Londrina, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Campo Mourão. Além disso, destaca-se os relevantes resultados das agroindústrias nas vendas para a Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba, no projeto Armazém da Família, que é o principal cliente institucional dos beneficiários do PFA.

O programa possui mecanismos de avaliação e correção da política com a realização de pesquisas de satisfação com os agricultores durante a realização dos

eventos e a própria mudança de direcionamento do programa para o foco no público da agricultura familiar demonstrou esta intenção em promover melhorias contínuas. A Emater/PR, executora do programa, tem a vocação para a área educacional, a assistência rural representa a educação e a orientação para a utilização das melhores práticas e técnicas nas lavouras. No meio rural a identificação dos problemas e diretamente repassada para os executores regionais que fazem a avaliação da demanda e das soluções cabíveis e possíveis para cada problema apontado (ENTREVISTADO PM1; ENTREVISTADO PM2).

Os desafios e oportunidades que o PFA tem são determinantes para o futuro da política e a sua relação com os agricultores e as mudanças na sociedade. Para o Entrevistado PM1, em um primeiro ponto é necessário ampliar o quadro técnico da Emater/PR com técnicos especializados em processamento de alimentos e técnicas de agroindustrialização. Além disso, a disponibilização de mais recursos estruturais e financeiros para o atendimento das demandas em todo o estado paranaense, inclusive com a promoção de mais eventos do programa. Na área de gestão a política precisa reativar as comissões regionais e estaduais para a análise e promoção das ações em todo o território estadual. Excluindo-se da agenda futura da política a execução dessas ações, o desempenho do programa tende a decrescer. Segundo o Entrevistado PM2, o público beneficiário reconhece as boas ações do governo e quando elas proporcionam resultados positivos para a sociedade, por isso as pessoas procuram o programa e os serviços que são prestados com a confiança e seguridade de participação em uma política pública consolidada com resultados extremamente positivos para os participantes. A experiência do programa foi irradiada para outros estados brasileiros e também para a Argentina e o Paraguai, tendo em comparação ao PFA, os resultados nessas localidades avançaram mais na parte técnica de apoio aos produtores, enquanto o PFA é mais presente no segmento de apoio as estratégias de comercialização dos produtos. O programa atingiu um tamanho e relevância para os agricultores que não era imaginado quando da sua formulação, por isso os desafios para a política compreendem a adequação da estrutura da política a sua relevância para a agroindústria familiar no Estado do Paraná.

Os resultados apresentados pelo programa na visão dos *policy-makers* e das entidades participantes evidenciam as transformações da política em convergência com a mudança de paradigma sobre a agricultura familiar e seu papel

como indutora de desenvolvimento rural. O programa inicialmente foi criado com a intenção de promover a agroindustrialização e a geração de renda no campo, com a agregação de valor aos produtos que necessariamente deveriam ter a utilização de matéria-prima paranaense. No entanto, com as transformações do papel da agricultura familiar, enfatizada pelas pressões dos movimentos sociais, o programa evoluiu para este público de agricultores (FERREIRA; ZANONI; 1998; MIOR; 2005).

Além disso, os resultados na visão desses agentes demonstraram o desenvolvimento irregular do programa entre as regiões paranaenses. Não foram em todas as regiões do estado que o programa encontrou o mesmo nível de penetração entre os agricultores familiares na estratégia de agroindustrialização. Para Graziano da Silva (1987), esta constatação reflete o universo da agricultura familiar, que carrega toda a heterogeneidade característica da pequena produção em regime de economia familiar. Veiga (1995) define que a agricultura familiar realmente apresenta diversos aspectos relacionados à diversidade entre os estabelecimentos, caracterizando uma distribuição de diferentes níveis de produtividade entre as unidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária posta no Brasil ao longo do tempo apresentou fortemente a singularidade de desenvolvimento territorial rural brasileiro que historicamente deteriorou as relações sociais no meio rural. No entanto, a partir do esgotamento do modelo econômico primário-exportador discutem-se novos rumos para a agricultura brasileira com a consolidação de um de diversificação e modernização da estrutura produtiva da agricultura nacional. A modernização de base técnica na agricultura brasileira estabeleceu o período de penetração do capitalismo na estrutura agrária nacional. Amplamente financiado pelo Estado, com a concessão de crédito rural subsidiado, o processo modernizador não atingiu todos os estratos de produtores e não possibilitou uma alteração na estrutura fundiária brasileira caracteristicamente desigual e com alto nível de concentração de terras, motivo pelo qual o processo foi chamado de “modernização conservadora”.

Para tanto, os pequenos proprietários rurais em regime de economia familiar buscariam novas estratégias de reprodução social. A partir de 1990, atribui-se aos movimentos sociais a luta pela o fortalecimento das unidades rurais familiares e de políticas públicas para a agricultura familiar. Assim, a nova estratégia de desenvolvimento rural evidenciou a opção do Estado em fortalecer a agricultura familiar por intermédio de políticas públicas voltadas para o segmento, fazendo surgir diversos programas governamentais com este propósito.

No Estado do Paraná a estrutura agrária não foi desenvolvida sobre o fundamento da extensão das propriedades rurais produtoras de monoculturas, sendo que houve o aparecimento de núcleos de pequenos proprietários distribuídos em diversos níveis de desenvolvimento. Assim, a matriz fundiária do estado paranaense possui mais de 300 (trezentos) mil estabelecimentos rurais da agricultura familiar, o que representa mais de 81% de todos os estabelecimentos agrícolas do estado. Além disso, a agricultura familiar responde por mais de 69% do pessoal ocupado e 43% do valor bruto da produção agropecuária paranaense.

A partir da relevância da agricultura familiar para o Estado do Paraná, em 1999 foi criado uma política pública voltada para o fortalecimento desse modo de produção no estado paranaense com o intuito de promover a agregação de valor, geração de renda e emprego. Surge o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do

Agricultor”, com o intuito de promover a agroindustrialização dos produtos nos estabelecimentos rurais, verticalizando a produção e viabilizando os estabelecimentos rurais familiares. O programa foi desde o início implantado no âmbito estadual, coordenado pelo Emater/PR, tinha como objetivos a promoção de inovação tecnológica, foco no mercado, sustentabilidade, integração com as entidades, desenvolvimento regional e apoio à agricultura familiar. O programa apresentou inicialmente os resultados mais expressivos no apoio à regularização das agroindústrias, com o estabelecimento do mecanismo “Kit-Agilidade”, diversos estabelecimentos tiveram a oportunidade de regularizar seus produtos.

A partir desta conjuntura, esta dissertação teve como objetivo principal identificar a relação entre os objetivos do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”, a partir da percepção dos agentes envolvidos, e seus resultados. Com a realização da pesquisa de campo com 53 (cinquenta e três) agroindústrias familiares foi possível identificar a percepção dos agricultores familiares beneficiários da política. Como também por meio de entrevistas com os *policy-makers* e as entidades participantes do programa foi possível identificar conjuntamente os resultados decorrentes da implementação do programa ao longo dos anos de existência da política e compará-los, classificando-os conforme o nível de aderência desses resultados aos objetivos propostos pelo PFA.

O programa apresentou os resultados mais expressivos em suas contribuições para a regularização dos empreendimentos, foco no mercado e capacitação e profissionalização dos agricultores. Em mais de 62% das agroindústrias o programa forneceu algum tipo de orientação especializada ou apoio para a constituição ou regularização do estabelecimento ou dos produtos. Em relação a integração das agroindústrias aos mercados consumidores, 30% dos beneficiários comercializam os produtos em âmbito regional e 33,96% já comercializam em grandes redes de supermercados. A visão mercadológica do programa é o eixo mais forte de trabalho da política e a realização das feiras “Sabores do Paraná” em que os produtos das agroindústrias beneficiárias do programa são comercializados aos consumidores finais é o ponto mais importante e lembrado da política na percepção dos participantes. Para os agricultores familiares o programa deveria ampliar a realização das feiras entre as regiões paranaenses estabelecer uma periodicidade para os eventos. Outro ponto destacado na análise do programa é a capacitação e profissionalização dos agricultores. De acordo com

os beneficiários, 92,46% deles já participaram de cursos promovidos no âmbito do programa. Os cursos de aperfeiçoamento buscam a melhoria das técnicas de manipulação e processamento dos alimentos, buscando a produção de alimentos seguros e de qualidade para o consumo humano.

O estudo desenvolvido corroborou para a identificação da importância do programa para o desenvolvimento regional e para a agricultura familiar paranaense. Destaca-se a relevante geração de emprego e renda no meio rural advinda das atividades agroindustriais. Para os beneficiários da política, antes do ingresso no programa mais de 66% deles promoviam atividades de agroindustrialização, mas estas ainda não eram a principal fonte de renda da família, no entanto, após o ingresso na política em 58,49% dos estabelecimentos a agroindustrialização se tornou o principal meio de aferição de renda no núcleo familiar.

O programa não apresentou resultados significativos em todos os seis objetivos estabelecidos para a política, classificando como alta aderência dos resultados, os objetivos de inovação tecnológica, foco no mercado e apoio à agricultura familiar. Já os objetivos de desenvolvimento regional e integração com as entidades apresentaram resultados de média aderência aos objetivos propostos. De mesmo modo, o objetivo de sustentabilidade apresentou baixa aderência dos resultados aos objetivos da política, na medida em que não foi possível identificar ações específicas e consolidadas no escopo do programa para a consecução do planejamento. Além da identificação dos resultados do programa em relação aos seus objetivos, a avaliação do nível de satisfação dos beneficiários em relação à política é extremamente alta e de grande relevância. O índice de satisfação concentrado nas respostas de muito satisfeito e satisfeito atingiu 94,33%, permitindo avaliar que o programa efetivamente contribuiu para melhorias substanciais na realidade das agroindústrias.

Na visão dos *policy-makers* e entidades participantes o programa cumpre suas funções e apresenta um valoroso histórico de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no estado paranaense. Atualmente a política necessita de expansão de recursos, tanto humanos, como estruturais e financeiros, dado a magnitude e dimensão da relevância das atividades do programa para a agroindústria do estado.

Assim, conforme estabelecido como pressuposto deste estudo, entende-se que o programa contempla as demandas locais e atinge o que foi estabelecido nas

premissas da política, no entanto, os resultados se apresentam em níveis diferenciados de execução, sendo mais expressivos no âmbito da inovação tecnológica, visão mercadológica e do apoio à agricultura familiar. A identificada deficiência de recursos que atinge o programa é um fator fundamental para a expectativa que se tenha uma reformulação da política e permaneçam como premissas e no planejamento estratégico do programa o atendimento das demandas dos agricultores familiares que ainda se encontram deficientes, como foi evidenciado no escopo deste trabalho.

Admite-se como limitação da pesquisa a abrangência da amostra, em termos quantitativos e de representatividade qualitativa da população (relacionadas às diferentes características das agroindústrias familiares e de sua distribuição regional). A estratégia utilizada no levantamento não permitiu o acesso a todos os tipos de agroindústrias familiares participantes do PFA, distribuídas pelo estado paranaense.

Considera-se importante contribuição desta dissertação para a academia a relevância da agricultura familiar no estado paranaense e a significativa contribuição das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente as ações do PFA para a promoção dos processos de verticalização da produção pela agroindustrialização de pequeno porte e o acesso aos mercados consumidores, com geração de emprego, renda e manutenção da família rural no campo. Para tanto, sugere-se como estudos futuros o dimensionamento das políticas públicas para a agricultura familiar no estado paranaense, analisando os aspectos de intersectorialidade das políticas e seus impactos, aplicando em recorte teórico de análise específica a importância do insumo tecnologia nas agroindústrias familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA. 1. 1997, Petrolina. **Anais...**Petrolina: EMBRAPA, 1997. Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/de_volta_para_o_futuro>. Acesso em: 04 nov. 2012.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n. 32, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2012.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Textos para Discussões: IPEA**, Brasília, n. 702, jan. 2000. Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/funcoes_e_medidas>. Acesso em: 09 nov. 2012.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, out./dez. 2000. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2675&Itemid=129>. Acesso em: 18 nov. 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Tradução: Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/339/292>> Acesso em: 21 mai. 2012

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Redes de agroindústria de pequeno porte: experiências de Santa Catarina, Florianópolis**, 2004. Disponível em: <http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/Rede%20de%20Agroindustrias%20de%20Pequeno%20Porte.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

_____. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**, Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P.; BUENO; Osmar de Carvalho. Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno, BRANDENBURG, Alfio. (Organizadores). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jan. 1991. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/01/1991&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=144>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 jul. 1996. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=01/07/1996>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=25/07/2006>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 08, abr. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199704-070-082.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2012.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000422928&go=x&code=x&unit=x>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

CHAYANOV, Alexander Von. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Organizadores). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 03, jul./ago./set. 2001. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-anteriores-1/de-2000-a-2004/Rev_Pol_Agr_v10_n3-2001.PDF>. Acesso em: 12 nov. 2012.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, set./out. 2003. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Costa_castanha.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 4, out./dez. 2001. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2658&Itemid=129>. Acesso em: 19 nov. 2012.

CUNHA, Marina da Silva da; CHILANTE, Claudia Aparecida Toniato. Caracterização da agropecuária paranaense na década de 90. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 101, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/215/177>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Organizadora). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_Questao_Social.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/art/199810-026-052.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009.

_____. **Understanding public policy**. 11 ed. Upper Saddle, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

EASTON, David. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

ESSER, Jovir Vicentini. et al. As vilas rurais na região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/124/119>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Ângela D. Damasceno; ZANONI, Magda. Outra agricultura e reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Organizadores). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FERREIRA, Ângela D. Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, 2002. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200204-028-046.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Gaiger Fernando; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Junia Cristina P. R. da (Organizadores). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

FURSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 1987. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1075/1416>>. Acesso em: 20 out. 2012.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/72/82>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro (Organizador). **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GODOY, Amália M. Goldberg. Aprendizagem coletiva e avanços tecnológicos e ambientais na agricultura paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/114/118>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

GOODMAN, D. E.; SORJ, Bernardo.; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez. 1985. Disponível em <<http://www.bernardosorj.com.br/pdf/agroindustriapoliticaseestruturassociaisrurais.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Organizador). **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. A questão agrária no Brasil. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Brasília, n. 6, nov./dez. 1977. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/6_nov_dez1977.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Mas, qual Reforma Agrária? **Reforma Agrária**, ano 17, n. 1, abr./jul. 1987. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/1_1987.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2012.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Taubaté, v. 21, n. 3, set./dez. 1991. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/3_1991.pdf>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/347/299>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Organizador). **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José; HOFFMANN, Rodolfo. A reconcentração fundiária. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, n. 6, nov./dez. 1980. Disponível em:
<http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/6_nov_dez1980.pdf>. Acesso em 05 out. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, jan./abr. 2002. Disponível em:
<<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1115.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Brasília, ns. 1 e 2, jan./fev. 1976. Disponível em
<http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/1_2_jan_fev1976.pdf>. Acesso em: 16 out. 2012.

_____. Subsídios para a formulação de uma estratégia agrária. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Brasília, n. 6, nov./dez. 1977. Disponível em:
<http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/6_nov_dez1977.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012.

HAURESKO, Cecília; MOTEKA, Gabriel. A pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: origem, localização e caracterização. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1. 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2008 p. 1076-1093. Disponível em:
<<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1076-1093cecilia.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009.

HELFAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio Castro de. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Junia Cristina P. R. da (Organizadores). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, v. 21, n. 55, Campinas, nov. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006:** resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. **Censo Agropecuário de 1995-1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 21 dez. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **50 anos de extensão rural paranaense, 1956-2006.** EMATER: Curitiba, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais:** mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo, IPARDES: Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Oeste paranaense, IPARDES: Curitiba, 2004a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_oeste.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Sudoeste paranaense, IPARDES: Curitiba, 2004b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_sudoeste.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2012.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba, IPARDES: Curitiba, 2004c. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_metropolitana_curitiba.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Norte Central paranaense, IPARDES: Curitiba, 2004d. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_norte_central.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Norte Pioneiro paranaense, IPARDES: Curitiba, 2004e. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_norte_pioneiro.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Cooperativas no Paraná:** gestão e participação no quadro social, IPARDES: Curitiba, 1985. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/cooperativas_pr_10_85.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Cooperativas e agroindústrias: estratégia de desenvolvimento e reflexos estruturais**, IPARDES: Curitiba, 1985b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/cooperativas_agroindustria_09_85.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Economia e Sociedade**, Curitiba: IPARDES, 1981. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/pr_economia_sociedade_02_82.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/subdivisao_posse_terra_pr_16_76.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LASWELL, Harold Dwight. **Politics: Who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian Books, 1936.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINDBLOM, Charles E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, n. 19, 1959.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, n. 39, 1979.

MALUF, Renato Sergio Jamil. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque de pesquisa. In: GAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Jamil (Organizadores). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Organizadores). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A modernização agrícola e a panela do povo. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Organizadores). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINE, George; ARIAS, Alfonso Rodríguez. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Organizadores). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro 1888-1931**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIYASHITA, Hadjimu. Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola. In: FUJIWARA, Luis Mario; ALESSIO, Luiz Nouvel; FARAHA, Marta Ferreira Santos (Organizadores). **20 experiências de gestão pública e cidadania**. 1 ed. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 1998. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%AAs/1997/4%20-%20prove.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850-1900**. 1987. 171 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24589/D%20-%20MOTIM,%20BENILDE%20MARIA%20LENZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

MOREIRA, Roberto José. A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 12, n. 6, nov./dez. 1982. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/sites/default/files/6_1982.pdf>. Acesso em: 16 out. 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, n. 7, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Neves.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, out. 1999. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/199910-005-028.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Desenvolvimento rural, estado e sociedade: as políticas de modernização, colonização e reforma agrária. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9200/7796>>. Acesso em 31 out. 2012.

NYERERE, Julius K. O desenvolvimento rural. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, n. 5, set./out. 1979. Disponível em: <http://www.abrreformaagraria.org/sites/default/files/5_set_out1979.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 mai. 2012.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, mar./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO; INSTITUO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/036/BRA, Brasília, 1994.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/file/770-perfil-da-agricultura-familiar-no-brasil>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Organizador). **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

PEREIRA, Valeria V. V. Reveles; BAZOTTI, Angelita. Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento. **Nota Técnica IPARDES**, Curitiba, n. 16, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_16_ruralidade_agric_familiar_dese_nv.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, 2009. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 17 out. 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PREZOTTO, Luiz Leomar. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195/22152>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTO, Alexandre do Espírito. **Delineamentos de metodologia científica**. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura do Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/roselialves.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, abr. 2007. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200704-005-022.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/389.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Organizadores). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Fábrica do Agricultor**, Curitiba, 2011.

_____. **Agroindústria familiar “Fábrica do Agricultor” relatório de atividades especiais** – 1998 a 2010, Curitiba, 2010.

_____. **Fábrica do Agricultor**, Curitiba, 1999.

SEYFERTH, Giralda. O campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200006>>. Acesso em: 06 nov. 2012

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Organizadores). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMÃO et al. Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. In: SILVA, Christian Luiz da e SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Organizadores). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SORJ, Bernardo. A reforma agrária na realidade atual brasileira. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Brasília, n. 2, mar./abr. 1978.

Disponível em:

<http://www.abrarefaagraria.org/sites/default/files/2_mar_abr1978.pdf>. Acesso em: 16 out. 2012.

_____. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Edição online. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1998. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SORJ_Estado_Classes_Sociais_na_Agricultura_Brasileira.pdf_10_04_2008_20_33_43.pdf> . Acesso em 30 set. 2012.

SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Organizadores). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SOUZA, João Nishi de; DE BIAGI JÚNIOR, Oswaldo. Administração de vendas na mini, micro e pequena agroindústria familiar. **Informação Técnica Emater**, n. 107, Curitiba, 2005.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, mai./jun. 2008. Disponível em: <://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122008000300005&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 16 nov. 2012.

UNIVERSIDADE Estadual de Campinas (UNICAMP). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). **Modelos de avaliação de programas sociais prioritários**: relatório final. Campinas, 1999. 133 p. Disponível em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=557&Itemid=423>. Acesso em: 16 nov. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Organizadores). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrário**, La Plata, v. 9, n.18, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151559942009000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/art/200010-087-145.pdf>>. Acesso em: 06 de nov. 2012.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Organizador). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas, 3 ed., Passo Fundo: UPF, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, out. 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 06 de nov. 2012.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**: análise e avaliação da experiência brasileira. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Disponível em: <http://btdt.ufrj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1299>.
Acesso em: 19 nov. 2012.

WILKINSON, John; MIOR, Luiz Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, out. 1999. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199910-029-045.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2012.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, v. 1, n. 1, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/299/296>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/hotsite/revista/freepaper2/index.php?swf=../../site/sistemas/administracao/tmp/2028951149.swf&nome=Agroecologia%20e%20desenvolvimento%20rural%20sustent%E1vel>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, 1996. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/9009/5115>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, mai./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/3013>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

_____. A opção pela agricultura familiar. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1053/1372>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os beneficiários do programa “Fábrica do Agricultor”

POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PARANAENSE “FÁBRICA DO AGRICULTOR”.

Prezado(a):

Esta entrevista tem o propósito de identificar as principais características das agroindústrias organizadas como empreendimentos rurais dos agricultores familiares **beneficiários** do programa Agroindústria Familiar: Fábrica do Agricultor, bem como compreender as ações e os resultados dessa política pública.

Para tanto, as respostas devem considerar sua percepção acerca dos itens apresentados, representando fidedignamente sua opinião sobre os temas, haja vista, que será preservado o sigilo da identidade e das informações prestadas pelos entrevistados.

Local de aplicação: _____ Data: _____ Quest. Nº _____

QUESTIONÁRIO:

1. Município de origem: _____ Mesorregião _____
2. Enquadramento como: () Pessoa Física () Pessoa Jurídica
3. Tratamento tributário: () CAD-PRO/PR () CAD/ICMS-SEFA
4. Está vinculado a alguma Associação/Cooperativa? () sim () não, mas já estive () não
5. Qual o tempo de existência da agroindústria?
- () até 3 anos () de 7 a 10 anos () mais de 13 anos
- () de 4 a 6 anos () de 11 a 13 anos () não sabe informar
6. A agroindústria está localizada na área: () rural () urbana
7. Reside na propriedade? () sim () não
8. Qual o tamanho da propriedade?
- () até 5 ha () entre 26 ha e 75 ha () maior que 160 ha
- () entre 6 ha e 25 ha () entre 76 ha e 160 ha () não sabe informar
9. A exploração da terra nas atividades agroindustriais está na condição de:
- () proprietário () assentado () posseiro () arrendatário () parceiro () outro _____
10. Qual o número de pessoas envolvidas nas atividades da agroindústria?

Gênero	Trabalhadores Permanentes		Trabalhadores Temporários	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Membros da Família				
Empregados Contratados				
Total				

11. Qual a origem do produto produzido pela agroindústria?

() animal () vegetal () panificação () Outra _____

12. Quais são os produtos comercializados? _____

13. Quais as regiões de comercialização dos produtos?

() em nível local (município) () em nível estadual () não sabe informar

() em nível regional (municípios próximos) () em outros estados

14. Quais os pontos de comercialização dos produtos?

() no próprio estabelecimento () mercado institucional

() feira pública () Açougue/Padaria

() sacolão () Outros _____

() supermercado

15. Comercializa os produtos em grandes redes de supermercados? sim não

Em caso negativo, justifique _____

16. Possui quais registros sanitários? SIF SIM MAPA
 SIP ANVISA não sabe informar**17. Qual a origem da matéria-prima utilizada nos processos agroindustriais?** totalmente própria até 70% própria até 50% própria até 30% própria terceirizada não sabe informar**18. Quantos equipamentos são utilizados no processo produtivo?** até 03 equipamentos de 07 a 10 equipamentos não sabe informar
 de 04 a 06 equipamentos mais de 10 equipamentos**19. Qual o volume mensal de produção?** até 500 Kg ou litros de 5.001 Kg ou litros até 10.000 Kg ou litros
 de 501 Kg ou litros até 2.000 Kg ou litros maior que 10.000 Kg ou litros
 de 2.001 Kg ou litros até 5.000 Kg ou litros não sabe informar**20. Qual o destino dos resíduos do processo produtivo realizado no estabelecimento?** queimado coleta pública compostagem ração enterrado céu aberto**21. Quais os tipos de embalagem em que os produtos são comercializados?** saco plástico vidro caixa bandeja pote**22. Qual a principal fonte de renda da família?** das atividades agroindustriais de outras atividades, mas no escopo da propriedade
 de outras atividades, fora do escopo da propriedade não sabe informar**23. Como obteve conhecimento do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”?** por uma visita de um extensionista
 por meio de outro participante
 através de alguma entidade (Prefeitura, Sindicato, Associação, Cooperativa, outro)
 na realização de cursos (Emater/PR, Senar/PR, Sebrae/PR)
 em alguma atividade do próprio programa
 Outro _____**24. Há quanto tempo participa do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor?”****25. Os processos de agroindustrialização (beneficiamento e transformação da matéria-prima) eram realizados na unidade antes do ingresso no programa?** sim, mas não eram a principal fonte de renda sim, eram a principal fonte de renda não**26. Recebeu no âmbito do programa orientação especializada ou apoio para implantação, modernização ou adequação da agroindústria?** sim (Quantas vezes? _____) não não, pois nunca necessitei**27. Recebeu no âmbito do programa orientação especializada voltada para a inovação tecnológica no processo produtivo (implantação, modificação, adaptação ou melhoria)?** sim (Quantas vezes? _____) não não, pois nunca necessitei**28. Recebeu no âmbito do programa orientação especializada ou apoio para identificação de estratégias de comercialização dos produtos?** sim (Quantas vezes? _____) não não, pois nunca necessitei**29. Recebeu no âmbito do programa orientação especializada ou apoio para adequação e padronização de embalagens, rótulos ou layout de logomarcas?** sim (Quantas vezes? _____) não não, pois nunca necessitei**30. As embalagens/rótulos dos produtos possuem a logomarca do programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”?** sim não**31. Recebeu no âmbito do programa orientação especializada ou apoio para constituição ou regularização (legislação) da unidade ou dos produtos?** sim (Quantas vezes? _____) não não, pois nunca necessitei**32. Acessou no âmbito do programa alguma linha de crédito para agricultura familiar/agroindústria?** sim (Quais? _____) não não, pois nunca necessitei**33. Os processos utilizados incorporam métodos de produção típicos de sua etnia ou localidade de residência?** sim, na totalidade sim, mas com incremento de novas tecnologias não incorporam**34. Quem são os principais responsáveis pelo gerenciamento (gestão) do estabelecimento?** membros da família membros da família e contratados empregados contratados

35. Em sua opinião, existem perspectivas de processo sucessório nos negócios da família?

sim, existem talvez, não tenho como afirmar não existem

36. Participou no âmbito do programa de cursos de qualificação e/ou profissionalização?

sim (Quais? _____) não não, pois nunca necessitei

37. Recebeu assistência técnica, extensão rural ou consultoria de alguma entidade?

Emater/PR empresa privada universidade não recebi Outro _____

Sebrae/PR empresa pública ONG não, pois nunca necessitei

38. Porque você decidiu ingressar no programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”?

39. Qual seu nível de satisfação quanto à melhoria de renda e qualidade de vida a partir do ingresso no programa?

muito satisfeito satisfeito indiferente pouco satisfeito insatisfeito

40. Conhece outras políticas públicas (Programas de Governo) voltadas para a agricultura familiar?

sim não

Em caso positivo, quais? _____

41. Acessa outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar?

sim não

Em caso positivo, quais? _____

Em caso negativo, por quê? _____

42. Na sua opinião, existe alguma sugestão de melhoria para o programa Agroindústria Familiar “Fábrica do Agricultor”?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os *policy-makers* do programa “Fábrica do Agricultor”

POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PARANAENSE “FÁBRICA DO AGRICULTOR”.

Prezado(a):

Esta entrevista tem o propósito de identificar os principais objetivos e o ciclo de vida do programa Agroindústria Familiar: “Fábrica do Agricultor” (PFA), bem como compreender as ações e os resultados desta política pública, a partir da visão dos *policy makers*.

Para tanto, as respostas devem considerar sua percepção acerca dos itens apresentados, representando fidedignamente sua opinião sobre os temas, haja vista, que será preservado o sigilo da identidade e das informações prestadas pelos entrevistados.

Local de aplicação: _____ **Data:** _____

QUESTIONÁRIO:

Identificação do entrevistado: _____

1. Descreva seu perfil profissional, comentando há quanto tempo faz parte da equipe de decisores e implementadores do programa, bem como, quais posições ocupou na estrutura hierárquica do PFA.
2. Como a necessidade de uma política pública para a agroindústria familiar entrou na pauta de discussões do Governo do Estado do Paraná? Quais grupos políticos e entidades estavam envolvidos? Quais as contribuições mais relevantes de cada participante?
3. A criação do programa foi inspirada em quais ideias? Houve experiências trazidas de alguma outra política pública?
4. Qual o tempo necessário para a formulação do programa? Existiu a constituição de alguma equipe de trabalho, líderes no processo, realização de reuniões e seminários? As decisões de elaboração e decisão de implementação foram descentralizadas ou centralizadas? Quais os atores envolvidos?
5. Descreva como foi o processo de implementação do programa? Quais as oportunidades e desafios encontrados nesta etapa?
6. O programa foi implementado desde o início em abrangência estadual? Houve algum tipo de treinamento ou capacitação para os executores do programa?
7. Desde a implementação do programa houve alterações nos objetivos da política pública?
8. O que se pretendeu atingir com a implementação do programa?
9. Os recursos disponíveis para execução do programa (estruturais, materiais, financeiros, humanos) são adequados? O que poderia ser melhorado?
10. Qual a relação estabelecida entre os objetivos do programa e os resultados alcançados?
11. Quais são as regiões ou municípios em que o programa apresenta os melhores resultados e onde as ações estão mais deficientes?
12. Quais resultados apresentados atualmente pelo programa são considerados esperados e quais não eram esperados desde a concepção inicial da política?
13. Como o programa executa as ações de integração das agroindústrias com as demais entidades participantes?
14. Quais ações o programa desenvolve para identificar linhas de crédito rural específicas para a agroindústria familiar?
15. Qual a relação entre a viabilidade econômica-financeira das agroindústrias familiares e as ações do

programa? Como a política pública atua na manutenção da família rural no campo, na geração de emprego e desenvolvimento dos territórios?

16. Existem mecanismos de avaliação, monitoramento e correção do programa? Em caso positivo, quais são e como funcionam?

17. Comente sobre seu nível de satisfação com a execução do programa e quais são suas expectativas para o futuro desta política pública?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as entidades participantes do programa
“Fábrica do Agricultor”

**POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
PARANAENSE “FÁBRICA DO AGRICULTOR”.**

Prezado(a):

Esta entrevista tem o propósito de identificar os principais objetivos e o ciclo de vida do programa Agroindústria Familiar: Fábrica do Agricultor, bem como compreender as ações e os resultados desta política pública, a partir da visão das **entidades participantes**.

Para tanto, as respostas devem considerar sua percepção acerca dos itens apresentados, representando fidedignamente sua opinião sobre os temas, haja vista, que será preservado o sigilo da identidade e das informações prestadas pelos entrevistados.

Local de aplicação: _____ **Data:** _____

QUESTIONÁRIO:

Identificação do entrevistado: _____

1. Descreva seu perfil profissional, comentando há quanto tempo faz parte da equipe da entidade participante do programa “Fábrica do Agricultor”, bem como, quais posições ocupou na estrutura hierárquica da sua organização.
2. Como a entidade ingressou como parceira do programa? Há quanto à organização participa do programa? Quais os trâmites ou requisitos necessários a entidade precisou atender para participar do programa?
3. Como a organização obtém a demanda de atendimento das agroindústrias familiares?
4. Descreva como é procedido o atendimento as agroindústrias familiares e qual o serviço prestado?
5. Existe algum histórico de volume de atendimentos e a sua distribuição geográfica (cursos, capacitações, seminários, contratos de financiamento) prestados as agroindústrias familiares?
6. Quais os resultados para a organização em participar como entidade parceira do “Fábrica do Agricultor”?
7. O que se pretende atingir com a participação no programa? Existem metas a serem alcançadas, serviços a serem criados ou ampliados?
8. Qual a sua visão, a partir do enfoque de entidade participante, dos resultados do “Fábrica do Agricultor” para os seus beneficiários?
9. Quais resultados apresentados atualmente são considerados esperados e quais não eram esperados desde o início da participação?
10. O programa executa ações de integração entre as entidades participantes e os beneficiários da política?
11. Quais os desafios e oportunidades para a sua entidade são encontrados atualmente na participação no programa?
12. Comente sobre seu nível de satisfação na participação como entidade parceira do programa e quais são suas expectativas para o futuro desta política pública?